

**Plano Municipal de Defesa da Floresta  
Contra Incêndios de Portimão  
2020 - 2029**

**Caderno II  
Plano de ação**

**Comissão Municipal de Defesa da Floresta**

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS .....	iv
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS .....	vii
ACRÓNIMOS .....	viii
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI).....	2
1.1. Plano nacional de defesa da floresta contra incêndios (PNDFCI).....	2
1.2. Plano distrital de defesa da floresta contra incêndios (PDDFCI) .....	2
1.3. Planos municipais de defesa da floresta contra incêndios dos concelhos vizinhos.....	3
1.4. Estratégia nacional para as florestas (ENF) .....	3
1.5. Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas .....	3
1.6. Plano nacional de desenvolvimento rural .....	4
1.7. Programa nacional de políticas de ordenamento do território (PNPOT) .....	4
1.8. Plano sectorial da rede natura 2000 (PSRN2000).....	5
1.9. Planos especiais de ordenamento do território (PEOT) .....	5
1.9.1. Plano regional de ordenamento florestal (PROF) do Algarve .....	6
1.9.2. Plano regional de ordenamento do território do Algarve (PROTAL) .....	7
1.9.3. Planos de ordenamento das albufeiras da Bravura e de Odelouca .....	8
1.9.4. Plano diretor municipal (PDM) .....	8
1.9.5. Plano municipal de emergência e proteção civil (PMEPC).....	8
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA.....	9
2.1. Modelos de combustíveis florestais .....	9
2.2. Cartografia de risco de incêndio florestal .....	11
2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal .....	12
2.2.2. Risco de incêndio florestal.....	13
2.3. Prioridades de defesa .....	15
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI .....	16
3.1. Identificação da tipologia do concelho de Portimão .....	16
3.2. Objetivos e metas do PMDFCI .....	16
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	17
4.1. 1.º Eixo estratégico – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais .....	17

4.1.1.	Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	18
4.1.2.	Rede de faixas de gestão de combustível (FGC) e mosaico de parcelas de gestão de combustível (MPGC) .....	19
4.1.2.1.	Rede viária florestal (RVF) .....	23
4.1.2.2.	Rede de pontos de água (RPA) .....	24
4.1.2.3.	Silvicultura no âmbito da DFCI .....	25
4.1.3.	Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico .....	26
4.1.3.1.	Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA.....	26
4.1.3.2.	Rede viária florestal .....	33
4.1.3.3.	Rede de pontos de água .....	35
4.1.3.4.	Condicionais à edificação.....	36
4.1.3.5.	Metas e indicadores.....	37
4.1.3.6.	Orçamentos e responsáveis.....	38
4.2.	2.º Eixo estratégico – redução da incidência dos incêndios .....	39
4.2.1.	Avaliação .....	39
4.2.1.1.	Comportamentos de risco .....	39
4.2.1.2.	Fiscalização .....	41
4.2.2.	Planeamento das ações referentes ao 2.º eixo estratégico .....	41
4.2.2.1.	Sensibilização.....	41
4.2.2.2.	Fiscalização .....	44
4.2.2.3.	Metas e indicadores.....	45
4.3.	3.º Eixo estratégico – melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios .....	47
4.3.1.	Avaliação .....	48
4.3.1.1.	Vigilância e deteção .....	48
4.3.1.2.	Primeira intervenção .....	50
4.3.1.3.	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio .....	52
4.3.2.	Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico .....	53
4.3.2.1.	Metas e indicadores.....	53
4.3.2.2.	Orçamento e responsáveis .....	54
4.4.	4.º Eixo estratégico – recuperar e reabilitar os ecossistemas .....	55
4.4.1.	Avaliação .....	57
4.4.1.1.	Estabilização de emergência.....	57
4.4.1.2.	Reabilitação de povoamento e habitats florestais .....	58
4.4.2.	Planeamento das ações referentes ao 4.º eixo estratégico .....	59
4.4.2.1.	Estabilização de emergência.....	59
4.4.2.2.	Reabilitação de povoamento e habitats florestais .....	62

4.5.	5.º Eixo estratégico – adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz	
	64	
4.5.1.	Avaliação .....	65
4.5.1.1.	Formação.....	65
4.5.1.	Planeamento das ações referentes ao 5.º eixo estratégico .....	65
4.5.1.1.	Organização SDFCI .....	66
4.5.1.1.1.	Organização SDFCI.....	66
4.5.1.1.2.	Programa de Formação .....	67
4.5.1.1.3.	Cronograma de Reuniões da CMDF.....	68
4.5.2.	Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI .....	68
4.5.2.1.	Orçamento Total .....	68
	ANEXOS .....	70



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição das áreas dos modelos de combustível no concelho de Portimão .....	10
<b>Tabela 2:</b> Perigosidade de incêndio florestal do concelho de Portimão .....	13
<b>Tabela 3:</b> Risco de incêndio florestal do concelho de Portimão.....	14
<b>Tabela 4:</b> Objetivos e metas do PMDFCI.....	16
<b>Tabela 5:</b> Eixos estratégicos definidos no PNDFCI.....	17
<b>Tabela 6:</b> Orientações constantes no PNDFCI.....	18
<b>Tabela 7:</b> Rede secundária de FGC .....	20
<b>Tabela 8:</b> Quantificação da área abrangida por Rede Natura 2000 por rede de FGC, com necessidade de intervenção .....	22
<b>Tabela 9:</b> Distribuição da área total de FGC com e sem necessidade de intervenção por ano para o período de vigência do PMDFCI .....	32
<b>Tabela 10:</b> Distribuição do comprimento da RVF, com e sem necessidade de intervenção, por ano para o período 2020-2029 .....	35
<b>Tabela 11:</b> Metas e indicadores .....	37
<b>Tabela 12:</b> Orçamentos e responsáveis .....	38
<b>Tabela 13:</b> Orientações constantes no PNDFCI .....	39
<b>Tabela 14:</b> Comportamentos de risco (2014-2018).....	40
<b>Tabela 15:</b> Comportamentos de risco (2014-2018).....	41
<b>Tabela 16:</b> Resumo das ações a desenvolver para o público generalista, para os grupos específicos da população e para a população escolar para o período 2020 a 2029 .....	42
<b>Tabela 17:</b> Metas e indicadores referentes ao 2.º eixo estratégico .....	45
<b>Tabela 18:</b> Orçamento e responsáveis .....	46
<b>Tabela 19:</b> Orientações constantes no PNDFCI .....	47
<b>Tabela 20:</b> Postos de vigia.....	48
<b>Tabela 21:</b> Índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas de vigilância e deteção .....	50
<b>Tabela 22:</b> Índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas 1.ª intervenção .....	51
<b>Tabela 23:</b> Identificação das ações e definição das metas e indicadores, por ano, para o período de vigência do PMDFCI, e por níveis de empenho .....	53
<b>Tabela 24:</b> Orçamento e responsáveis, por ano, para o período de vigência do PMDFCI .....	54
<b>Tabela 25:</b> Objetivos e Ações referentes ao 4.º eixo estratégico.....	57
<b>Tabela 26:</b> Objetivos e Ações referentes ao 5.º eixo estratégico.....	64

<b>Tabela 27:</b> Identificação das necessidades de formação .....	65
<b>Tabela 28:</b> Entidades intervenientes no SDFCI e principais competências .....	67
<b>Tabela 29:</b> Identificação das necessidades de formação com indicação do número de elementos .....	67
<b>Tabela 30:</b> Cronograma de reuniões anuais da CMDF para o período de vigência do PMDFCI .....	68
<b>Tabela 31:</b> Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI .....	69

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Tempo médio de chegada dos meios de 1. <sup>a</sup> intervenção nos diferentes níveis de empenhamento.....	52
--	----

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Representação dos modelos de combustíveis florestais.....	11
<b>Figura 2:</b> Mapa da perigosidade florestal .....	12
<b>Figura 3:</b> Mapa do risco de incêndio florestal.....	14
<b>Figura 4:</b> Mapa de prioridades de defesa .....	15
<b>Figura 5:</b> Priorização de execução das faixas de gestão de combustíveis .....	21
<b>Figura 6:</b> Mapa das faixas de gestão de combustível .....	23
<b>Figura 7:</b> Mapa da rede viária florestal .....	24
<b>Figura 8:</b> Mapa da rede de pontos de água .....	25
<b>Figura 9:</b> Mapa da silvicultura no âmbito da DFCI .....	26
<b>Figura 10:</b> Plano de ação 2020 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	27
<b>Figura 11:</b> Plano de ação 2021 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	27
<b>Figura 12:</b> Plano de ação 2022 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	28
<b>Figura 13:</b> Plano de ação 2023 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	28
<b>Figura 14:</b> Plano de ação 2024 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	29
<b>Figura 15:</b> Plano de ação 2025 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	29
<b>Figura 16:</b> Plano de ação 2026 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	30
<b>Figura 17:</b> Plano de ação 2027 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	30
<b>Figura 18:</b> Plano de ação 2028 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	31
<b>Figura 19:</b> Plano de ação 2029 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA .....	31
<b>Figura 20:</b> Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização .....	44
<b>Figura 21:</b> Localização e identificação dos LEE .....	49
<b>Figura 22:</b> Potencial do tempo de chegada para a 1.ª intervenção .....	51
<b>Figura 23:</b> Mapa das zonas de estabilização de emergência .....	58
<b>Figura 24:</b> Reabilitação de povoamentos e habitats florestais.....	59

## ACRÓNIMOS

<b>CMDF</b>	Comissão municipal de defesa da floresta
<b>DECIR</b>	Dispositivo especial de combate a incêndios rurais
<b>DFCI</b>	Defesa da floresta contra incêndios
<b>EDP, SA</b>	EDP – Distribuição - Energia, SA
<b>ENF</b>	Estratégia nacional para as florestas
<b>eSF</b>	Equipa de sapadores florestais
<b>FEADER</b>	Fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural
<b>FGC</b>	Faixas de gestão de combustíveis
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP
<b>IP, SA</b>	Infraestruturas de Portugal, IP
<b>MPGC</b>	Mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis
<b>PEOT</b>	Planos especiais de ordenamento do território
<b>PDDFCI</b>	Plano distrital de defesa da floresta contra incêndios
<b>PDR</b>	Programa de desenvolvimento rural
<b>PDM</b>	Plano diretor municipal
<b>PMDFCI</b>	Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios
<b>PNDFCI</b>	Plano nacional de defesa da floresta contra incêndios
<b>PNDR</b>	Plano nacional de desenvolvimento rural
<b>PNOPT</b>	Programa nacional das políticas de ordenamento do território
<b>PMEPC</b>	Plano municipal de emergência de proteção civil
<b>PROF</b>	Plano regional de ordenamento florestal
<b>PROTAL</b>	Plano regional de ordenamento do território do Algarve
<b>PSRN2000</b>	Plano setorial da rede natura 2000
<b>RAL, SA</b>	Concessionária Rotas do Algarve Litoral, SA
<b>RDFCI</b>	Redes regionais de defesa da floresta contra incêndios
<b>REN, SA</b>	Rede Elétrica Nacional, SA
<b>RPA</b>	Rede de pontos de água
<b>RVF</b>	Rede viária florestal
<b>SDFCI</b>	Sistema de defesa da floresta contra incêndios
<b>ZPE</b>	Zona de proteção especial
<b>AAVI, SA</b>	Autoestrada do Algarve - Via do Infante - Sociedade Concessionária
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>SIC</b>	Sítios de Importância Comunitária
<b>ZPE</b>	Zona de Proteção Especial

## INTRODUÇÃO

O caderno II do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Portimão define o plano de ação para a defesa da floresta contra incêndios.

O plano de ação deve ser sustentado nas características específicas do território, nomeadamente as enunciadas e desenvolvidas no diagnóstico (caderno I) e concretiza-se em duas fases:

- Avaliação das ações realizadas nos últimos anos, dos recursos existentes e dos comportamentos de risco;
- Planeamento de ações, que suportam a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, de acordo com os eixos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e com o respetivo Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

Para o cumprimento do acima referido, o PMDFCI deverá ser centrado nos eixos de atuação definidos no PNDFCI:

- 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

## **1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)**

A definição de estratégias e medidas de ação a adotar no âmbito do PMDFCI de Portimão exige um processo prévio de enquadramento do concelho ao nível do sistema de gestão territorial e do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios. Esta análise permite identificar a natureza do território, a função dominante dos espaços florestais e os valores ecológicos em causa, assim como, as principais medidas a serem desenvolvidas de forma a diminuir as áreas ardidas anualmente e o impacto dos incêndios nos espaços rurais.

### **1.1. Plano nacional de defesa da floresta contra incêndios (PNDFCI)**

O PNDPCI, ratificado pela resolução do conselho de ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, surgiu como resposta aos grandes incêndios da última década, definindo os objetivos e ações a implementar, assim como as metas e responsabilidades a atribuir aos diversos agentes de proteção civil.

Um dos principais objetivos do PNDPCI consiste em reforçar a organização ao nível municipal através da elaboração do PMDFCI, que integra as ações de prevenção e proteção da floresta a nível municipal, concretizando os objetivos distritais, regionais e nacionais de DFCI. O PNDPCI define, ainda, as orientações estratégicas para o incentivo à gestão das áreas florestais, por forma a garantir a adoção de estratégias de DFCI.

### **1.2. Plano distrital de defesa da floresta contra incêndios (PDDPCI)**

O PDDPCI visa estabelecer a estratégia distrital de DFCI, através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes da estratégia nacional para as florestas e do PNDPCI em consonância com o plano regional de ordenamento florestal (PROF).

No concelho de Portimão encontra-se definida em plano distrital e em PMDFCI, a rede primária de FGC, no total de 584ha que pretendem promover a compartimentação do território na propagação dos incêndios rurais.

### **1.3. Planos municipais de defesa da floresta contra incêndios dos concelhos vizinhos**

O concelho de Portimão é delimitado a norte pelo concelho de Monchique, a este pelo concelho de Silves e de Lagoa e a oeste pelo concelho de Lagos. No que diz respeito à DFCI, a articulação com os concelhos vizinhos é assegurada através dos respetivos PMDFCI em vigor e/ou em elaboração de acordo com o guia técnico emanado pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), em abril de 2012. A uniformização da organização da informação e o cumprimento dos conteúdos previstos naquele guia permitirá uma melhor articulação entre concelhos ao nível dos procedimentos operacionais.

### **1.4. Estratégia nacional para as florestas (ENF)**

Os incêndios florestais têm reduzido nos últimos anos grande parte da riqueza produzida pelas florestas. Por este motivo, o principal desafio no setor florestal, a curto prazo, é a redução dos riscos associados aos incêndios rurais.

A ENF (resolução do conselho de ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, na sua atual redação) sustentada por um conjunto de diplomas, concretiza uma série de medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos que suportam a política de DFCI, operacionalizada através do PNDFCI e do PMDFCI.

### **1.5. Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas**

As orientações estratégicas para a recuperação de áreas ardidas (resolução do conselho nacional de reflorestação n.º 5/2006, de 18 de janeiro) surgem para dar resposta aos grandes incêndios ocorridos nos anos 2003 e 2005. Os princípios gerais das orientações estratégicas foram vertidos para o PMDFCI, enquadrando-os nas especificidades do concelho de Portimão e articulados entre os diferentes tipos de plano e o nível de planeamento.

Os princípios gerais, ao nível do planeamento da recuperação de espaços florestais ardidos são:

1. Redefinir (ou definir) os objetivos de médio e longo prazo da gestão florestal e as funções associadas aos espaços;
2. Definir as ações necessárias para que o risco de repetição do fogo seja fortemente diminuído.



De referir que a incorporação das regras de DFCI definidas localmente, não só as relativas à estruturação dos povoamentos, mas também à criação e manutenção otimizadas de infraestruturas, é uma condição *sine qua non* para a viabilização e implantação dos povoamentos, pelo que o PMDFCI surge como um instrumento de planeamento local das intervenções.

### **1.6. Plano nacional de desenvolvimento rural**

O regulamento do conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural – FEADER - define o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural, incluindo o método de definição das “orientações estratégicas comunitárias” para a política de desenvolvimento rural, bem como do plano estratégico nacional, internamente designado por plano nacional de desenvolvimento rural - PNDR.

Neste contexto, o PNDR deve assegurar a coerência do apoio comunitário ao desenvolvimento rural com as orientações estratégicas comunitárias, bem como a coordenação de todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais. O PNDR é o instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER e é executado através de um ou mais programas de desenvolvimento rural (PDR).

### **1.7. Programa nacional de políticas de ordenamento do território (PNPOT)**

O PNPOT (aprovado pela lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, na sua atual redação) visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, conforme disposto nos artigos 26º a 29º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de setembro. Apresenta-se um conjunto articulado de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas que especificam, as principais linhas de intervenção a desenvolver e as ações prioritárias que permitirão concretizar o rumo e as linhas de intervenção propostas. Especifica o modo como os diversos instrumentos de gestão territorial deverão contribuir para concretizar a estratégia e o programa de ação estabelecidos no PNPOT.

### **1.8. Plano sectorial da rede natura 2000 (PSRN2000)**

O PSRN2000 (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua atual redação) é um instrumento de gestão territorial que visa a salvaguarda e valorização dos sítios e das zonas de proteção especial (ZPE) do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade. Trata-se de um plano desenvolvido para o território continental, que caracteriza os habitats naturais e seminaturais e as espécies da flora e da fauna presentes nos sítios e ZPE, e define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, considerando os valores naturais que nelas ocorrem.

No concelho de Portimão encontram-se abrangidas pela Rede Natura 2000 os Sítios de Importância Comunitária (SIC) Arade/Odelouca (PTCON0052), a SIC Alvor (PTCON0058), a SIC Monchique (PTCON037) e a ZPE Monchique (PTCON037). Estas áreas são consideradas prioritárias e sujeitas a medidas específicas de estabilização de emergência e de reabilitação de povoamentos e habitats, tendo em atenção as orientações de gestão específicas para cada uma daquelas áreas classificadas, em consonância com o definido no PSRN2000.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação de habitats naturais da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia, e como tal as ações de silvicultura preventiva nestas áreas abrangidas pelos limites da Rede Natura 2000 estão sujeitas a parecer. Assim, qualquer intervenção em áreas que se situam dentro dos limites abrangidos pela Rede Natura 2000, designadamente do SIC Arade/Odelouca (PTCON0052), a SIC Alvor (PTCON0058), a SIC Monchique (PTCON037) e a ZPE Monchique (PTCON037), obriga a parecer prévio do ICNF para que não sejam destruídos valores importantes de conservação e biodiversidade.

### **1.9. Planos especiais de ordenamento do território (PEOT)**

Os PEOT são instrumentos regulamentares e de orientação elaborados pela Administração Central, estabelecem uma política integrada de ordenamento do território, de modo a permitir um desenvolvimento socioeconómico e ambiental sustentável, em especial em zonas de recursos hídricos.

### **1.9.1. Plano regional de ordenamento florestal (PROF) do Algarve**

O PROF do Algarve foi aprovado através da portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro, sendo retificado pela declaração de retificação n.º 12/2019, de 12 de abril. Este instrumento visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado dos espaços florestais inseridos no seu âmbito territorial. Define um conjunto de princípios e objetivos transversais a toda a região, ou seja, questões que pela sua importância estratégica para os espaços florestais devem ter um tratamento comum na região. Os objetivos gerais determinados para promover os seus princípios orientadores referem-se ao aproveitamento das potencialidades dos espaços florestais, à necessidade de prevenção de constrangimentos (melhorando a eficácia de deteção de incêndios e da primeira intervenção) e eliminação de vulnerabilidades dos espaços florestais. Entre os objetivos específicos comuns a todas as sub-regiões homogéneas destaca-se a diminuição do número de ignições de incêndios florestais e da área ardida.

O concelho de Portimão compreende as seguintes sub-regiões homogéneas definidas no PROF do Algarve; Meia Serra, Barrocal e Litoral.

Na sub-região homogénea da Meia Serra que compreende a zona norte das freguesias de Mexilhoeira Grande e de Portimão visa-se a implementação e o desenvolvimento, com igual nível de prioridade, das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função de produção (pinheiro bravo, sobreiro e alfarrobeira);
- b) Função de proteção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na sub-região homogénea do Barrocal que compreende a zona central das freguesias de Mexilhoeira Grande e de Portimão visa-se a implementação e o desenvolvimento, com igual nível de prioridade, as seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- b) Função de produção (produção de fruto, principalmente de alfarrobeira);
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na sub-região homogénea do Litoral que compreende a zona sul das freguesias de Mexilhoeira Grande e de Portimão e a freguesia de Alvor visa-se a implementação e o desenvolvimento, com igual nível de prioridade, das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função de proteção;
- b) Função geral de recreio e valorização da paisagem;

c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

O PMDFCI de Portimão constitui um dos principais instrumentos com capacidade para garantir a implementação no território dos objetivos traçados pelo PROF do Algarve.

### **1.9.2. Plano regional de ordenamento do território do Algarve (PROTAL)**

O concelho de Portimão encontra-se abrangido pelo PROTAL que foi aprovado pela resolução do conselho de ministros n.º 102/2007, de 3 de agosto, tendo sido objeto de retificação declaração de retificação do conselho de ministros n.º 188/2007, de 28 de dezembro. O PROTAL define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e constituindo a referência para os planos municipais de ordenamento do território.

Um dos elementos elementares assumidos na revisão do PROTAL consiste no compromisso em atingir os objetivos traçados pela estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, sublinha a necessidade de se promover um modelo sustentável de “salvaguarda e valorização dos recursos naturais, do ambiente e da biodiversidade” que se traduz numa efetiva valorização do património natural, o que servirá de suporte à especialização económica da região (a atividade turística).

Embora os incêndios florestais sejam identificados como um fator que obsta àqueles objetivos e estejam previstos “programas de prevenção de fogos florestais, integrando limpezas, desbastes, desramações e roças de mato” nos espaços florestais com funções de produção, não se faz referência ao papel que os planos de defesa da floresta contra incêndios poderão desempenhar naquele quadro, incidindo-se mais na necessidade de se adotarem novas práticas silvícolas na gestão dos espaços florestais.

De realçar, ainda, a preocupação demonstrada nos objetivos e opções estratégicas para as áreas florestais, em controlar a erosão dos solos e a desertificação das áreas rurais, preocupação esta que deverá ser tida em conta aquando do planeamento das operações de limpeza a efetuar no concelho de Portimão.

A revisão do PROTAL denota, também, uma preocupação em homogeneizar as medidas propostas para os espaços naturais com o disposto no PROF do Algarve, no plano setorial da rede natura 2000. nos planos de ordenamento das áreas protegidas e

### **1.9.3. Planos de ordenamento das albufeiras da Bravura e de Odelouca**

Os planos de ordenamento das albufeiras da Bravura e de Odelouca são, nos termos da legislação em vigor, planos especiais de ordenamento do território. A sua área de intervenção engloba o plano de água e a zona terrestre de proteção da albufeira. Nesta zona, o PMDFCI enquadra as condicionantes do plano de ordenamento da albufeira da Bravura (resolução do conselho de ministros n.º 71/2004, de 12 de junho) e do plano de ordenamento da albufeira de Odelouca (resolução do conselho de ministros n.º 103/2009, de 25 de setembro), respetivamente. Não são referenciadas quaisquer restrições ao controlo de vegetação. No entanto, deve ser transmitida ao ICNF a execução de quaisquer ações nas faixas de gestão de combustível com vista à constituição de uma base de dados numérica e cartográfica.

### **1.9.4. Plano diretor municipal (PDM)**

De acordo com a lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, os municípios são obrigados a assegurar a compatibilidade dos planos municipais, pelos quais são responsáveis ao nível da elaboração e aprovação, com os planos regionais de ordenamento do território. Como tal, deverão os municípios assegurar a compatibilidade entre PMDFCI e o PDM, em elaboração ou revisão, de forma a que este último possa acautelar a programação e a concretização das políticas de desenvolvimento económico, social e de ambiente que constam do primeiro. Excetuam-se os casos em que os planos municipais estão em período de discussão pública.

Neste sentido o PDM, deve fazer a classificação e qualificação do solo, refletindo a cartografia de risco de incêndio, que consta no PMDFCI aprovado.

O PDM de Portimão foi aprovado e ratificado em conselho de ministros pela resolução do conselho de ministros n.º 53/95 a 7 de junho, e alterado e republicado no aviso n.º 13572/2010, conforme a aprovação em reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de junho de 2010, encontrando-se atualmente em revisão.

Qualquer processo urbanístico deverá cumprir o disposto na legislação em vigor.

### **1.9.5. Plano municipal de emergência e proteção civil (PMEPC)**

O PMEPC de Portimão, aprovado por resolução n.º 9/2013, de 5 de agosto, define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal. O PMEPC também permite antecipar os

cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou uma catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

Deste modo, exprime um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, destinado a fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e a minimizar as suas consequências.

## **2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA**

### **2.1. Modelos de combustíveis florestais**

O conhecimento dos modelos de combustível e da sua distribuição espacial é indispensável para o planeamento e gestão das áreas florestais, sendo essencial no processo de avaliação do risco de incêndio e do comportamento e progressão do mesmo. A carta de modelos de combustível para o concelho de Portimão foi desenvolvida segundo o modelo de combustível NFFL (*Northern Forest Fire Laboratory*) e modelo de combustível nacional associados ao código *Farsite*, tendo por base a cartografia da cartografia de ocupação do solo (COS) de 2015.

Esta metodologia classifica os diversos combustíveis florestais, relativamente ao seu comportamento face ao fogo, dividindo-os em treze modelos diferentes.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição dos modelos de combustível, no concelho de Portimão, tendo sido atribuído modelo 0 às áreas sem vegetação, nomeadamente, às classes de ocupação de solo classificadas como territórios artificializados, zonas húmidas e corpos de água (cerca de 24% da área do concelho) onde a possibilidade de ocorrência de incêndios florestais é nula.

**Tabela 1:** Distribuição das áreas dos modelos de combustível no concelho de Portimão

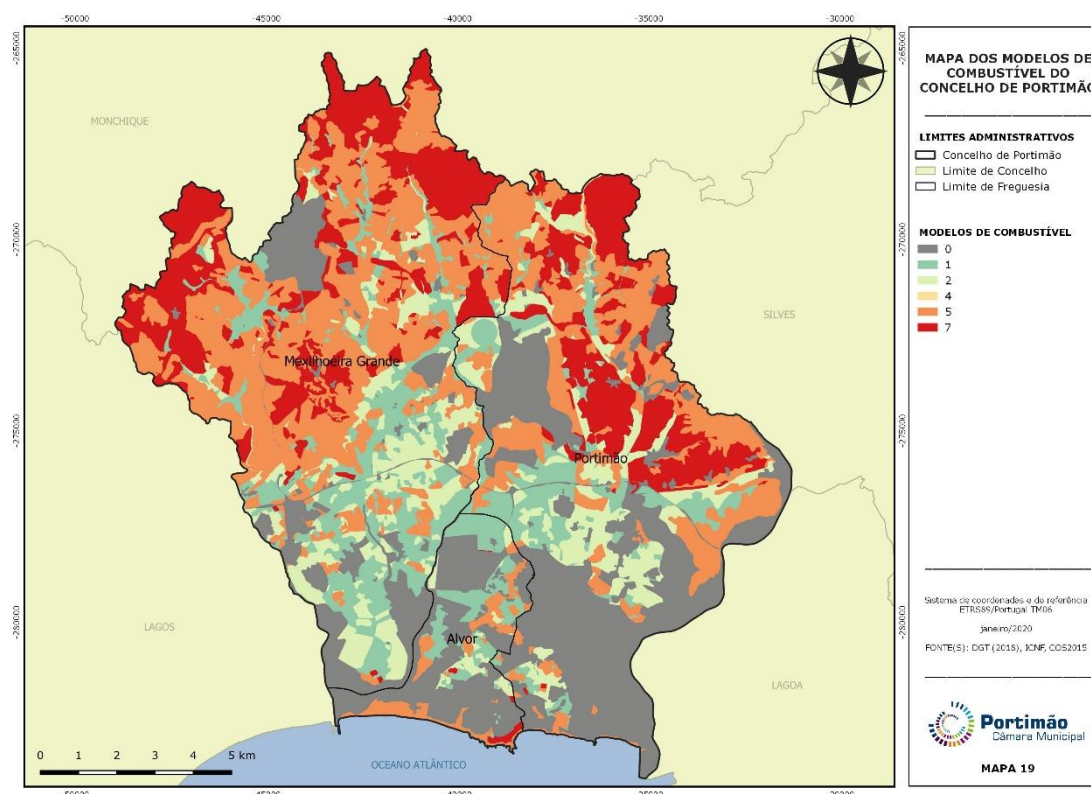
Modelo de combustível		Área	
		ha	%
<b>Modelo 0</b>		4.451	24,4
<b>Herbáceo</b>	<b>1</b>	2.821	15,5
	<b>2</b>	2.171	11,9
<b>Arbustivo</b>	<b>4</b>	15	0,1
	<b>5</b>	5.207	28,6
	<b>7</b>	3.541	19,5
<b>Total</b>		18.207	100

A partir da sua análise, pode constatar-se que os modelos de combustível predominantes no concelho pertencem ao grupo arbustivo (48% da área do concelho).

As zonas herbáceas (27,4% da área do concelho) surgem um pouco por todo o concelho, sendo a única exceção a zona sul a qual é predominantemente urbana. Nas zonas classificadas com este modelo os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto seco e a transmissão de calor por convecção e radiação é muito eficaz.

No que se refere aos modelos de combustível do grupo arbustivo, verifica-se que o modelo 5 é aquele que ocupa maior área no concelho de Portimão (cerca de 5.207ha, os quais correspondem a cerca de 28,6% da superfície do concelho).

**Figura 1:** Representação dos modelos de combustíveis florestais



## 2.2. Cartografia de risco de incêndio florestal

A cartografia de risco de incêndio tem por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos incêndios, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos incêndios rurais. Esta cartografia é representada pela probabilidade e suscetibilidade que um determinado território apresenta, acrescido dos valores de risco (vulnerabilidade e valor).

A prevenção é determinante em qualquer estratégia de atenuação dos incêndios rurais, constituindo a cartografia de risco de incêndio um contributo importante para o sucesso das ações a desenvolver neste domínio. A carta de risco de incêndio poderá ser usada como suporte à decisão, orientando assim ações de prevenção e combate, bem como ajudar na criação de métodos e táticas para salvaguardar áreas em risco cujo potencial de perda (económico e não só) é superior.

A cartografia de risco de incêndio florestal ao nível municipal, assenta num modelo conceptual indicado pelo ICNF (AFN, 2012), e que é sustentado em dois mapas - o mapa da perigosidade e o mapa de risco de incêndio florestal, sobre os quais assenta o planeamento das ações de prevenção e de supressão.



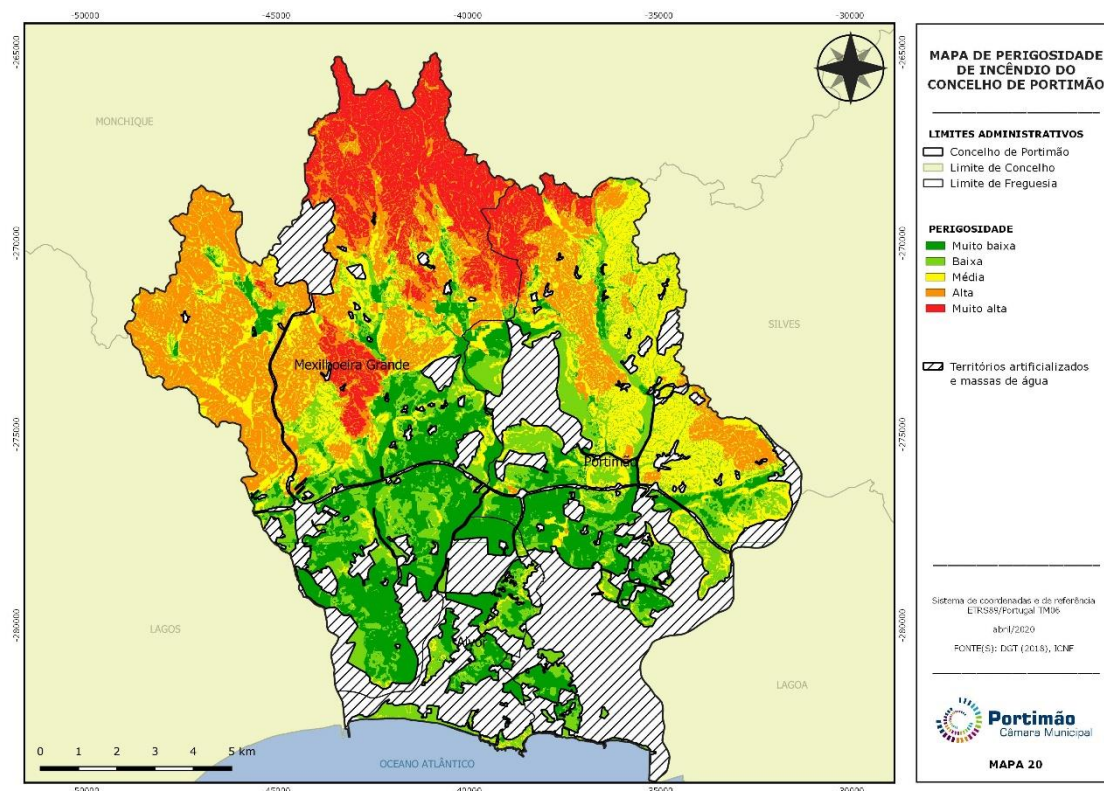
### 2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal

O mapa de perigosidade (Figura 2) representa o potencial de um território para a ocorrência de um incêndio, e permite responder à questão “Onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Está particularmente indicado para as ações de prevenção, devendo constituir a ferramenta de eleição na programação, anual ou plurianual, das ações de silvicultura preventiva e de criação de infraestruturas de prevenção e apoio ao combate a incêndios. A perigosidade é o produto da probabilidade e da suscetibilidade.

Para a obtenção deste produto, foi utilizada a metodologia do ICNF (guia técnico para a elaboração de PMDFCI).

O cálculo da perigosidade foi efetuado para todo o espaço rural, considerando as definições da legislação em vigor, excluindo as zonas húmidas, corpos de água e os territórios artificializados delimitados na revisão do Plano Diretor Municipal de Portimão, aos quais foram atribuídos classe de perigosidade muito baixa, uma vez que estas áreas se encontram estabilizadas em termos de morfologia urbana e de infraestruturação.

**Figura 2:** Mapa da perigosidade florestal



**Tabela 2:** Perigosidade de incêndio florestal do concelho de Portimão

Classes de perigosidade	Área	
	ha	%
<b>Muito baixa</b>	2910,91	21,2
<b>Baixa</b>	2760,54	20,1
<b>Média</b>	3024,58	22,0
<b>Alta</b>	3264,27	23,8
<b>Muito alta</b>	1779,08	12,9

Da análise dos dados, verifica-se que mais de 60% da área do concelho está sujeita a classes de perigosidade de incêndio rural compreendidas entre muito baixa e média e, aproximadamente, 37% da área encontra-se em classes de perigosidade alta e muito alta.

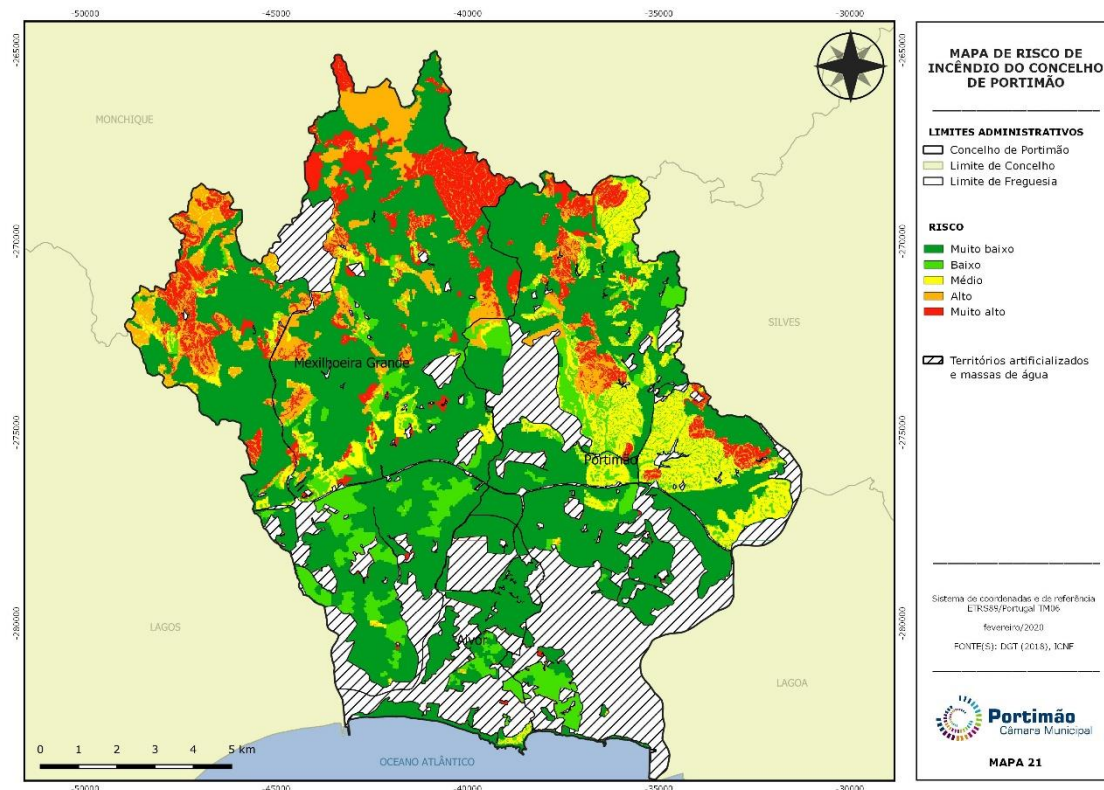
Em termos de planeamento municipal, são as classes de perigosidade alta e muito alta, deste mapa, que devem ser transpostas para o PDM e constituir critério de condicionalismo à edificação.

### 2.2.2. Risco de incêndio florestal

O risco pode definir-se por “probabilidade de uma perda, o que depende de três fatores: perigosidade, vulnerabilidade e valor económico”.

O mapa de risco (figura 3) combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico), e indica o potencial de perda face a um incêndio, isto é, informa onde, em caso de ocorrência de um incêndio, o valor pecuniário perdido é maior ou menor.

**Figura 3:** Mapa do risco de incêndio florestal



**Tabela 3:** Risco de incêndio florestal do concelho de Portimão

Classes de risco	Área	
	ha	%
<b>Muito baixo</b>	8261,0	60,2
<b>Baixo</b>	1399,4	10,2
<b>Médio</b>	1363,0	9,9
<b>Alto</b>	1380,4	10,1
<b>Muito alto</b>	1311,9	9,6

Da análise dos dados, verifica-se que mais de 70% da área do concelho está sujeita a um risco de incêndio compreendido entre as classes baixo e muito baixo e cerca de 20% está compreendido entre as classes alto e muito alto risco de incêndio.

Nas ações de programação da prevenção, este mapa deverá ser lido conjuntamente com o mapa de perigosidade, e sobretudo com o de combustíveis. Nas ações do planeamento da supressão de um incêndio, entretanto a decorrer, este mapa permite colocar os meios de combate tendo em atenção o valor económico-social dos bens a defender.

### 2.3. Prioridades de defesa

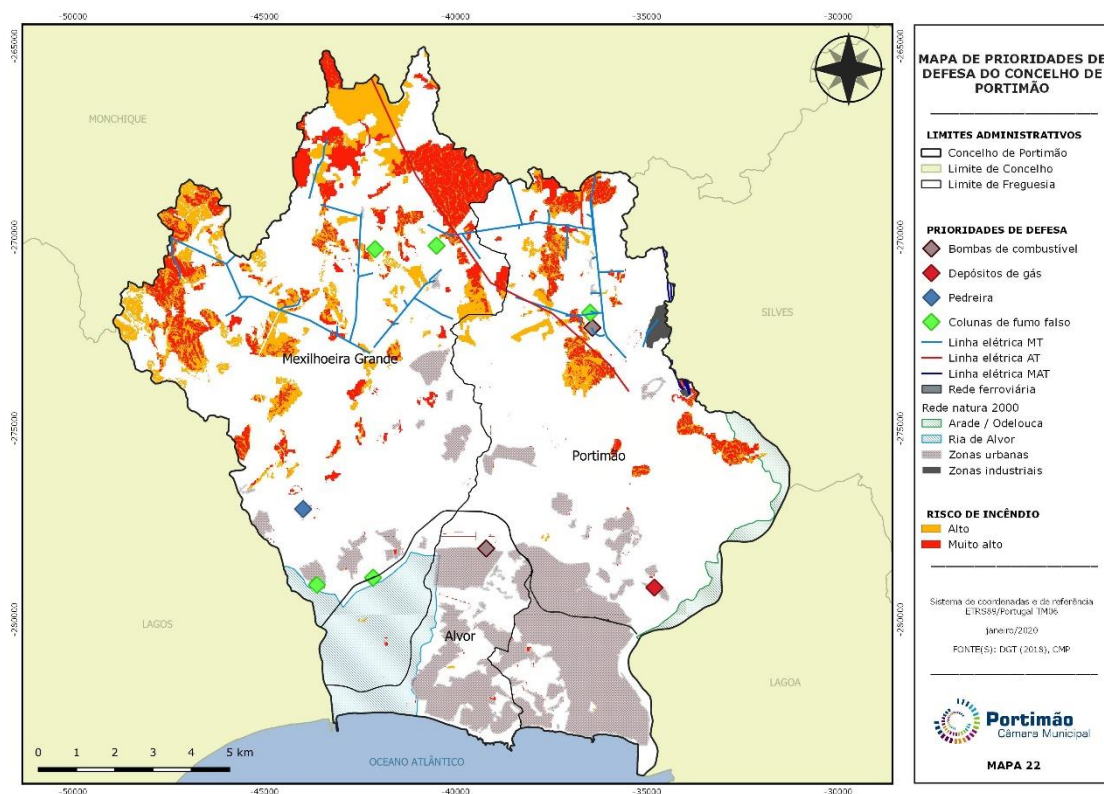
O mapa de prioridades de defesa (Figura 4) tem como objetivo identificar as áreas do concelho que interessa proteger, ou seja, as áreas de reconhecido valor social, cultural, ecológico ou ambiental, constituindo para esse fim prioridades de defesa, servindo de complemento à vigilância contra incêndios rurais.

Este mapa é composto pelas manchas de risco de incêndio elevado e muito elevado sobre as quais se desenham os elementos prioritários.

No concelho de Portimão, considerou-se sinalizar:

- Zonas urbanas;
- Zonas industriais;
- Bombas de combustível;
- Reservatórios de gás;
- Pedreira;
- Colunas de fumo falso;
- Linhas de transporte e distribuição de energia;
- Rede natura 2000.

**Figura 4:** Mapa de prioridades de defesa



### 3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

#### 3.1. Identificação da tipologia do concelho de Portimão

A tipologia dos concelhos surge da tipificação definida pelo ICNF, com base no número de ocorrências e área ardida em cada concelho, para distinguir os vários tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Esta classificação enquadra quatro tipologias, demarcadas de acordo com os limiares de “pouco” e “muito”, definidos pela mediana do conjunto das ponderações do número de ocorrências e da área ardida em povoamentos e matos. Deste modo, os municípios do território Continental foram divididos em quatro modelos de tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1);
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2);
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3);
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4).

O concelho de Portimão foi classificado como T1 – Poucas ocorrências e pouca área ardida, tendo em conta o número de ocorrências e os valores de área ardida (> 1ha) por concelho, numa série de 15 anos (entre 2005 e 2019).

#### 3.2. Objetivos e metas do PMDFCI

Tendo em consideração as duas variáveis estruturantes (n.º de ocorrências e área ardida) e o definido no PNDFCI, definiram-se os objetivos e as metas anuais de DFCI para concelho de Portimão, os quais se encontram indicados na tabela 4.

**Tabela 4:** Objetivos e metas do PMDFCI

Objetivos	Metas									
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Sensibilizar a População</b>	As ações de sensibilização serão anualmente definidas de acordo com os objetivos que se considerarem mais relevantes para esse ano, de acordo com a tabela 16									
<b>Reduzir a área ardida</b> (em relação ao ano anterior)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
<b>Reduzir o número de ocorrências</b> (em relação ao ano anterior)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
<b>Eliminar número de reacendimentos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Eliminar as ocorrências com mais de 100ha</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## 4. EIXOS ESTRATÉGICOS

O PMDFCI contém as ações necessárias à DFCI e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

**Tabela 5:** Eixos estratégicos definidos no PNDFCI

<b>1.º Eixo Estratégico</b>	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
<b>2.º Eixo Estratégico</b>	Redução da incidência dos incêndios
<b>3.º Eixo Estratégico</b>	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
<b>4.º Eixo Estratégico</b>	Recuperar e reabilitar os ecossistemas
<b>5.º Eixo Estratégico</b>	Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

As ações que sustentam o PMDFCI procuram satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDFCI, sendo organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto na resolução dos problemas identificados. O PMDFCI de Portimão assenta nestes cinco eixos estratégicos, procurando satisfazer os objetivos e metas nele preconizados. Deste modo, a proposta de ação baseia-se nos seguintes pontos:

- Reforçar a gestão de combustíveis;
- Reforçar a sensibilização da população;
- Melhorar a rede de infraestruturas de DFCI, nomeadamente rede viária e o acesso aos pontos de água para o acesso a meios aéreos e terrestres;
- Reforçar o sistema de fiscalização, vigilância dissuasora e deteção precoce de incêndios;
- Reforçar a primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- Aumentar a eficácia da formação e o treino operacional;
- Aproveitar os apoios comunitários e nacionais, investindo-os no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

### 4.1. 1.º Eixo estratégico – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.



Foi fundamental definir uma linha de ação que objetive a gestão multifuncional dos espaços rurais e introduza, em simultâneo, princípios de DFCI de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico encontra-se intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

**Tabela 6:** Orientações constantes no PNDFCI

Orientações constantes no PNDFCI	
<b>Objetivos estratégicos</b>	- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
<b>Objetivos operacionais</b>	- Proteger as zonas de interface urbano/florestal; - Implementar programa de redução de combustíveis.
<b>Ações</b>	- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; - Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível; - Promover ações de silvicultura; - Promover ações de gestão de pastagens; - Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água); - Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

#### 4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

As redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) regionais concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturização dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento regional de DFCI.

As RDFCI definidas integram as seguintes componentes:

- a) Redes de FGC e mosaicos de gestão de combustível;
- c) RVF;
- d) RPA;
- d) Silvicultura no âmbito da DFCI.

#### **4.1.2. Rede de faixas de gestão de combustível (FGC) e mosaico de parcelas de gestão de combustível (MPGC)**

Entende-se por FGC uma parcela da qual se procede à sua redução e remoção total (faixas de interrupção de combustível) ou parcial (faixas de redução de combustível) do combustível de superfície.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 e junho, na sua atual redação, as FGC constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em conta as funções que podem desempenhar, designadamente:

- a) Função de diminuição da superfície percorrida por incêndios de grandes dimensões, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As faixas integrantes das redes primárias visam o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a grandes incêndios florestais e cumprem todas as funções acima identificadas. Estas FGC devem possuir uma largura não inferior a 125m e definir compartimentos que, preferencialmente, devem possuir entre 50ha e 10.000ha.

O planeamento, a instalação e a manutenção das redes primárias de faixas de gestão de combustível devem ter em consideração, designadamente:

- a) A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão;
- b) A segurança das forças responsáveis pelo combate;
- c) O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais;
- d) As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
- e) O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico;
- f) As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.

Estas FGC foram definidas pelo ICNF, IP no âmbito do planeamento regional de DFCI e obrigatoriamente integrados no planeamento municipal e local de DFCI.



As redes secundárias de FGC, de interesse municipal ou local, e, no âmbito da proteção de populações e infraestruturas e equipamentos sociais desenvolvem-se sobre:

- a) As redes viárias e ferroviárias públicas;
- b) As linhas de transporte e distribuição de energia elétrica e gás natural (gasodutos);
- c) As envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais, às plataformas logísticas e aos aterros sanitários.

De acordo com o disposto do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 e junho, na sua atual redação, nos espaços florestais previamente definidos no PMDFCI é obrigatório que as entidades responsáveis pelas diferentes infraestruturas procedam à gestão de combustíveis nas seguintes dimensões:

**Tabela 7:** Rede secundária de FGC

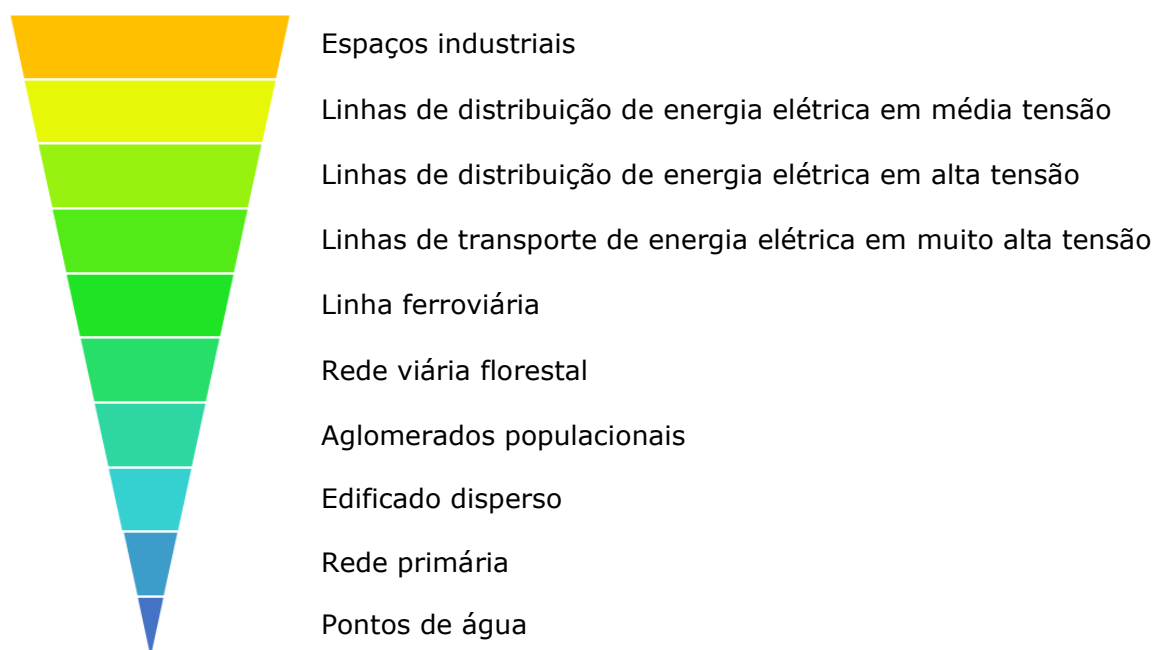
Redes secundárias de FGC	Largura (m)	Responsáveis
Faixa exterior aos <b>edifícios</b> inseridos em espaços rurais	<b>50*</b>	Proprietários
Faixa exterior aos <b>aglomerados</b> populacionais	<b>100</b>	Proprietários
Faixa exterior aos <b>parques e polígonos industriais</b> , inseridos ou confinantes com espaços florestais (adiante designado por espaços industriais)	<b>100</b>	Entidades gestoras
Faixa lateral à <b>rede viária florestal</b>	<b>10</b>	AAVI, SA CMP IP, SA Concessionários das vias
Faixa lateral à <b>rede ferroviária</b>	<b>10</b>	IP, SA
Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos exteriores das <b>linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão</b>	<b>10</b>	REN, SA
Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos exteriores das <b>linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão</b>	<b>10</b>	EDP Distribuição, SA
Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos exteriores das <b>linhas de distribuição de energia elétrica de média tensão</b>	<b>7</b>	EDP Distribuição, SA
Faixa de proteção imediata aos <b>pontos de água</b>	<b>50</b>	Proprietários

\* Podendo considerar-se as exceções previstas na legislação em vigor.

Embora a legislação em matéria de DFCI determine a largura mínima das faixas de gestão de combustíveis, a REN, S. A. e a EDP Distribuição, S. A. são regidas por uma legislação própria relativa às servidões administrativas. As larguras das faixas respeitantes às áreas definidas para as servidões administrativas são: 45 metros de largura na rede elétrica de muito alta tensão, 25 metros na rede elétrica de alta tensão e 15 metros na rede de média tensão.

No âmbito da criação da RFGC e com o objetivo da não duplicação de entidades a intervir no mesmo espaço houve necessidade de atribuir critérios para a sua execução. Assim, a responsabilidade de execução das FGC é atribuída pela seguinte ordem:

**Figura 5:** Priorização de execução das faixas de gestão de combustíveis



Todas as operações de gestão de combustíveis, construção e beneficiação de caminhos florestais deverão seguir os princípios orientadores de boas práticas florestais e ambientais.

A aprovação do PMDFCI de Portimão não dispensa o pedido prévio para qualquer intervenção em áreas que se situam dentro dos limites abrangidos pela Rede Natura 2000, assim como qualquer intervenção em áreas que se situam dentro dos limites abrangidos pela Rede Natura 2000, assim como qualquer outro que seja necessário no âmbito da legislação em vigor.

**Tabela 8:** Quantificação da área abrangida por Rede Natura 2000 por rede de FGC, com necessidade de intervenção

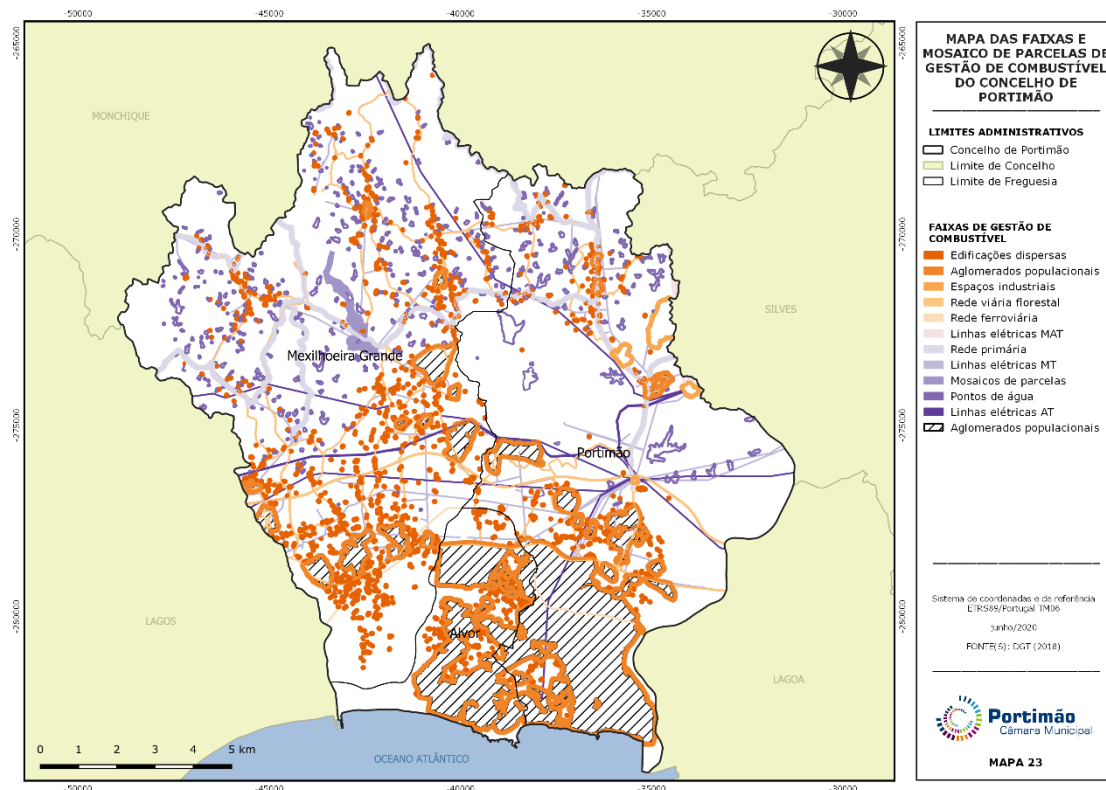
FGC	Área (ha)
Faixa exterior aos <b>edifícios</b> inseridos em espaços rurais	95,8
Faixa exterior aos <b>aglomerados</b> populacionais	18
Faixa lateral à <b>rede viária florestal</b>	1,0
Faixa lateral à <b>rede ferroviária</b>	1,6
<b>Rede primária</b>	7,8
Linhas de distribuição de energia elétrica em <b>média tensão</b>	1,4
Faixa de proteção imediata aos <b>pontos de água</b>	1,3
Linhas de distribuição de energia elétrica em <b>alta tensão</b>	0,2

O procedimento para a poda e corte de sobreiros e azinheiras nas faixas de gestão de combustíveis deverá proceder-se de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.

As faixas de gestão de combustíveis localizadas na envolvente de vias rodoviárias no âmbito do presente plano estão, igualmente sujeitas, a medidas excecionais relativamente à intervenção em espécies vegetais de acordo com o disposto no ponto IV do anexo do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação. Sempre que se esteja em presença de manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico, pode a CMDF aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis, carecendo as intervenções de parecer prévio.

As faixas referentes à RFGC definidas para o concelho de Portimão encontram-se devidamente representadas no mapa que a seguir se apresenta.

**Figura 6:** Mapa das faixas de gestão de combustível

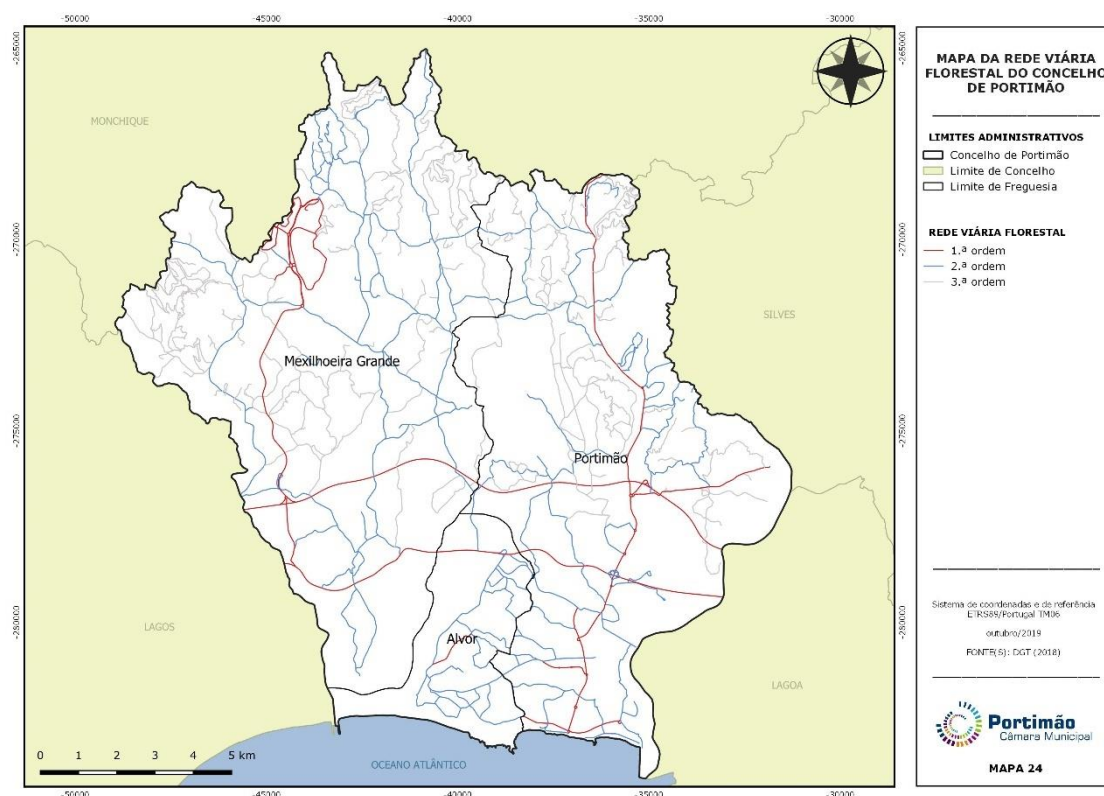


#### 4.1.2.1. Rede viária florestal (RVF)

A rede viária que serve os espaços florestais - RVF, constitui um dos fatores fundamentais para a valorização, proteção e usufruto pela sociedade dos espaços silvestres. Da multiplicidade de funções que a RVF desempenha são de salientar em especial o acesso aos aglomerados e outras infraestruturas, aos povoamentos e produtos florestais e ao recreio no espaço rural, todas elas integradas no planeamento florestal desde a elaboração dos primeiros instrumentos de ordenamento florestal. Simultaneamente, a RVF assume um papel central nas diferentes vertentes da proteção civil e do sistema de DFCI, garantindo o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva e infraestruturação, para as ações de vigilância e dissuasão ou para a 1.<sup>a</sup> intervenção e combate.

O concelho de Portimão possui uma rede viária com uma boa distribuição espacial em toda a sua área, destacando-se a A22, a EN124, a EN125 e a EN266 como os eixos rodoviários mais importantes.

**Figura 7:** Mapa da rede viária florestal

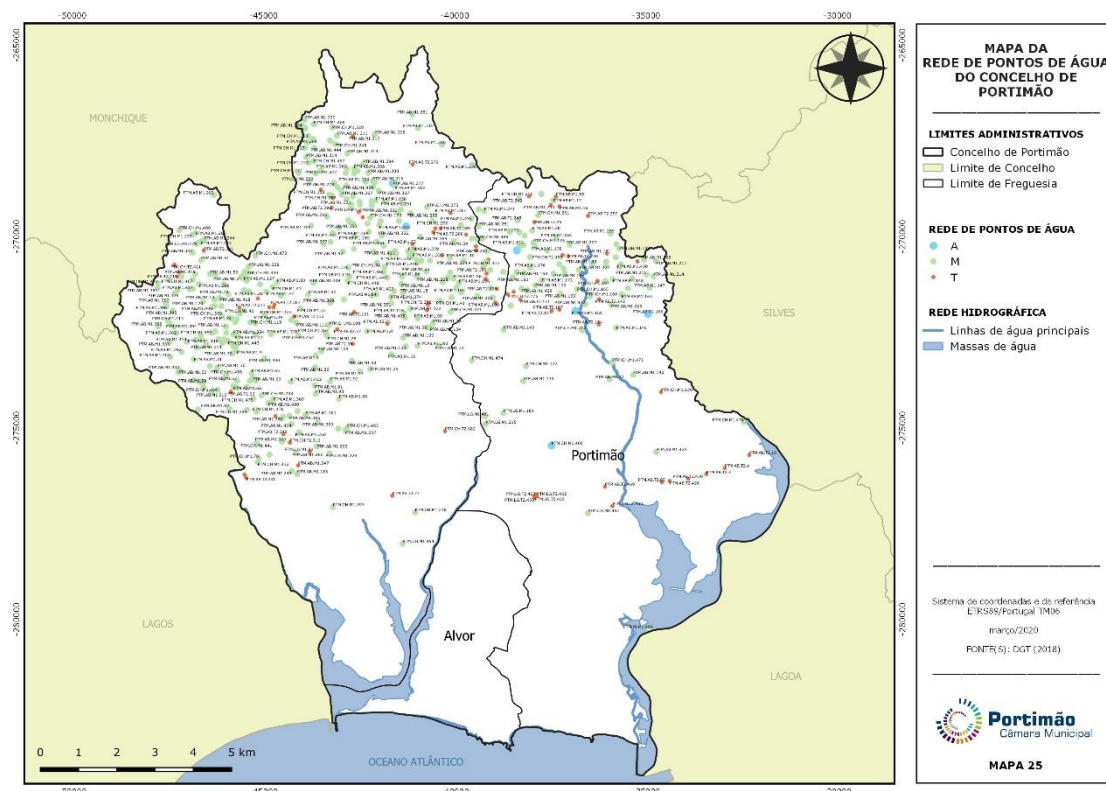


#### 4.1.2.2. Rede de pontos de água (RPA)

*"Em cada região deve ser garantida a existência de uma rede bem dimensionada de pontos de água, sempre que possível com fins múltiplos e acessíveis aos diferentes meios de combate, designadamente os aéreos (estes muito dependentes da existência ou não de obstruções físicas no ponto de água e zonas envolventes). O seu planeamento deve ter em linha de conta, ainda, as diferentes táticas de combate a incêndios florestais e as logísticas utilizadas em cada região do País" (Orientações estratégicas de reflorestação, junho de 2005).*

Uma boa RPA é fundamental para o apoio ao combate e supressão de incêndios florestais, com vista a um rápido reabastecimento de veículos terrestres e meios aéreos, otimizando a sua eficiência.

**Figura 8:** Mapa da rede de pontos de água



Remete-se em anexo a esta adenda a relação total da RPA existente no concelho.

#### 4.1.2.3. Silvicultura no âmbito da DFCI

A silvicultura preventiva engloba uma vasta gama de medidas que visam dificultar a progressão e a intensidade do fogo nos povoamentos florestais e, consequentemente, reduzir quaisquer danos causados nas árvores em virtude da passagem do fogo. Os povoamentos florestais deverão possuir a maior resistência possível à passagem do fogo reduzindo, desta forma, os meios de combate exigidos para a sua proteção.

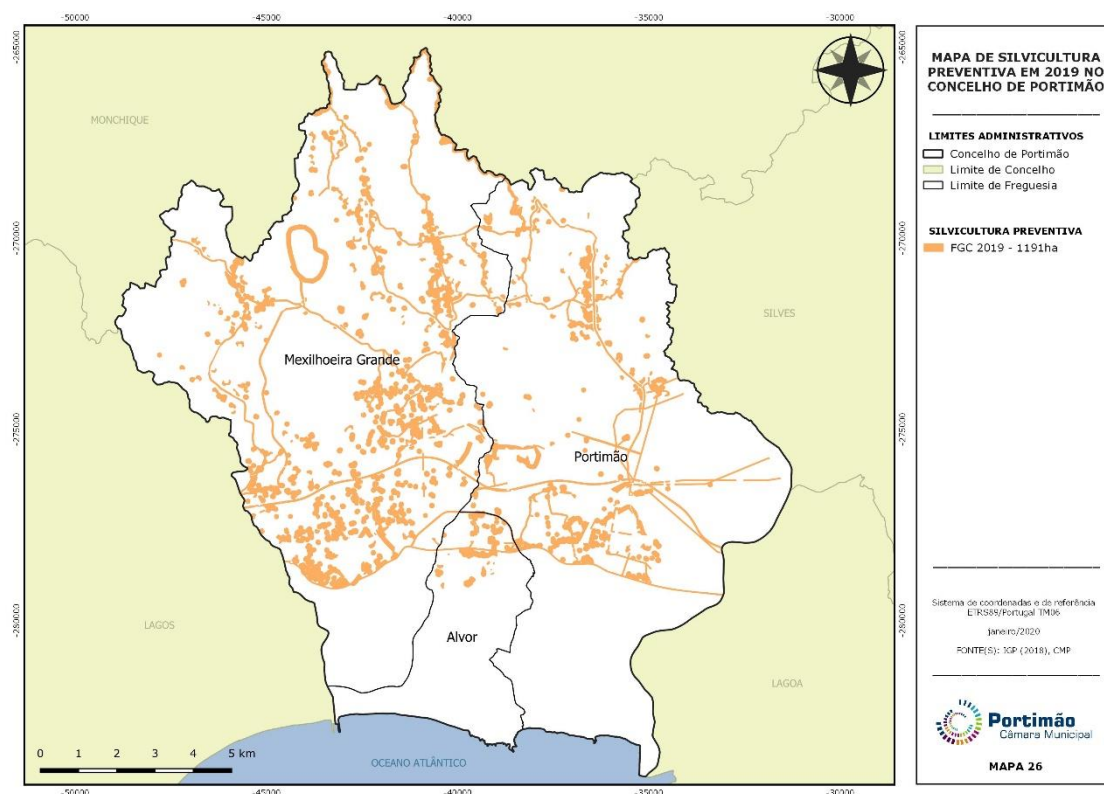
Silvicultura preventiva inclui:

- Gestão de combustíveis (manutenção do estrato rasteiro num nível de combustível que garanta a prevenção dos incêndios sem pôr em causa a proteção contra a erosão e a valorização da fertilidade do solo);
- Faixas auxiliares (gestão de combustíveis e desbaste junto a estradas e caminhos para dificultar o início do fogo junto à rede viária e garantir o trânsito das viaturas de combate);

- Gestão de combustíveis associado às linhas de transporte e distribuição de energia elétrica (eliminação parcial/ total da vegetação existente para evitar o risco de incêndio devido a descargas elétricas).

A figura seguinte apresenta as áreas sujeitas a ações de silvicultura preventiva em 2019, associada à gestão de combustíveis da rede primária e da rede secundária, nomeadamente, de proteção ao edificado disperso, linhas elétricas e rede viária.

**Figura 9:** Mapa da silvicultura no âmbito da DFCI



#### 4.1.3. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico

##### 4.1.3.1. Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA

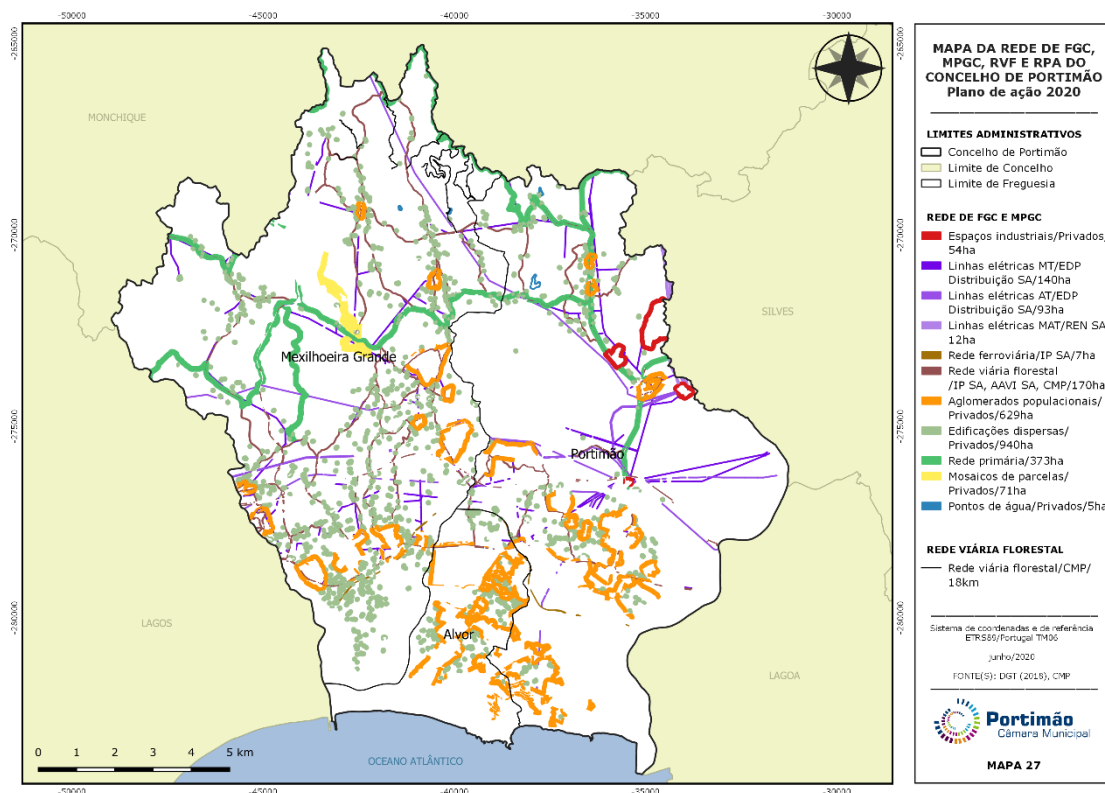
O planeamento da execução das FGC teve por base o histórico dos incêndios rurais, a carta de perigosidade de incêndio florestal e a carta de ocupação do solo.

Consideraram-se prioritárias as freguesias com perigosidade de incêndio da classe muito alta, e ainda as freguesias onde existe uma maior concentração de espaços florestais junto aos aglomerados populacionais.

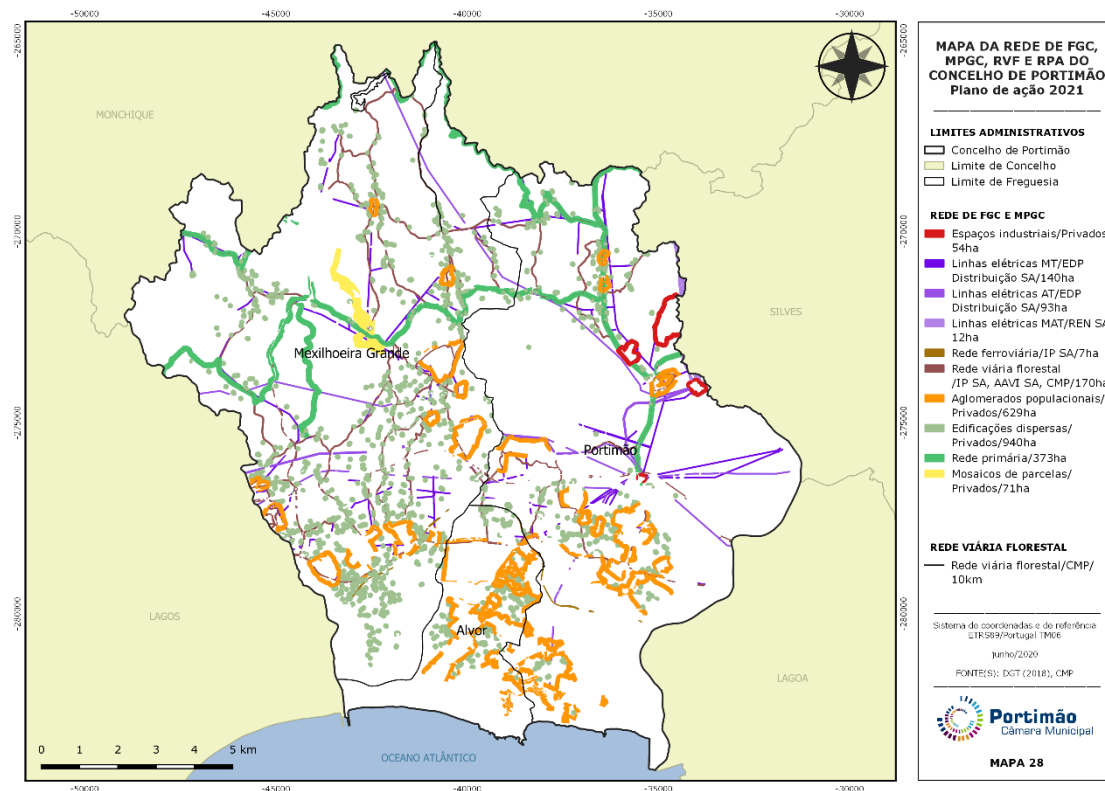
Nos mapas seguintes encontram-se representados os planos de ação referentes à execução/manutenção da Rede de FGC e beneficiação da RVF de 2020 a 2029.



**Figura 10:** Plano de ação 2020 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA

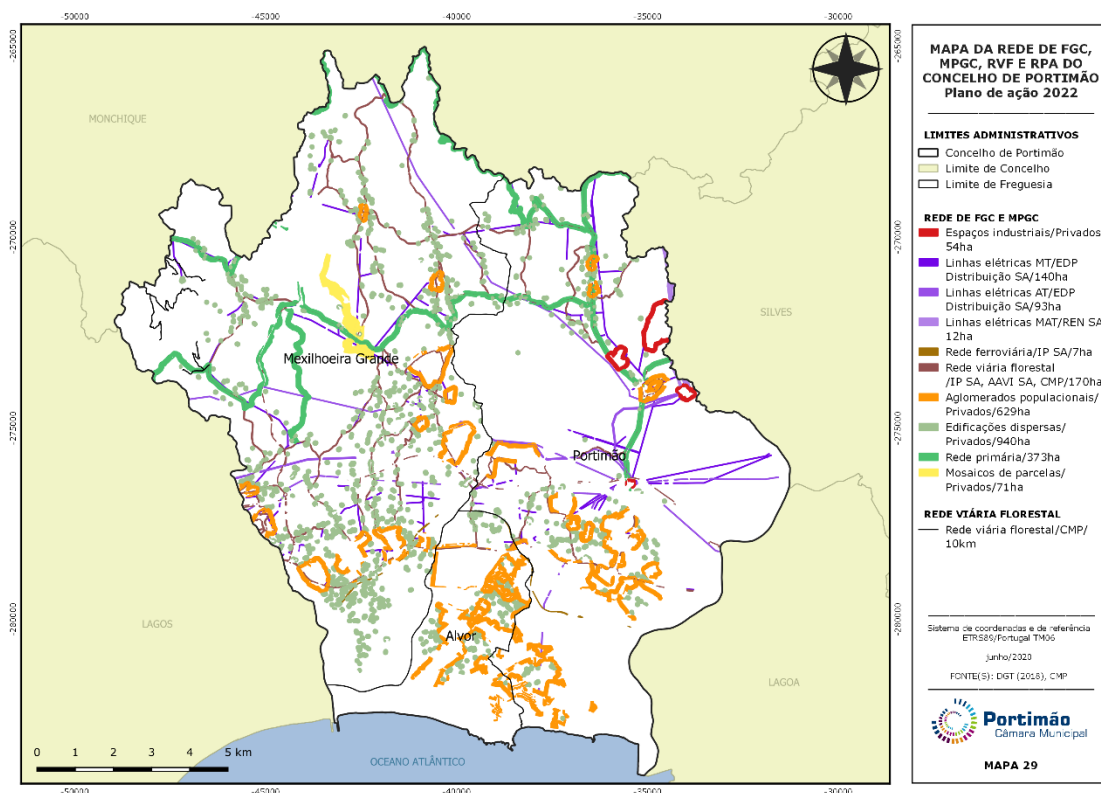


**Figura 11:** Plano de ação 2021 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA

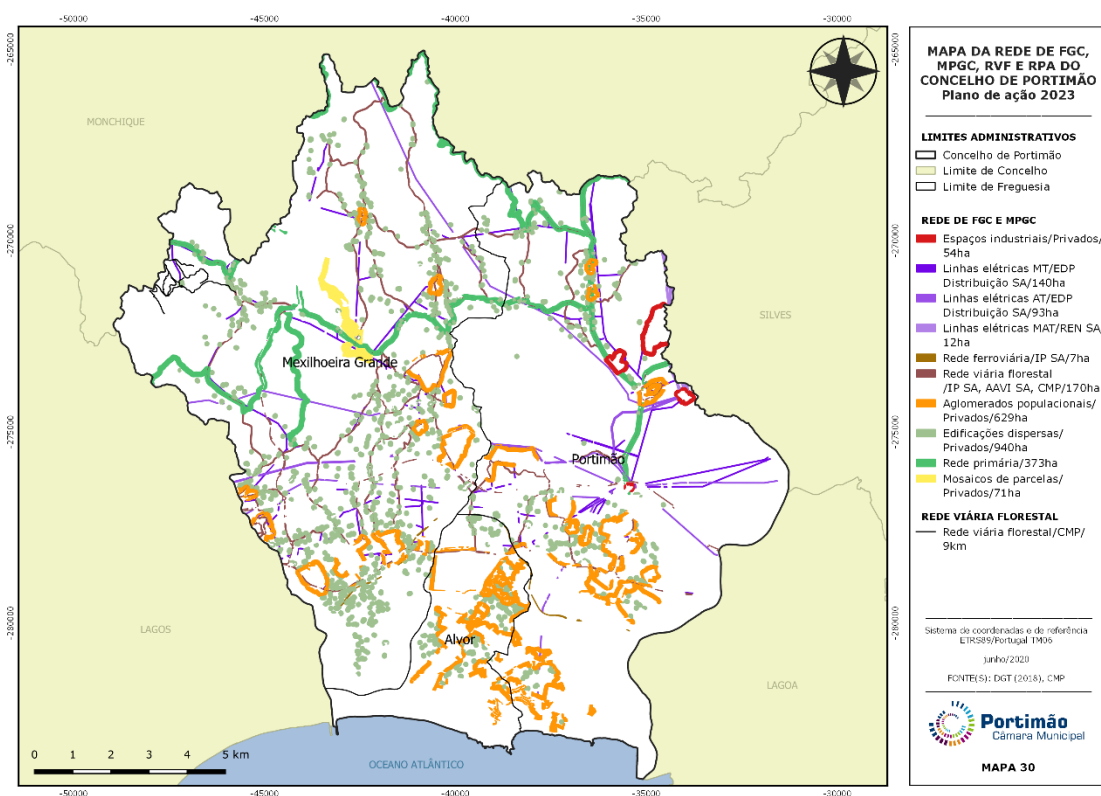




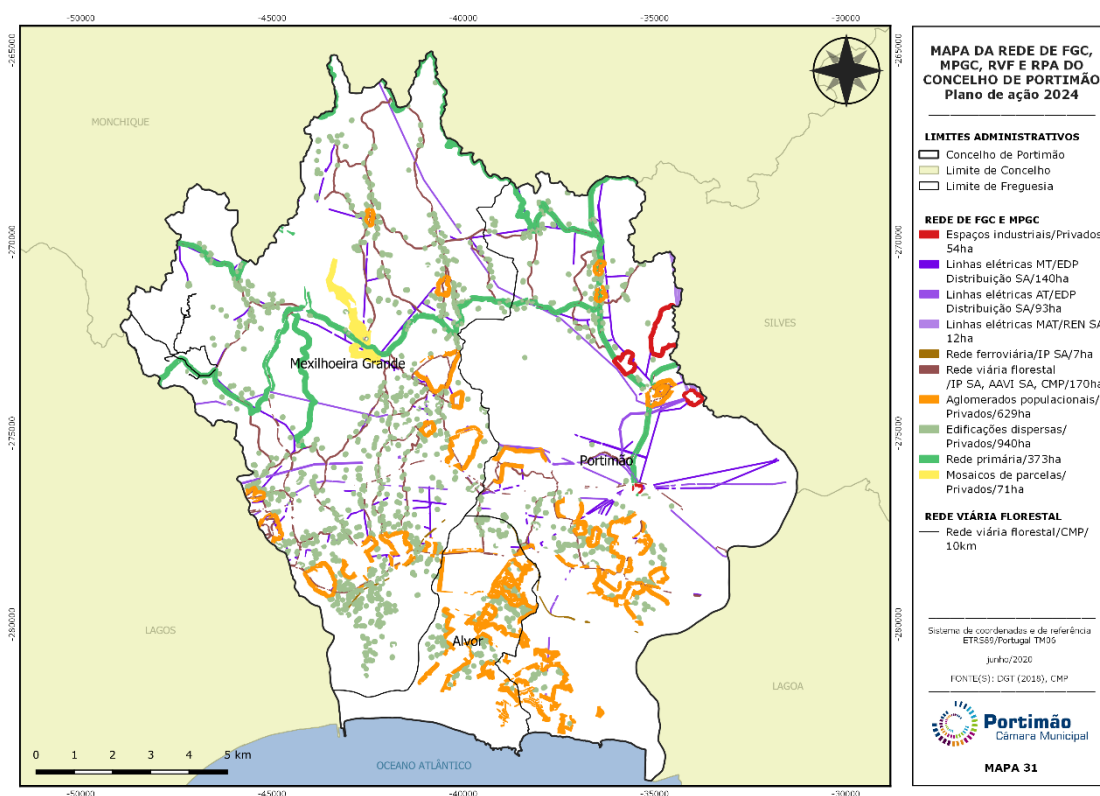
**Figura 12:** Plano de ação 2022 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



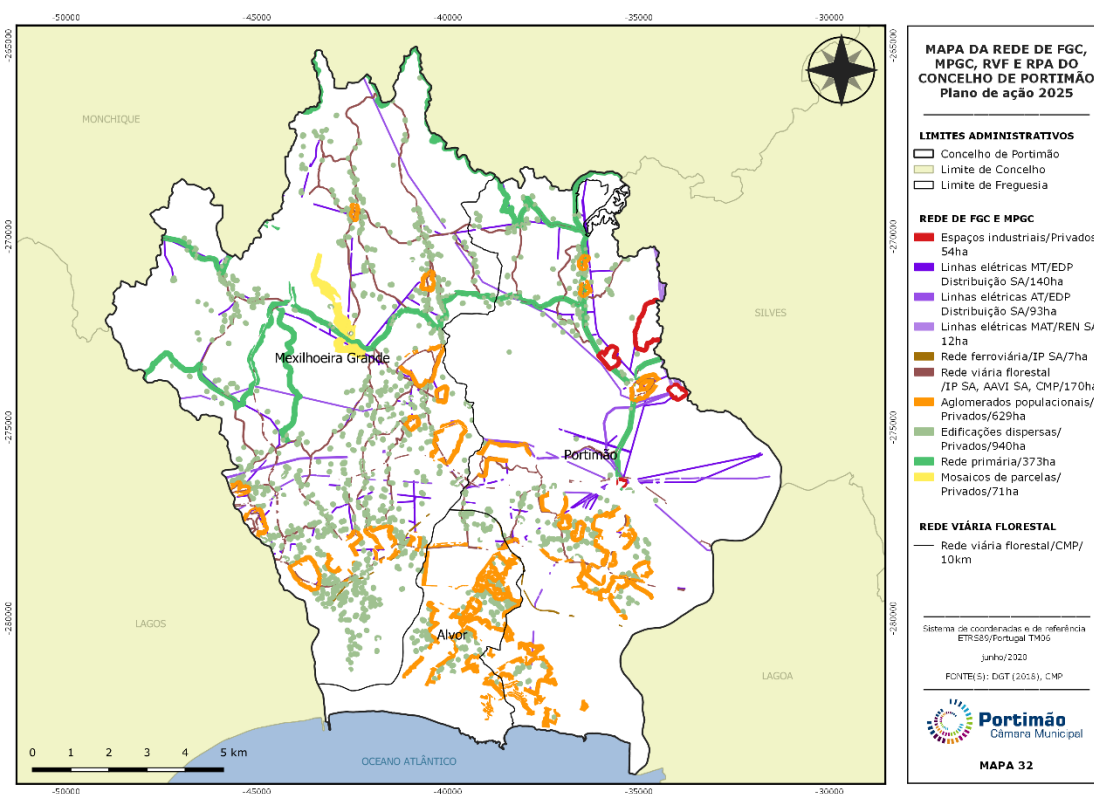
**Figura 13:** Plano de ação 2023 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



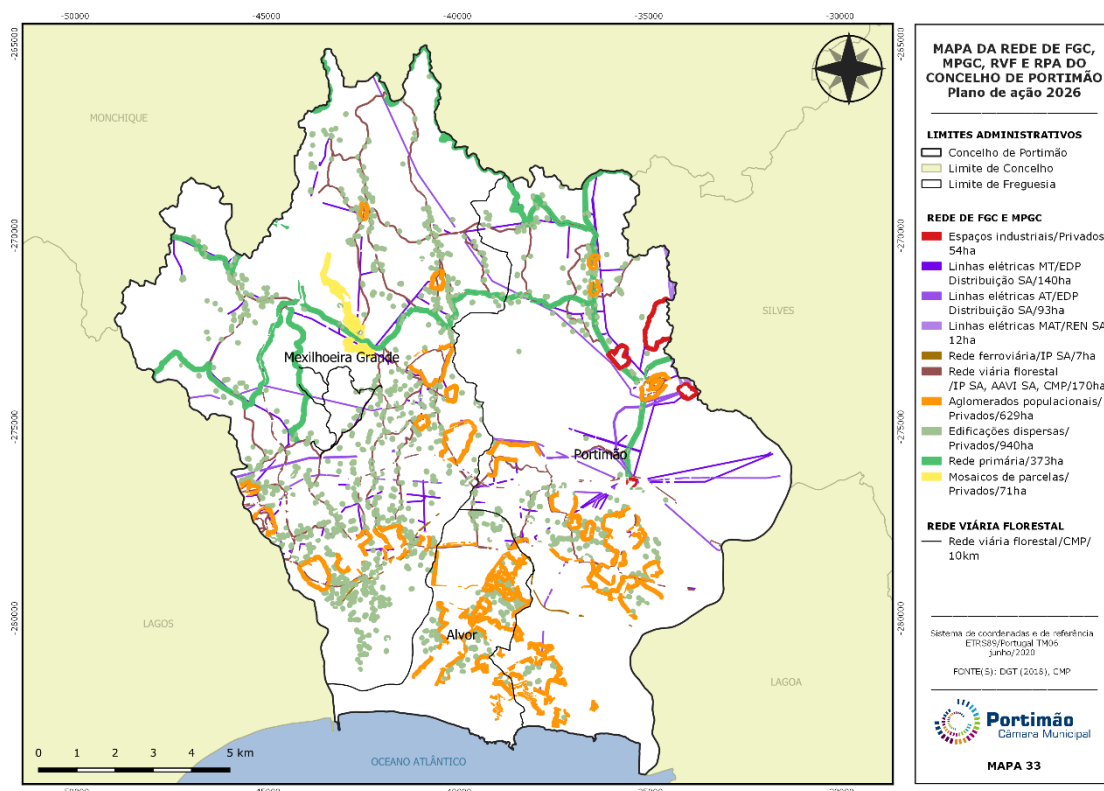
**Figura 14:** Plano de ação 2024 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



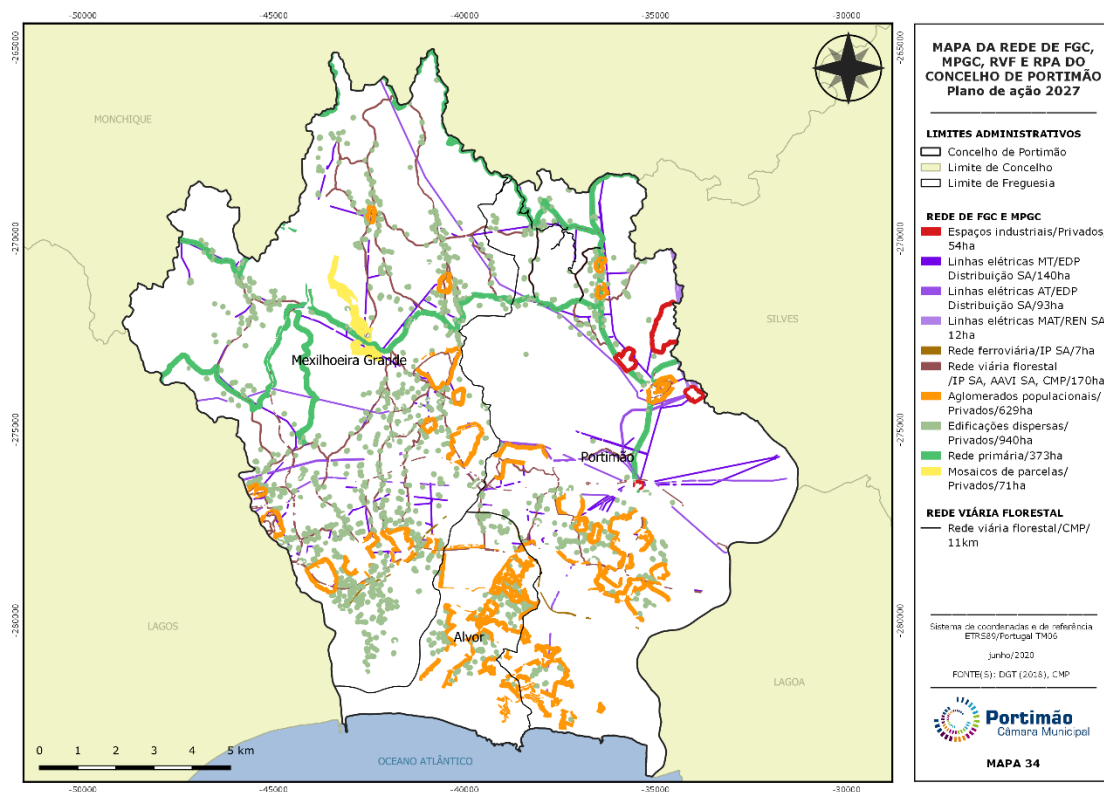
**Figura 15:** Plano de ação 2025 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



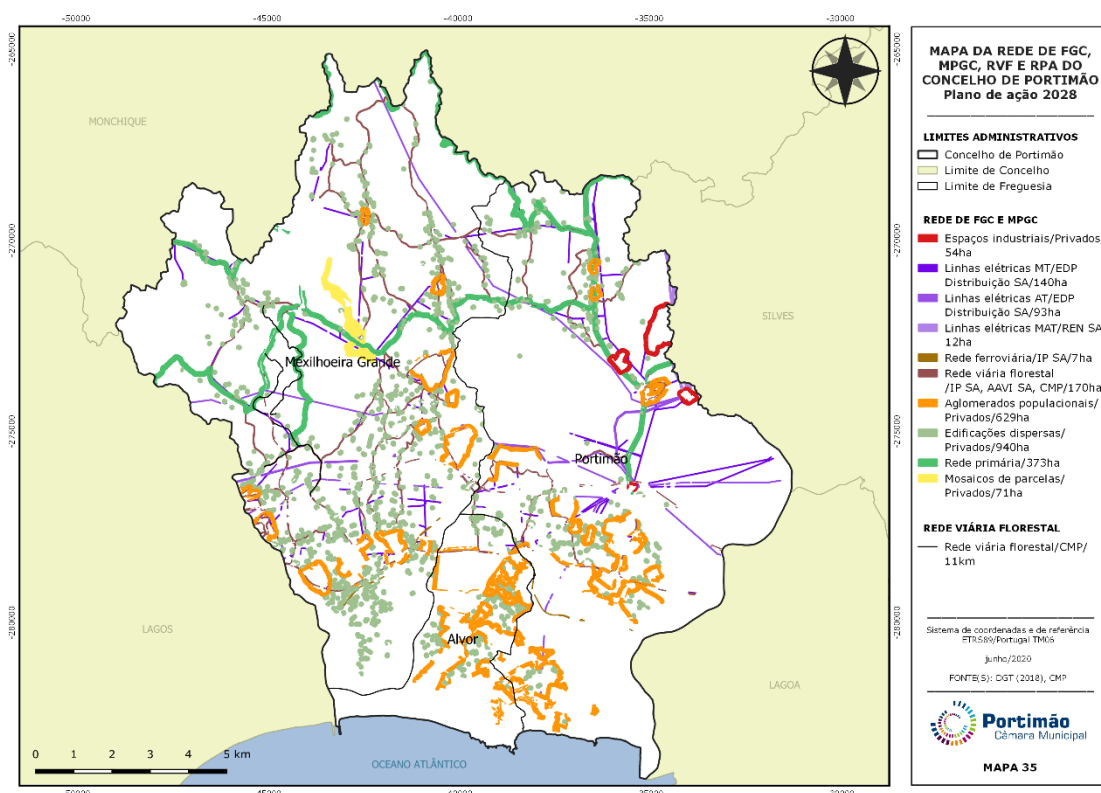
**Figura 16:** Plano de ação 2026 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



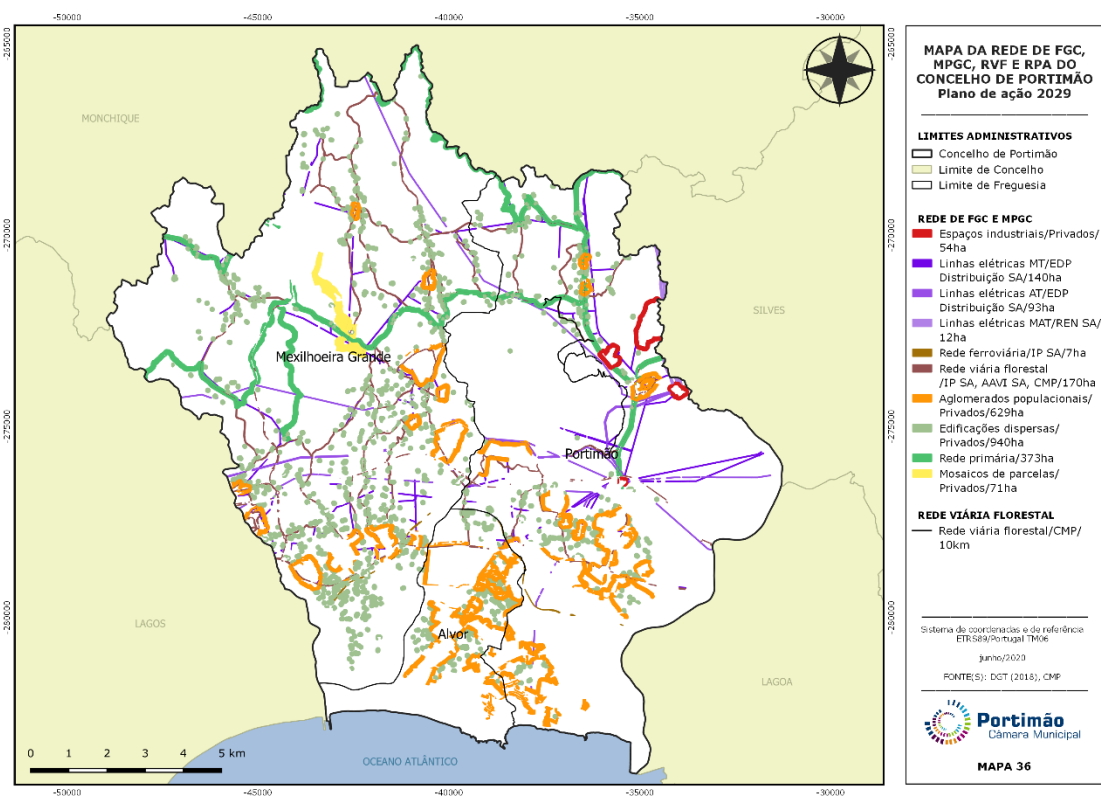
**Figura 17:** Plano de ação 2027 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



**Figura 18:** Plano de ação 2028 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



**Figura 19:** Plano de ação 2029 – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA



**Tabela 9:** Distribuição da área total de FGC com e sem necessidade de intervenção por ano para o período de vigência do PMDFCI

Código da FGC	Descrição da FGC	Responsável	Área total da FGC (ha)	Área com necessidade de intervenção (ha)	Área sem necessidade de intervenção (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
						2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1	Edificações dispersas	Privados	974	940	34	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940
2	Aglomerados populacionais	Privados	1075	629	446	629	629	629	629	629	629	629	629	629	629
3	Espaços industriais	Entidades gestoras das infraestruturas	62	54	8	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
4	Rede viária florestal	AAVI, SA	25	2	23	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		CMP	222	149	73	149	149	149	149	149	149	149	149	149	149
		IP, SA	42	19	23	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
5	Rede ferroviária	IP, SA	23	7	16	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
7	Linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão	REN, SA	12	12	0	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
8	Rede primária	-	422	373	49	373	373	373	373	373	373	373	373	373	373
10	Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	EDP, SA	250	140	110	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
11	Mosaico de parcelas	Privados	71	71	0	71	71	71	71	71	71	71	71	71	71
12	Pontos de água	Privados	381	5	376	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	EDP, SA	147	93	54	93	93	93	93	93	93	93	93	93	93



Na tabela 8 encontra-se apresentada, para as várias tipologias das FGC, a área, em hectares, das várias FGC, com e sem necessidade de intervenção, dando-se referência ao código da descrição da faixa.

De referir que, de acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, os edifícios que correspondam a obras de escassa relevância urbanística encontram-se excluídos da obrigação de execução da FGC de proteção. Excluem-se também as ruínas, pelo facto de não constituírem bem a proteger.

As FGC de proteção aos pontos de água não estão previstas no artigo 15.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, regendo-se pelo previsto na Portaria n.º 133/2007, de 26 de janeiro que define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

#### **4.1.3.2. Rede viária florestal**

A RVF é uma infraestrutura base para planeamento da rede de DFCI e terá que assegurar as seguintes funções (Silva e Páscoa, 2002):

- Circulação de patrulhas móveis encarregadas da vigilância e do ataque inicial a pequenos incêndios;
- Acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndios;
- Constituição de uma linha de luta, sobre a qual os veículos de combate poderão tomar posição, para combater um incêndio de maiores dimensões;
- O acesso a pontos de água.

Os caminhos florestais deverão possuir características que permitam uma circulação rápida e segura de veículos de combate com carga plena de água e deverão estar ligados a uma via de circulação principal. Caso não seja possível, é crucial a existência de locais de manobra e de inversão de marcha em locais com boa visibilidade.

A manutenção da RVF constitui, desta forma, uma peça imprescindível no combate a incêndios. As operações de manutenção deverão passar pela regularização/ manutenção do piso e do sistema de drenagem, através da limpeza de sedimentos, contribuindo para conservação do estado do piso devido à diminuição dos problemas de erosão.

As ações de beneficiação propostas poderão não traduzir fielmente os locais onde estas deverão incidir, pois não se trata aqui de um projeto de execução. Anualmente, deverá ser realizado um levantamento do estado de conservação dos caminhos e proceder à definição dos troços com necessidade de intervenção.

Remete-se em anexo a relação total da RVF existente no concelho e a respetiva operacionalidade.

**Tabela 10:** Distribuição do comprimento da RVF, com e sem necessidade de intervenção, por ano para o período 2020-2029

Classe de Rede DFCI	Responsável	Comprimento total (km)	Comprimento total com necessidade de intervenção (Km)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (Km)	Distribuição da área com necessidade de intervenção (Km)									
					2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1.ª ordem	AAVI, SA	13,7	0,0	13,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	IP, SA	22,7	0,0	22,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	CMP	10,8	0,0	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.ª ordem	CMP	202,2	14,0	188,2	0,7	5,5	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	3,9	0,0	1,8
Complementar	CMP	248,2	94,7	153,5	17,4	4,3	10,3	9,1	10,2	8,1	9,6	6,9	10,6	8,2
<b>Total</b>		<b>497,6</b>	<b>108,7</b>	<b>388,9</b>	<b>18,1</b>	<b>9,8</b>	<b>10,3</b>	<b>9,1</b>	<b>10,2</b>	<b>10,2</b>	<b>9,6</b>	<b>10,8</b>	<b>10,6</b>	<b>10,0</b>

#### 4.1.3.3. Rede de pontos de água

A existência de uma boa rede de pontos de água desempenha um papel fundamental no combate aos incêndios florestais. É fundamental, para um eficiente combate, um rápido abastecimento dos meios de combate.

Entende-se que uma intervenção ao nível de execução da FGC, associada à rede de FGC, é distinta de uma intervenção de beneficiação de ponto de água, como reparações na parede, no descarregador, associadas à sedimentação e/ou infiltração, ampliações, entre outras.

Uma vez que se prevê a intervenção ao nível da execução da faixa de proteção ao ponto de água, essa informação é vertida na cartografia digital das FGC, fazendo-se referência em à mesma em observações, na cartografia digital da rede de pontos de água.

Remete-se, em anexo, a relação total da RPA existente no concelho e a sua operacionalidade.



#### **4.1.3.4. Condicionalismos à edificação**

A classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares devem considerar a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI.

Fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade.

A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, a legislação em vigor na matéria.

As novas edificações ou ampliação de edifícios existentes em espaço florestal, ou com ele confinante, fora das áreas edificadas consolidadas, devem salvaguardar, na sua implantação, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medidos a partir da alvenaria exterior da edificação, salvo nos casos de exceção previstos na legislação em vigor, sujeitos a parecer da CMDF.

### 4.1.3.5. Metas e indicadores

**Tabela 11:** Metas e indicadores

Ação	Código da FGC	Descrição da FGC	Responsável	Meta	Unidade	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)										Total
						2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
FGC	001	Edificações dispersas	Privados	Execução de FGC através de ações de silvicultura preventiva, tendo em vista a proteção de edificações, infraestruturas e equipamentos e reduzir o perigo de incêndio rural	ha	940	940	940	940	940	940	940	940	940	940	9400
	002	Aglomerados populacionais	Privados			629	629	629	629	629	629	629	629	629	629	6290
	003	Espaços industriais	Entidades responsáveis			54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	540
	004	Rede viária florestal	Entidades responsáveis			170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	1700
	005	Rede ferroviária	IP, SA			7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	70
	007	Linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão	REN, SA			12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	120
	008	Rede primária	-			373	373	373	373	373	373	373	373	373	373	3730
	010	Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	EDP, SA			140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	1400
	011	Mosaico de parcelas	Privados			71	71	71	71	71	71	71	71	71	71	710
	012	Faixa de proteção imediata aos pontos de água	Privados			5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	013	Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	EDP, SA			93	93	93	93	93	93	93	93	93	93	930
	Total						2494	2489	2489	2489	2489	2489	2489	2489	2489	24895
RVF	1.ª ordem		CMP	Beneficiação/manutenção	km	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2.ª ordem					0,7	5,5	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	3,9	0,0	1,8	14,0
	Complementar					17,4	4,3	10,3	9,1	10,2	8,1	9,6	6,9	10,6	8,2	94,7
Total						18,1	9,8	10,3	9,1	10,2	10,2	9,6	10,8	10,6	10,0	108,7
RPA	Pontos de água		Privados	Beneficiação/manutenção	N.º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total						0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 4.1.3.6. Orçamentos e responsáveis

**Tabela 12:** Orçamentos e responsáveis

Ação	Código da FGC	Descrição da FGC	Responsável	Estimativa orçamental (C)										Total (C)
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
FGC	001	Edificações dispersas	Privados	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	1 175 000,00	11 750 000,00
	002	Aglomerados populacionais	Privados	786 250,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	787 500,00	7 862 500,00
	003	Espaços industriais	Entidades responsáveis	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	67 500,00	675 000,00
	004	Rede viária florestal	Entidades responsáveis	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	212 500,00	2 125 000,00
	005	Rede ferroviária	IP, SA	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	8 750,00	87 500,00
	007	Linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão	REN, SA	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	150 000,00
	008	Rede primária	-	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	466 250,00	4 662 500,00
	010	Linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão	EDP, SA	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	1 750 000,00
	011	Mosaico de parcelas	Privados	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	012	Faixa de proteção imediata aos pontos de água	Privados	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	102 000,00	1 020 000,00
	013	Linhas de distribuição de energia elétrica em alta tensão	EDP, SA	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	116 250,00	1 162 500,00
	Subtotal			3 124 500,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	3 125 750,00	31 256 250,00
RVF	1.ª ordem	CMP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2.ª ordem		1 645,00	12 925,00	0,00	0,00	0,00	4 935,00	0,00	9 165,00	0,00	4 230,00	32 900,00	
	Complementar		40 890,00	10 105,00	24 205,00	21 385,00	23 970,00	19 035,00	22 560,00	16 215,00	24 910,00	19 270,00	222 545,00	
Subtotal			42 535,00	23 030,00	24 205,00	21 385,00	23 970,00	23 970,00	22 560,00	25 380,00	24 910,00	23 500,00	255 445,00	
RPA	Pontos de água	Privados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total			3 167 035,00	3 148 780,00	3 149 955,00	3 147 135,00	3 149 720,00	3 149 720,00	3 148 310,00	3 151 130,00	3 150 660,00	3 149 250,00	31 511 695,00	

n.d. não determinado

## 4.2. 2.º Eixo estratégico – redução da incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências, leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, atuando em duas vertentes: o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objetivo do controlo das ignições, consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais, no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco (ICNF, 2012).

**Tabela 13:** Orientações constantes no PNDFCI

Orientações constantes no PNDFCI	
<b>Objetivos estratégicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educar e sensibilizar as populações;</li> <li>- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.</li> </ul>
<b>Objetivos operacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização da população;</li> <li>- Sensibilização e educação escolar;</li> <li>- Fiscalização.</li> </ul>
<b>Ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação;</li> <li>- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar;</li> <li>- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.</li> </ul>

### 4.2.1. Avaliação

#### 4.2.1.1. Comportamentos de risco

A identificação dos comportamentos de risco e o conhecimento das causas e motivações dos incêndios florestais são fundamentais para definir as ações de sensibilização e educação das populações, quando se trata de causas diretamente associadas à negligência. Neste sentido, a sensibilização é assumida neste plano como uma importante “arma” contra os incêndios.

Importa atuar junto das pessoas na consciencialização e alerta para os reais perigos que representam algumas práticas diárias, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, particularmente nas alturas do ano mais propensas à existência de incêndios florestais.

**Tabela 14:** Comportamentos de risco (2014-2018)

Grupo-alvo	Identificação de comportamentos de risco			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
População e geral	Queima de lixo	Uso do fogo para queima de locais apropriados	Todo o Concelho	Todo o ano
	Fumar em espaços rurais	Cigarros e fósforos lançados por indivíduos a pé e e em circulação motorizada		jun a set
	Uso incorreto do fogo	Fogueiras		jun a ago
	Inimputáveis	Irresponsabilidade de menores e demência		Todo o ano
	Imputáveis	Atos dolosos		Todo o ano
Campista / Turista	Fumar em espaços rurais	Cigarros e fósforos lançados por indivíduos a pé e e em circulação motorizada		jun a set
	Uso incorreto do fogo	Fogueiras		jun a ago
Proprietário florestal/agrícola	Realização de queimas e queimadas para gestão de combustíveis	Queima de resíduos agrícolas e florestais sem considerar as medidas de segurança necessárias		jan a set
Operador de máquinas agrícolas e florestais/ Empresas de exploração florestal	Lançamento de faúlhas	Lançamento de faúlhas por ausência de retentores de faúlhas e tapa chamas e ausência de extintores		ago
Caçadores	Fumar em espaços rurais	Cigarros e fósforos lançados por indivíduos a pé e e em circulação motorizada		jun a set
	Uso incorreto do fogo	Fogueiras		jun a ago
	Disparos de caçadores	Disparos de caçadores		Época de caça
Entidades gestoras de infraestruturas e energia elétrica	Linhas de transporte de energia elétrica	Linhas de transporte de energia elétrica que, por contato, descarga, quebra ou arco elétrico, dão origem a ignição (acidental)		jul a out

Fonte: SGIF

#### 4.2.1.2. Fiscalização

A prevenção dos incêndios rurais passa também pelas ações de fiscalização, sobretudo em áreas de maior risco associado. No período 2014-2018 foram levantados 31 autos de contraordenação e instruídos os respetivos processos, por infração à legislação da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente infrações no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

**Tabela 15:** Comportamentos de risco (2014-2018)

Anos		2014	2015	2016	2017	2018
N.º de autos levantados		2	2	2	6	19
Tipologia	Gestão de combustíveis			1	1	19
	Uso do fogo	2	2	1	5	
N.º de processos instruídos		2	2	2	6	19
N.º de contraordenações		2	2	2	6	19

Fonte: GNR

#### 4.2.2. Planeamento das ações referentes ao 2.º eixo estratégico

##### 4.2.2.1. Sensibilização

As campanhas de sensibilização a promover no concelho deverão ser continuamente analisadas de modo a se averiguar se os objetivos estão a ser cumpridos. É necessário que se defina desde o início as metas que se pretendem alcançar.

As ações de sensibilização a realizar recorrerão, principalmente, a mecanismos de divulgação institucionais, a afixação de *outdoors*, participação em feiras, divulgação de *spots* de rádio e na distribuição de *flyers* e divulgação porta-a-porta, bem como ações práticas demonstrativas do adequado comportamento no uso do fogo.

Na tabela seguinte apresentam-se as ações e objetivos, referente ao eixo 2.

**Tabela 16:** Resumo das ações a desenvolver para o público generalista, para os grupos específicos da população e para a população escolar para o período 2020 a 2029

Grupo Alvo	Descrição da Ação / Objetivos	Entidade responsável	Indicadores									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
População Geral	Divulgação das medidas DFCI a vigorar durante o período crítico, através da página eletrónica do município e meios de comunicação (redes sociais e órgãos de comunicação social)	SMPC/GTF	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set	jul a set
			Todas as freguesias									
	Sessões de informação e/ou sensibilização sobre a realização de queimas e queimadas e gestão de combustíveis/ Divulgação através dos meios de comunicação, juntas de freguesia e folhetos informativos	SMPC/GTF, em parceria com CB e GNR	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai
			Todas as freguesias									
	Simulacros Aldeias Seguras Pessoas Seguras		jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai	jan a mai
			Todas as aldeias identificadas no projeto									
	Informar os proprietários dos terrenos florestais confinantes com edificações da obrigatoriedade da gestão de combustíveis, através de editais, ofícios e divulgação através dos meios de comunicação.	SMPC/GTF	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr	out a abr
			Todas as freguesias									
Operadores de máquinas	Sessões de esclarecimento com o objetivo de reduzir o risco de ignição em espaço rural, eliminar comportamentos de risco e sensibilizar para a importância da manutenção do espaço rural	SMPC/GTF, em parceria com CB e GNR	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai	out a mai
			Todas as freguesias									
População escolar	Sessões de esclarecimento sobre DFCI/ saída de campo	SMPC/GTF, em parceria com CB e GNR	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun	abr a jun
			Todas as escolas do concelho (4.º e 8.º ano)									
	Comemoração do Dia Mundial da Floresta e do Dia da Floresta Autóctone		nov	nov	nov	nov	nov	nov	nov	nov	nov	nov
			Uma escola do concelho									

Por forma a aumentar a resiliência das populações contra os incêndios rurais foram implementados os programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras” em sete aglomerados populacionais referenciados como áreas de risco face ao perigo de incêndio rural. Em cada “aldeia segura” foi identificado um “Oficial de Segurança Local” responsável por alertar a população e dinamizar a sensibilização dos seus concidadãos, zelando pela evacuação dos aglomerados em caso de perigo, de acordo com os caminhos sinalizados para locais de refúgio seguros, antecipando a chegada dos meios de socorro.

Regularmente, devem ser realizados simulacros para testar o plano de evacuação inerente aos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas seguras” para aferir a sua operacionalidade.

Para além da sensibilização à população, a prevenção passa também por ações de fiscalização, que têm por objetivo garantir que as recomendações feitas são de facto adotadas, bem como fazer cumprir a legislação em vigor, mais concretamente o decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, nomeadamente no que se refere à limpeza dos terrenos confinantes com edificações em espaços rurais e aglomerados populacionais.

A sensibilização das populações assume um papel importante na estratégia de diminuição no número de ocorrências. Estas deverão ser contínuas no tempo, por forma a atingir-se uma diminuição de comportamentos de riscos. As campanhas de sensibilização visam incutir nas populações uma cultura de responsabilidade, bem como uma maior consciencialização, por parte das populações, da importância do valor e da preservação do património florestal.

A população alvo das ações de sensibilização deverá ser o mais abrangente possível. Os temas a apresentar deverão incluir, além da problemática dos incêndios, o esclarecimento das populações acerca da legislação vigente sobre a temática do ordenamento florestal e de âmbito DFCI bem como a apresentação de propostas viáveis, em termos económicos e sociais, para o ordenamento da floresta.

O reforço da sensibilização e fiscalização nas áreas ardidas deverá ser realizado tendo em vista a utilização de espécies mais adequadas à área e de maior resistência ao fogo, proporcionando desta forma a melhor condução e prevenção para evitar e minorar novas situações de risco de incêndio.

A realização de ações de sensibilização da população visa a redução do número de incêndios, a preservação do património florestal e a diminuição da vulnerabilidade dos aglomerados populacionais.

Para além da sensibilização da população relativamente às consequências dos diferentes comportamentos que têm nos espaços florestais, deverão ser realizadas



ações de fiscalização com o objetivo de garantir que as recomendações dadas são aplicadas.

Os três grandes vetores de atuação, ao nível local, que devem orientar as ações de sensibilização são os seguintes:

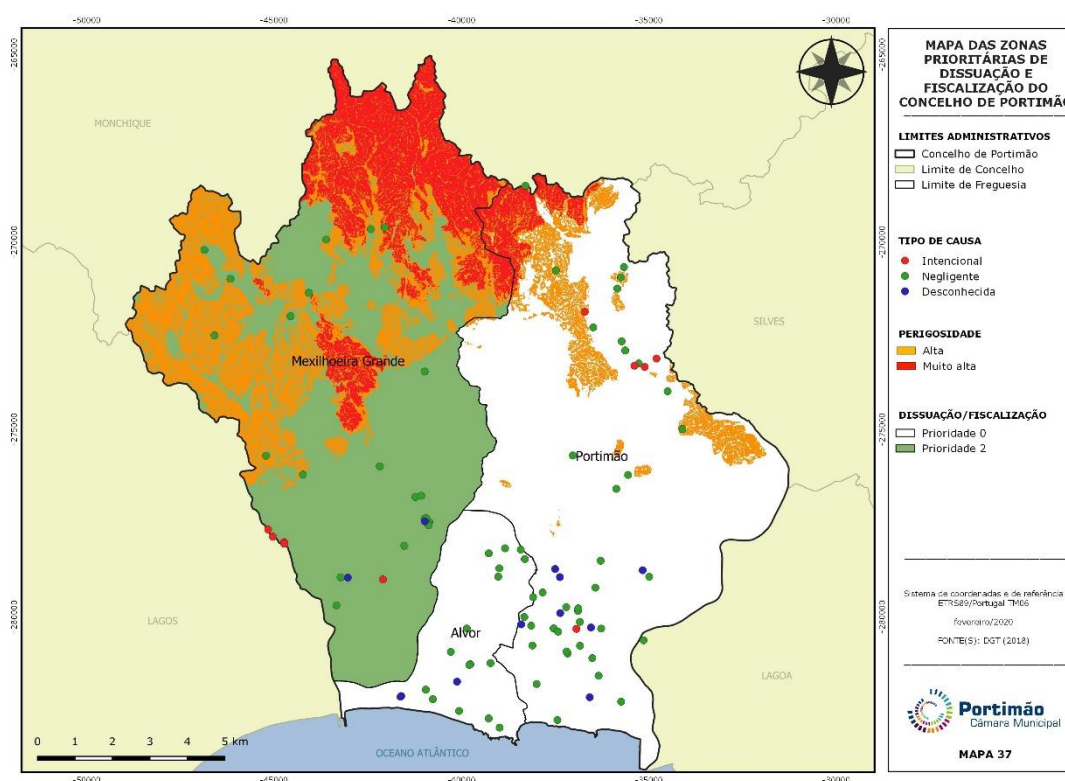
1. Sensibilização do público generalista (maioritariamente urbano);
2. Sensibilização de grupos específicos da população (população rural);
3. Sensibilização da população escolar (educação para o risco).

#### 4.2.2.2. Fiscalização

No âmbito do PNDFCI, a responsabilidade das ações de fiscalização compete à Guarda Nacional Republicana (GNR), à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Polícia Marítima (PM), ao ICNF, I.P., à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), às câmaras municipais.

Na figura seguinte encontram-se classificadas as freguesias do concelho de Portimão segundo prioridades ao nível da dissuasão e fiscalização, tendo como base a localização das áreas ardidas, pontos prováveis de início e comportamentos de risco identificados.

**Figura 20:** Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização



### 4.2.2.3. Metas e indicadores

Na tabela seguinte apresentam-se as metas e indicadores, referente ao eixo 2.

**Tabela 17:** Metas e indicadores referentes ao 2.º eixo estratégico

Ação	Metas	Unidades	Indicadores									
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Sensibilização	Realização de ações de informação e/ou sensibilização dirigidas à população geral/rural/florestal/operadores de máquinas	N.º de ações realizadas	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
	Realização de ações de sensibilização nas escolas		50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Aldeias Seguras		7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Fiscalização	Garantir que não são realizadas queimadas e/ou queima de sobrantes em dias com risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo e no período crítico	N.º de patrulhamentos	Durante o período crítico e todos os dias do ano considerados com índice de risco de incêndio muito elevado e máximo									
	Proteger as zonas e interface urbano/florestal. Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (aglomerados, edificações, etc.)	N.º de ações de fiscalização	Todo o ano									
	Fiscalizar a circulação e permanência nas zonas críticas em dias com risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo e Período Crítico	N.º de patrulhamentos	Durante o período crítico e todos os dias do ano considerados com índice de risco de incêndio muito elevado e máximo									

Na tabela seguinte apresentam-se o orçamento e responsáveis, referente ao eixo 2.

**Tabela 18:** Orçamento e responsáveis

Ação	Metas	Responsáveis	Estimativa orçamental (€)										Total (€)
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
Sensibilização	Realização de ações de informação e/ou sensibilização dirigidas à população geral/rural/florestal	SMPC/GTF, em parceria com o CB e a GNR	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	25 000,00
	Realização de ações de sensibilização nas escolas		3 000,00	3 050,00	3 100,00	3 150,00	3 200,00	3 250,00	3 300,00	3 350,00	3 400,00	3 500,00	32 300,00
	Aldeias Seguras		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	5 000,00
Fiscalização	Garantir que não são realizadas queimadas e/ou queima de sobrantes em dias com risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo e Período Crítico	GNR/SMPC											
	Proteger as zonas e interface urbano/florestal. Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (aglomerados, edificações, etc.)												
	Fiscalizar a circulação e permanência nas zonas críticas em dias com risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo e Período Crítico												
Total			6 000,00	6 050,00	6 100,00	6 150,00	6 200,00	6 250,00	6 300,00	6 350,00	6 400,00	6 500,00	62 300,00

### 4.3. 3.º Eixo estratégico – melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos incêndios, antes que estes assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

Assim sendo, neste capítulo serão definidos previamente canais de comunicação, formas de atuação, levantamento de responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuindo desta forma para a eficácia na resposta aos incêndios florestais.

**Tabela 19:** Orientações constantes no PNDFCI

Orientações constantes no PNDFCI	
<b>Objetivos estratégicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção;</li> <li>- Adequação da capacidade de 1ª intervenção;</li> <li>- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.</li> </ul>
<b>Objetivos operacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado;</li> <li>- Estruturar o nível municipal de 1.ª intervenção;</li> <li>- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós rescaldo;</li> <li>- Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.</li> </ul>
<b>Ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes;</li> <li>- Definição de setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo;</li> <li>- Identificação dos sistemas de vigilância e deteção;</li> <li>- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.</li> </ul>

Na definição de objetivos e ações que fazem parte deste Eixo Estratégico foi considerada a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e causalidade dos incêndios e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios.

### 4.3.1. Avaliação

#### 4.3.1.1. Vigilância e deteção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios rurais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os postos de vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1.ª intervenção.

A vigilância fixa é assegurada pelos postos de vigilância da Rede Nacional de Postos de Vigia, e a sua gestão e funcionamento é da responsabilidade da GNR. Os postos de vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1.ª intervenção.

#### Vigilância fixa

Os postos de vigia, da rede nacional de postos de vigia (RNPV) que têm visibilidade sobre o concelho de Portimão situam-se na Madrinha (PV 82-01) e na Picota (PV 82-02), ambos no concelho de Monchique, e o seu período de funcionamento é definido anualmente pela GNR.

**Tabela 20:** Postos de vigia

Concelho	Designação	Indicativo	Coordenadas	
			X	Y
<b>Monchique</b>	Madrinha	82-01	157453	38200
<b>Monchique</b>	Picota	82-02	164676	38036

(Fonte: <http://scrif.igeoe.pt/>, 17/10/2019)

#### Vigilância móvel

A vigilância móvel é muito importante no sistema de vigilância e deteção de incêndios pois permite, em articulação com a vigilância fixa, assegurar uma vigilância efetiva das zonas sem visibilidade pelos postos de vigia. Para além disso, a vigilância móvel tem como vantagem ser efetuada com recurso a veículos equipados com kit de primeira intervenção e por ferramentas manuais e mecânicas de sapador o que permite uma resposta rápida nas operações de 1.ª intervenção e ataque inicial, como é o caso da eSF.

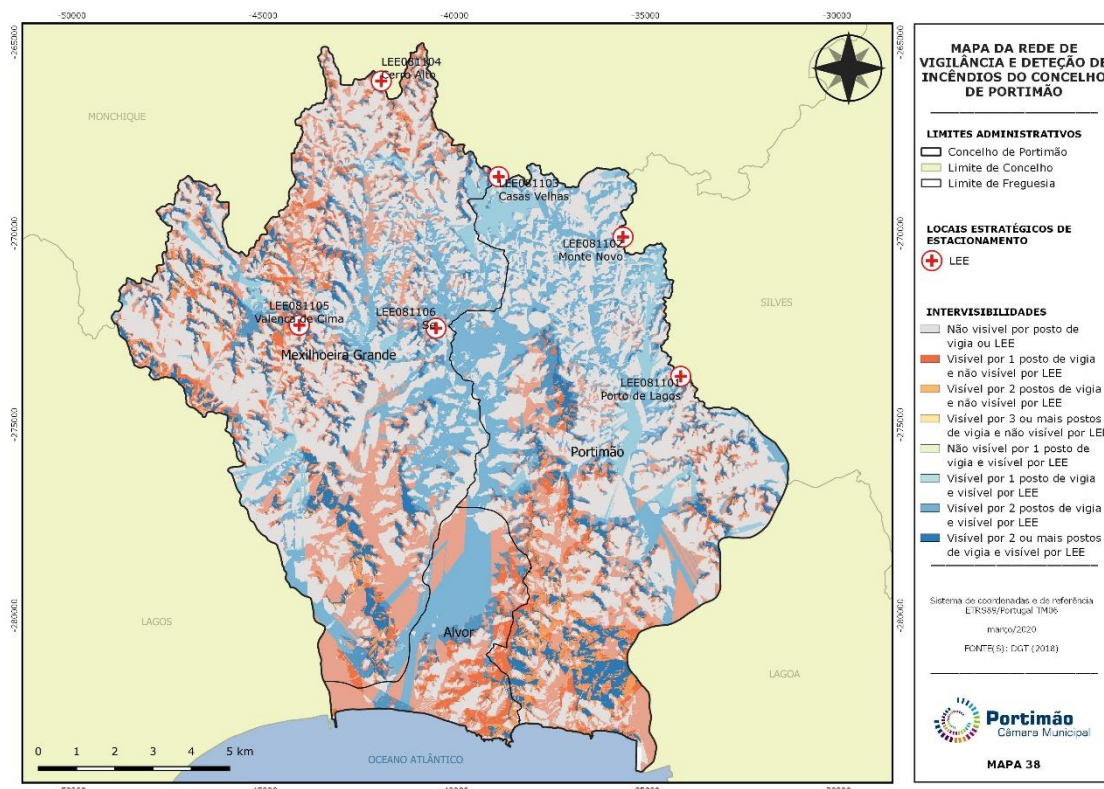
No concelho de Portimão, a vigilância móvel em 2019 é assegurada por:

- 1 equipa de sapadores florestais (SF 07-150);
- Equipas da GNR (GIPS e SEPNA);
- Equipas da PSP;
- Equipas da Polícia Marítima;
- Equipa da Escola de Cadetes e Infantes dos Bombeiros de Portimão.

Os percursos a efetuar pelas equipas de vigilância móvel devem percorrer os locais estratégicos de estacionamento (LEE). Os LEE constituem pontos no território onde se considera ótimo o posicionamento das equipas. São locais com boa visibilidade, garantindo o objetivo de máxima rapidez na primeira intervenção e, simultaneamente, os objetivos de vigilância e dissuasão eficazes.

A figura seguinte tem por objetivo avaliar a capacidade de vigilância e deteção no período de 1 de julho a 30 de setembro (nível de empenhamento reforçado - nível IV no âmbito do dispositivo especial de combate aos incêndios rurais (DECIR)), através da combinação das bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia da rede nacional com campo de visão para o concelho de Portimão e das bacias de visibilidade associadas aos LEE definidos para este território.

**Figura 21:** Localização e identificação dos LEE



Na tabela seguinte identifica-se o índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas de vigilância e deteção (incluindo postos de vigia) nos diferentes níveis de empenho.

**Tabela 21:** Índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas de vigilância e deteção

Nível de empenhamento DECIR	Período	N.º incêndios rurais (2018)	N.º equipas de vigilância e deteção	N.º elementos	Índice (n.º de incêndios/n.º equipas 2018)
Permanente – Nível I	1jan a 14mai	3	1	5	0,6
Reforçado – Nível II	15mai a 31mai	0	1	5	0,0
Reforçado – Nível III	1jun a 30jun	1	1	5	0,2
Reforçado – Nível IV	1jul a 30set	9	2	10	0,9
Reforçado – Nível III	1out a 15out	0	2	10	0,0
Reforçado – Nível II	16out a 31out	0	1	5	0,0
Permanente – Nível I	1nov a 31dez	0	1	5	0,0

Pela análise da tabela 21, verifica-se que a fase “Reforçado – Nível IV” é a que apresenta maior índice entre o número de incêndios e equipas de vigilância e deteção. Isto é, embora o número de equipas de vigilância aumente na fase “Reforçado – Nível IV”, o aumento do número de incêndios leva a que esta seja a fase onde o índice é mais desfavorável.

#### 4.3.1.2. Primeira intervenção

O tempo de chegada dos meios de primeira intervenção ou de ataque inicial ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia das manobras de supressão, de forma a evitar que os incêndios assumam proporções incontrolláveis.

No mapa seguinte identifica-se o tempo estimado de chegada para a 1.ª intervenção a partir dos LEE. De uma forma geral, todo o território encontra-se com cobertura de potencial tempo de chegada até aos 20 minutos.

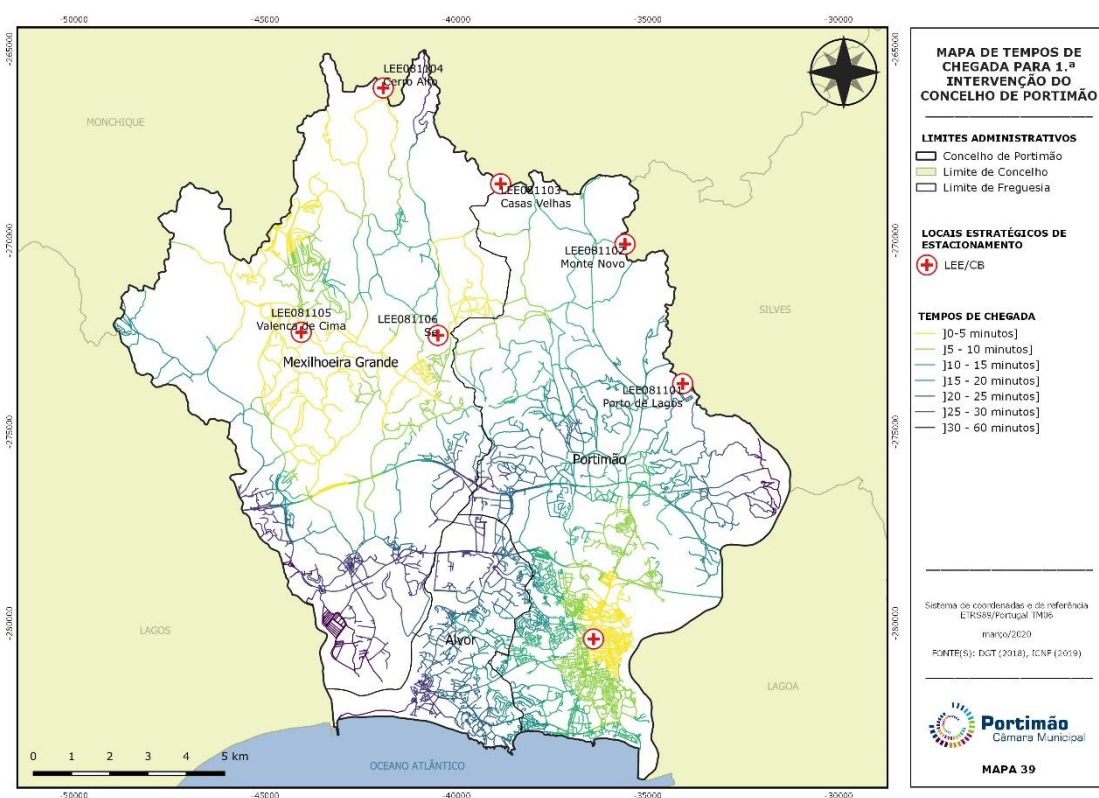
Na tabela seguinte identifica-se o índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nos diferentes níveis de empenho.



**Tabela 22:** Índice entre o número de incêndios rurais e o número total de equipas 1.<sup>a</sup> intervenção

Nível de empenhamento DECIR	Período	N.º incêndios rurais (2018)	N.º equipas de 1.ª intervenção	N.º elementos	Índice (n.º de incêndios/n.º equipas 2018)
Permanente – Nível I	1jan a 14mai	3	1	5	0,6
Reforçado – Nível II	15mai a 31mai	0	1	5	0,0
Reforçado – Nível III	1jun a 30jun	1	1	5	0,2
Reforçado – Nível IV	1jul a 30set	9	4	20	0,5
Reforçado – Nível III	1out a 15out	0	4	20	0,0
Reforçado – Nível II	16out a 31out	0	1	5	0,0
Permanente – Nível I	1nov a 31dez	0	1	5	0,0

**Figura 22:** Potencial do tempo de chegada para a 1.<sup>a</sup> intervenção



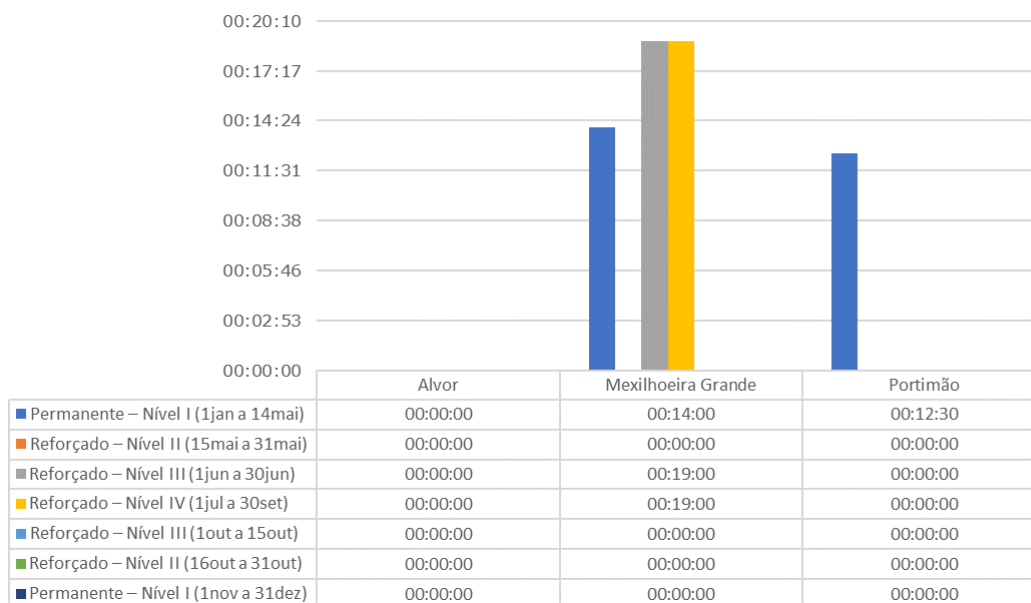
O cálculo do tempo médio de chegada para a primeira intervenção, por freguesia e nos diferentes níveis de empenhamento, é feito através da diferença da hora de alerta e da hora da primeira intervenção, com base nos dados do SGIF, dos incêndios rurais de 2018.

Através figura anterior, verifica-se que de uma forma geral os tempos de chegada para a primeira intervenção são inferiores a 20 minutos.



**Gráfico 1:** Tempo médio de chegada dos meios de 1.<sup>a</sup> intervenção nos diferentes níveis de empenhamento

**Tempo médio de chegada dos meios de 1.<sup>a</sup> intervenção (hh:mm:ss)**



Perante estes resultados, é importante manter este dispositivo ao longo do ano por forma manter a eficácia da primeira intervenção.

#### 4.3.1.3. Rescaldo e Vigilância pós-incêndio

Entre 2009 e 2018, ocorreu apenas 1 reacendimento registado em 2012, na sequência do qual arderam 0,16ha, aproximadamente.

Em 2016, na sequência do reacendimento do incêndio da Foia que teve início no concelho de Monchique, arderam 1938,5ha no concelho de Portimão.

### 4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico

#### 4.3.2.1. Metas e indicadores

**Tabela 23:** Identificação das ações e definição das metas e indicadores, por ano, para o período de vigência do PMDFCI, e por níveis de empenho

Nível de empenhamento DECIR	Ação	Responsáveis	Metas	Indicadores									
				2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Permanente Nível I	Vigilância e deteção	GNR + PSP + eSF	Diminuir o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<2	<2	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
Reforçado Nível II e Nível III	Vigilância e deteção	GNR + PSP + eSF	Diminuir o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
	Primeira intervenção	GNR (GIPS) + CB + eSF	Diminuir o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	CB + eSF	Manter o número de reacendimentos nulo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforçado Nível IV	Vigilância e deteção	GNR + PSP + eSF	Diminuir o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<4	<3	<2	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
	Primeira intervenção	GNR (GIPS) + CB + eSF		<8	<7	<6	<5	<4	<3	<2	<1	<1	<1
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	CB + eSF		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforçado Nível III e Nível II	Vigilância e deteção	GNR + PSP + eSF	Diminuir o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<2	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
	Primeira intervenção	GNR (GIPS) + CB + eSF		<2	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	CB + eSF		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Permanente Nível I	Vigilância e deteção	GNR + PSP + eSF	Manter o índice: n.º incêndios/ n.º equipas de vigilância e deteção	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1

### 4.3.2.2. Orçamento e responsáveis

**Tabela 24:** Orçamento e responsáveis, por ano, para o período de vigência do PMDFCI

Ação	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)										Total (€)
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
Vigilância e deteção	GNR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	PSP	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	eSF	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	<b>150 000,00</b>
Primeira intervenção	GNR (GIPS)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	CB	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	<b>1 500 000,00</b>
	eSF	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	<b>150 000,00</b>
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	CB	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	<b>300 000,00</b>
	eSF	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	<b>150 000,00</b>
<b>Total</b>		<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>225 000,00</b>	<b>2 250 000,00</b>

\*o orçamento insere-se no normal funcionamento daquela entidade

#### **4.4. 4.º Eixo estratégico – recuperar e reabilitar os ecossistemas**

A recuperação das áreas ardidas é uma das principais ações que se devem realizar para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais.

Os impactes ambientais dependem da dimensão e da intensidade dos incêndios, assim como a época do ano em que os mesmos se registam. As consequências mais importantes verificam-se ao nível de:

- Combustão de volumes consideráveis de material arbóreo, arbustivo e herbáceo;
- Efeito sobre o solo ao nível da sua estrutura e agregação, infiltração e movimento da água no solo, provocando erosão hídrica;
- Efeitos sobre as árvores ao nível de ataques de doenças e pragas pelo facto do material ardido não ser retirado;
- Alterações nas espécies no processo de rearborização, o que provocará o desequilíbrio do meio natural;
- Efeitos sobre a fauna e a flora, provocando alterações no número de espécies animais e vegetais, pela dependência de determinada comunidade vegetal e animais.

A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de atuação:

- i. Intervenções de curto prazo, em que se pretende que a sua efetivação seja imediata, que se designam por estabilização de emergência, e cujo objetivo é evitarem a degradação dos recursos (água e solo), e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);
- ii. Intervenções de médio prazo, que se referem a técnicas que podem ser aplicadas logo após o incêndio, ou não, ou cujos efeitos de proteção, só se fazem, sentir após algum tempo. Estas intervenções, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

No planeamento das intervenções de estabilização de emergência, há que definir prioridades e tipos de intervenção, especialmente vocacionadas para o controlo de erosão, em função dos elementos fisiográficos mais relevantes (declives, extensão das encostas), e da cobertura do solo. Nestas situações deve ser avaliada a necessidade, ou não de intervenções sobre os três elementos mais importantes: as encostas, as linhas de água e rede viária florestal.

As ações de reabilitação de povoamentos e habitats florestais, devem aproveitar a janela de oportunidade que os incêndios criam para alterações estruturais no território, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de DFCI e uma correta gestão florestal. Deve dar-se especial atenção, à remoção do material lenhoso ardido, ao aproveitamento da regeneração natural, ao tratamento do arvoredo existente e à construção e manutenção/beneficiação da rede viária florestal já que se trata de elementos de descontinuidade. Deve, ainda, ser considerado, o disposto no artigo 36º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, prevendo-se medidas especiais de avaliação e de intervenção na rede viária florestal, onde seja necessário aplicar uma faixa mínima de 25 metros, para a remoção dos materiais queimados nos incêndios.

Existe uma diversidade de tratamentos/técnicas a aplicar na escolha das técnicas de recuperação devendo-se ter em conta o custo, a efetividade, a forma de aplicação e os materiais a utilizar.

Com a aplicação de técnicas de recuperação pretende-se atingir um conjunto de objetivos combinados:

- i. Atuar no imediato na prevenção do risco de erosão;
- ii. Melhorar a estabilidade estrutural dos agregados, para aumentar o conteúdo de água do solo e a sua fertilidade;
- iii. Aumentar a capacidade de infiltração para reduzir a escorrência e aumentar a reserva de água no solo;
- iv. Obter uma maior rugosidade superficial para diminuir a velocidade de escorrência provocada pela chuva;
- v. Aplicar técnicas que atuem ao nível do coberto e fixação do solo.

Após um incêndio florestal, o procedimento habitual será a realização de uma avaliação do impacto do mesmo nos ecossistemas, de que resultará a identificação das ações de emergência e de reabilitação, para evitar a degradação dos recursos e das infraestruturas, definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas, promovendo o controlo da erosão, a proteção da rede hidrográfica, a defesa das infraestruturas e dos habitats mais sensíveis.

A tabela seguinte identifica os objetivos estratégicos e operacionais ao nível municipal e as metas a atingir.

No entanto, é evidente que só com o envolvimento dos proprietários e com o conhecimento da vontade dos mesmos se garantirá um maior equilíbrio nas soluções e um maior empenho na sua execução.

A concretização das linhas orientadoras para recuperação das áreas ardidas, incluídas neste documento, fica dependente da vontade dos detentores ou gestores dos terrenos afetados, cabendo ao Município de Portimão a disponibilização de todo o apoio técnico.

**Tabela 25:** Objetivos e Ações referentes ao 4.º eixo estratégico

Orientações constantes no PNDFCI	
<b>Objetivos estratégicos</b>	- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas
<b>Objetivos operacionais</b>	- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo
<b>Ações</b>	- Identificar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo; - Definir tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação e promover o controlo da erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

#### 4.4.1. Avaliação

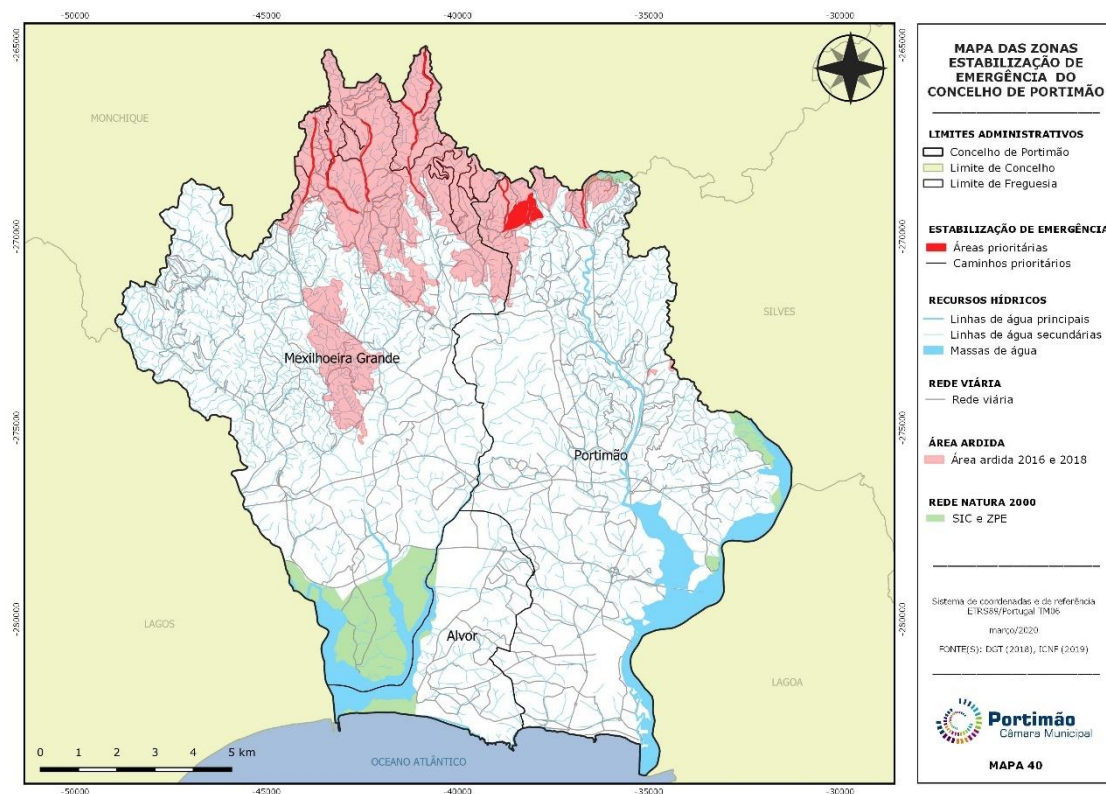
##### 4.4.1.1. Estabilização de emergência

Nas intervenções de estabilização de emergência (curto prazo) há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção, especialmente vocacionadas para o controlo de erosão, em função dos elementos fisiográficos mais relevantes (declives e extensão das encostas) e da cobertura do solo. Nestas situações deve ser avaliada a necessidade, ou não, de intervenção sobre os três elementos mais importantes: encostas, linhas de água e rede viária florestal.

Na figura seguinte estão representadas as áreas prioritárias de recuperação em caso de incêndio, isto é, as áreas potenciais de estabilização de emergência - espaços ocupados por floresta, matos e pastagens, com declives superiores a 25% e recentemente afetados por incêndios, pressupõem intervenções de curto prazo, com

o intuito de evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas).

**Figura 23:** Mapa das zonas de estabilização de emergência

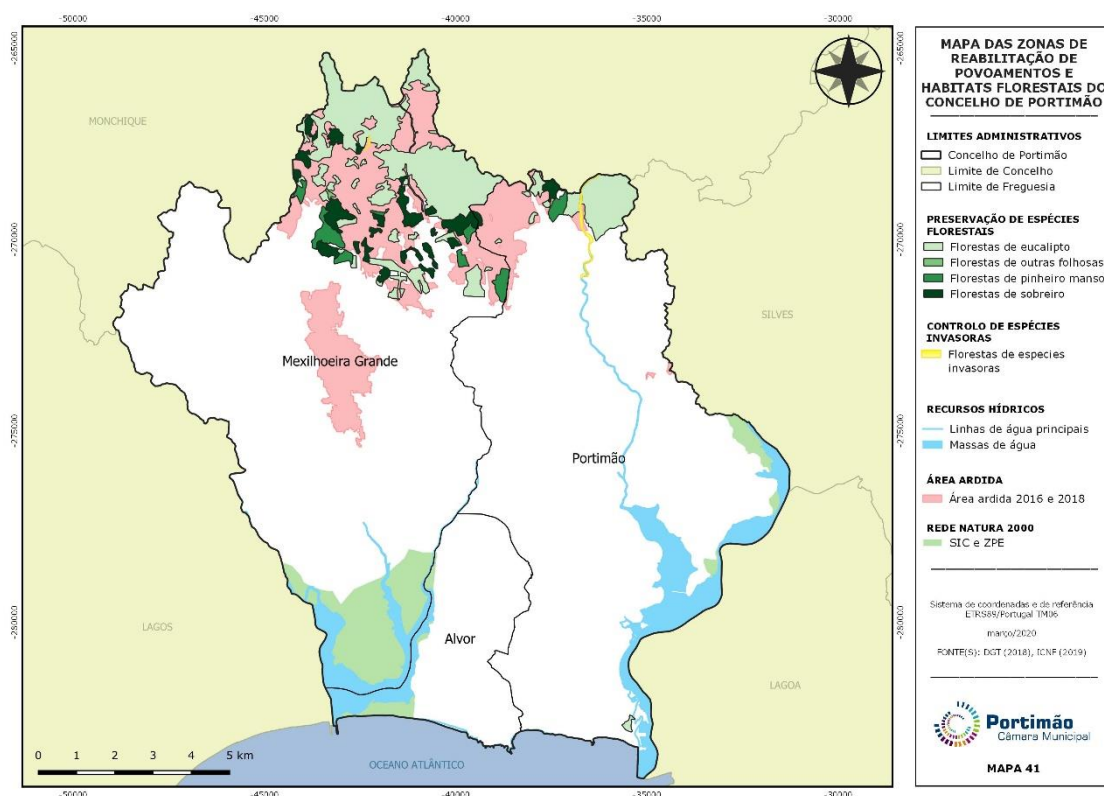


#### 4.4.1.2. Reabilitação de povoamento e habitats florestais

Relativamente à definição das áreas com necessidade de reabilitação de povoamentos e habitats florestais (médio prazo), deve aproveitar-se a possibilidade de, em situação pós incêndio, requalificar os espaços florestais de acordo com os bons princípios de gestão florestal e de DFCI.

As áreas a definir devem atender aos seguintes objetivos: conservação de espécies e habitats florestais e proteção da regeneração natural e controlo de espécies exóticas e invasoras. A reabilitação de povoamentos e habitats florestais implica a intervenção em áreas sem capacidade de recuperação após um incêndio, atendendo à conservação de espécies e habitats e regeneração natural.

**Figura 24:** Reabilitação de povoamentos e habitats florestais



#### 4.4.2. Planeamento das ações referentes ao 4.º eixo estratégico

##### 4.4.2.1. Estabilização de emergência

Na estabilização de emergência, é necessário intervir no curto prazo após a ocorrência de incêndio, realizando operações com objetivos de conservação dos recursos naturais, nomeadamente da água e do solo. Estas operações devem ser desencadeadas preferencialmente no primeiro mês após a ocorrência de incêndio. Os critérios utilizados no estabelecimento das necessidades de intervenção deverão ter por base a previsão de resposta dos ecossistemas ardidos, sendo prioritário a intervenção nos espaços que apresentem uma escassa regeneração espontânea e que tendam, por isso, para uma degradação irreversível ou muito lenta.



## **Intervenções de Curto Prazo a implementar**

### Conservação do Solo e da Água

As intervenções de estabilização de emergência serão efetuadas sobretudo nas zonas afetadas que apresentam declives superiores a 25%, já que é a partir daqueles valores que os fenómenos de erosão se intensificam de forma muito significativas. As medidas de proteção do solo e da rede hidrográfica que deverão ser consideradas nesta fase visam evitar a aceleração dos processos de erosão do solo e minimizar o impacto da remoção do material lenhoso.

### Colocação de resíduos orgânicos e barreiras de troncos segundo a curva de nível

Deverá recorrer-se a material lenhoso queimado e de maior calibre, como por exemplo a colocação de ramos queimados perpendicularmente ao máximo declive, apoiados por cepos das árvores abatidas, de forma a contrariar a erosão do solo. A disposição de troncos segundo as curvas de nível é uma técnica que poderá conduzir a bons resultados em zonas florestais fortemente afetadas, uma vez que podem ser usados para diminuir a velocidade da água e reter os sedimentos.

### Sementeiras de emergência

As sementeiras permitem uma maior cobertura do solo com material vegetal, diminuindo assim a perda de solo. Têm a desvantagem da taxa de germinação ser demasiado baixa ou de apenas ser eficiente no outono e inverno subsequente ao incêndio.

### Mulching

Contribui para a diminuição da erosão do solo e criar condições para a reabilitação dos ecossistemas a médio e longo prazo, destacando a rápida cobertura do solo no primeiro ano após o fogo onde os fenómenos de erosão tendem a ser maiores.

### Estabilização de linhas de água e margens

Tratamento utilizado para alterar o movimento dos sedimentos e da água, ajudando a prevenir inundações e torrentes de detritos que podem afetar áreas a jusante. Alguns materiais usados retardam o fluxo de água permitindo que os sedimentos se depositem. Por vezes é necessário proceder à limpeza da linha de água para remover material de maiores dimensões, que são arrastados durante os períodos em que esta transporta maior fluxo de água. No tratamento das linhas de água podem ser usados diferentes materiais (desde pedras, troncos, materiais vegetais ou mantas geotêxteis), cuja função garante a redução da velocidade do escoamento, e fomenta o armazenamento dos sedimentos.

### Tratamento de infraestruturas

O tratamento de infraestruturas poderá ser feito através da regularização e consolidação da plataforma de rodagem, corrigindo os escorrimentos superficiais sobre os pavimentos, consolidação de taludes ao longo da rede viária, corte e remoção de arvoredos caídos sobre os caminhos e, construção e desobstrução de aquedutos.

### Remoção de material lenhoso queimado

Relativamente à remoção de material lenhoso queimado deve proceder-se:

1. Remoção de árvores mortas ou ramos que constituam risco para pessoas e bens, sobretudo junto à rede viária, na proximidade de habitações e em zonas de recreio e lazer em espaços florestais;
2. Remoção e tratamento adequado do material lenhoso onde se verifique a presença de pragas de insetos, nomeadamente insetos subcorticais;
3. Estilhaçamento de todo o material que não seja possível remover atempadamente e que constitua foco de incêndio;
4. Identificação de problemas fitossanitários.

O artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, refere que os proprietários devem remover os materiais queimados nos incêndios numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação.

Na figura seguinte estão representadas as áreas prioritárias de recuperação em caso de incêndio, isto é, as áreas potenciais de estabilização de emergência - espaços ocupados por floresta, matos e pastagens, com declives superiores a 25% e recentemente afetados por incêndios, pressupõem intervenções de curto prazo, com o intuito de evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas).

#### **4.4.2.2. Reabilitação de povoamento e habitats florestais**

As operações a executar no âmbito da reabilitação de povoamentos ou habitats florestais, ditas de médio prazo, terão como objetivo o restabelecimento do potencial produtivo das áreas afetadas por incêndios ou por agentes bióticos nocivos na sequência de incêndios.

É expectável o desenvolvimento de ações de proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras nas áreas com interesse de conservação de espécies e habitats florestais como a área integrante na Rede Natura 2000.

Preconizam-se para estas áreas a recuperação de povoamentos através da beneficiação da regeneração natural, o controlo de espécies vegetais invasoras como acácia e a preservação de algumas áreas economicamente incultas, mas ecologicamente relevantes devido à flora e fauna existente.

No planeamento da recuperação das áreas ardidas devem ser observadas as normas estipuladas nos nºs 2, 3, 4, 5 e 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação.

### **Intervenções de Médio e Longo Prazo**

#### Conservação de espécies e habitats florestais

Sempre que se verifique a existência de espécies ou habitats com valor de conservação deverão ser adotadas medidas complementares:

- a. Não atravessar com maquinaria pesada estas áreas com valor de conservação;
- b. Recorrer preferencialmente a tratamentos físicos em detrimento de tratamentos químicos;
- c. Promover a plantação com espécies autóctones;
- d. Prevenir a invasão de espécies não autóctones, nomeadamente acácias;
- e. Sempre que possível, a remoção de árvores mortas deverá ser feita por cabo ou guincho a partir das áreas adjacentes às áreas com valor de conservação.

#### Gestão de galerias ripícolas

A gestão de galerias ripícolas deverá, por um lado, ter em atenção a sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro lado, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos incêndios como vem sucedendo com alguma frequência (quer devido à topografia, à elevada densidade e continuidade de combustível quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis).

### Proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras

A deteção e marcação de zonas de regeneração natural deverão ser feitas através de monitorizações regulares ao terreno, para que se possam identificar precocemente as espécies que regeneraram (incluindo espécies invasoras), de modo a contribuir no futuro para a recuperação do ecossistema.

### Reconversão de povoamentos de espécies exóticas

Na instalação/reflorestação de povoamentos florestais torna-se necessário adotar medidas de silvicultura preventiva de modo a diminuir a progressão de potenciais fogos, diminuir a sua intensidade e limitar os danos causados nas árvores. Deverá dar-se preferência às espécies autóctones, sempre que estas estejam próximas do seu ótimo ecológico e que possam também gerar alguma sustentabilidade económica, por forma a evitar áreas contínuas de povoamentos mono específicos. A reflorestação deve, ainda, ser planificada com o objetivo de se conseguir a máxima resistência e autodefesa dos espaços florestais, criando linhas de defesa e de apoio para a luta contra os incêndios florestais (faixas de gestão de combustível) induzindo-se uma arquitetura da paisagem em mosaico.

Na recuperação das áreas ardidas deverão favorecer-se os princípios da biodiversidade e multifuncionalidade, devendo ter-se sempre presentes os seguintes aspetos:

- As técnicas a utilizar para a recuperação das áreas ardidas deverão respeitar a vegetação natural presente que tenha sobrevivido ao incêndio e a regenerada, minimizando o impacto sobre o solo, a fauna e paisagem. A regeneração natural deve ser selecionada como a melhor alternativa, desde que se preveja o seu êxito e existam os meios necessários para a sua proteção e manutenção;
- Dar preferência às espécies autóctones, sempre que estas estejam próximas do seu ótimo ecológico e que possam também gerar alguma sustentabilidade económica;
- A gestão e manutenção da regeneração natural, assim como a reflorestação, devem favorecer a existência de descontinuidade de espécies, por forma a evitar a existência de áreas contínuas de povoamentos monoespecíficos e equíenios com uma superfície contínua superior a 50 ha, devendo ser compartimentadas pela rede de faixas de gestão de combustíveis ou por outros usos do solo com baixo risco de incêndio, entre outras medidas;
- A reflorestação deve ser planificada com o objetivo de se conseguir a máxima resistência e autodefesa dos espaços florestais, criando linhas de defesa e de

apoio para a luta contra os incêndios florestais induzindo-se uma arquitetura da paisagem em mosaico;

- Para garantir o êxito da recuperação, deverá planificar-se a realização periódica de trabalhos silvícolas e de prevenção de incêndios.

#### **4.5. 5.º Eixo estratégico – adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz**

Para que os objetivos DFCI sejam alcançados é importante garantir que os organismos com competências nesta matéria se articulem entre si de forma eficiente. Existe para o efeito no município de Portimão uma comissão municipal de defesa da floresta (CMDF) devidamente constituída e regulado o seu funcionamento por regimento próprio, que tem por missão coordenar a nível local as ações de DFCI e promover a sua execução.

**Tabela 26:** Objetivos e Ações referentes ao 5.º eixo estratégico

Orientações constantes no PNDFCI	
<b>Objetivos estratégicos</b>	- Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
<b>Objetivos operacionais</b>	- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e Logístico;
<b>Ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações;</li> <li>- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI;</li> <li>- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;</li> <li>- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos;</li> <li>- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF;</li> <li>- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de abril;</li> <li>- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.</li> </ul>

### 4.5.1. Avaliação

#### 4.5.1.1. Formação

As ações de formação são fundamentais para que todos os elementos com responsabilidades em matéria de DFCI (comando e operacionais das forças do DECIR) renovem as suas competências relativamente a técnicas e estratégias de combate a incêndios e ao modo como estas se deverão articular com os procedimentos anteriormente usados. Às equipas de intervenção com responsabilidades no combate deverá demonstrar-se como operacionalizar no terreno as novas estratégias adquiridas pelos comandos (ou técnicos que compõem a CMDF) e familiarizá-los com os novos equipamentos que, entretanto, tenham sido disponibilizados.

As necessidades de formação, durante o período de vigência do PMDFCI encontram-se elencadas no quadro seguinte.

**Tabela 27:** Identificação das necessidades de formação

Formação	N.º elementos					N.º total de elementos
	SMPC	GTF	CB	GNR	eSF	
Ações de formação e treino relevantes ao nível da DFCI	10		100	*	5	115
Implementação e gestão de FGC	2	2			5	9
Formação em SIG aplicado à DFCI	5	1	10	1	1	18
Identificação de agentes bióticos e proteção florestal	2	2	2	5		11
Fogo controlado	1	1	10		5	17
Segurança e Comportamento do Incêndio Rural	10	1	100		5	116
Utilização de drones no apoio à decisão	4		4			8
Treino operacional para operações de rescaldo/consolidação de extinção			15		5	20

\*A definir anualmente com a GNR

#### 4.5.1. Planeamento das ações referentes ao 5.º eixo estratégico

A concretização das ações definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos intervenientes na DFCI. Esta articulação requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

#### **4.5.1.1. Organização SDFCI**

##### **4.5.1.1.1. Organização SDFCI**

Na tabela seguinte encontram-se identificadas as entidades intervenientes no SDFCI e as suas principais competências.

**Tabela 28:** Entidades intervenientes no SDFCI e principais competências

Entidade	Ações									
	Planeamento DFCI	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de Causas	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
CMP	CMDP	coordenação								
	SMPC/GTF									
Juntas de freguesia										
GNR			coordenação	coordenação		coordenação				
PJ						coordenação				
CB							coordenação	coordenação	coordenação	coordenação
Privados										
ICNF	coordenação	coordenação								
OPF										

#### 4.5.1.1.2. Programa de Formação

**Tabela 29:** Identificação das necessidades de formação com indicação do número de elementos

Formação	Entidades	N.º de elementos	Estimativa orçamental (€)										Total (€)
			2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
Ações de formação e treino relevantes ao nível da DFCI	CB/eSF	5	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	30 000,00
Implementação e gestão de FGC	SMPC/GTF/eSF	5	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	30 000,00
Formação em SIG aplicado à DFCI	SMPC/GTF	2	500,00		500,00		500,00		500,00		500,00		2 500,00
Identificação de agentes bióticos e proteção florestal	GTF/GNR/OPF	5	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	30 000,00
Fogo controlado	SMPC/GTF	1	1 200,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 200,00
Segurança e comportamento do incêndio rural	SMPC/GTF/ CB/eSF	5	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	30 000,00
Operacional de queima	CB/eSF	5	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	30 000,00
<b>Total</b>			<b>16 700,00</b>	<b>15 000,00</b>	<b>15 500,00</b>	<b>15 000,00</b>	<b>15 500,00</b>	<b>15 000,00</b>	<b>15 500,00</b>	<b>15 000,00</b>	<b>15 500,00</b>	<b>15 000,00</b>	<b>153 700,00</b>



#### 4.5.1.1.3. Cronograma de Reuniões da CMDF

O correto funcionamento da CMDF passa pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades que a constituem e, pela necessidade de realização de reuniões periódicas que permitam a todas as entidades acompanhar de perto o evoluir das intervenções feitas no âmbito do PMDFCI.

Assim, estipula-se a realização das seguintes reuniões.

**Tabela 30:** Cronograma de reuniões anuais da CMDF para o período de vigência do PMDFCI

Ordem de trabalhos da reunião da CMDF	2020-2029											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aprovação do POM												
Balanço da época de incêndios												
Avaliação da execução do PMDFCI												

#### 4.5.2. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

##### 4.5.2.1. Orçamento Total

A estimativa de orçamento resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico do PMDFCI (tabela 33). A estimativa de orçamento do PMDFCI de Portimão teve como base:

- Valores da matriz de referência da CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais) – 2015/2016;
- Valores fornecidos pelas entidades (relativamente ao 3.º eixo).

O período de vigência do PMDFCI de Portimão é de 10 anos, mais concretamente, 2020-2029, período durante o qual a CMDF de Portimão tem como responsabilidade a implementação do PMDFCI e monitorização do mesmo, garantindo dessa forma a sua execução. São vários os elementos do PMDFCI que necessitam de atualização e revisão decorrentes das mutações existentes no território ao nível da ocupação do solo (construção, reflorestações, etc.), áreas percorridas pelos incêndios rurais e das alterações produzidas pelo POM, podendo a sua monitorização ser anual.

A componente operacional do PMDFCI concretiza-se através do Plano Operacional Municipal (POM) – Incêndios rurais, o qual será aprovado anualmente até 15 de abril, de preferência.

**Tabela 31:** Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI

Eixo estratégico	Estimativa orçamental (€)										Total (€)
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	
<b>1.º Eixo</b>	3 208 285,00	3 188 780,00	3 189 955,00	3 187 135,00	3 189 720,00	3 189 720,00	3 188 310,00	3 191 130,00	3 190 660,00	3 189 250,00	<b>31 912 945,00</b>
<b>2.º Eixo</b>	6 000,00	6 050,00	6 100,00	6 150,00	6 200,00	6 250,00	6 300,00	6 350,00	6 400,00	6 500,00	<b>62 300,00</b>
<b>3.º Eixo</b>	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	225 000,00	<b>2 250 000,00</b>
<b>4.º Eixo</b>											
<b>5.º Eixo</b>	16 700,00	15 000,00	15 500,00	15 000,00	15 500,00	15 000,00	15 500,00	15 000,00	15 500,00	15 000,00	<b>153 700,00</b>
<b>Total</b>	<b>3 414 735,00</b>	<b>3 394 830,00</b>	<b>3 396 555,00</b>	<b>3 393 285,00</b>	<b>3 396 420,00</b>	<b>3 395 970,00</b>	<b>3 395 110,00</b>	<b>3 397 480,00</b>	<b>3 397 560,00</b>	<b>3 395 750,00</b>	<b>33 977 695,00</b>

Valores indicativos.

## ANEXOS

### Rede de pontos de água

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.315	M	Arrojela de Cima I	2750	Rutura
PTM.AB.M1.100	M	Canafechal XIV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.103	M	Monte Canelas III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.106	M	Monte Canelas IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.113	M	Terra Velha I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.122	M	Vale de Botas I	10125	Operacional
PTM.AB.M1.126	M	Pereira XXII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.127	M	Pereira XXI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.128	M	Sra Verde VIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.138	A	Casas Velhas IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.139	M	Monte das Pedreiras I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.144	M	Chão Frio I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.145	M	Monte Novo II	42750	Operacional
PTM.AB.M1.146	M	Chão Frio II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.148	M	Monte Novo IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.149	M	Chão Frio V	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.15	M	Valenca de Cima III	4400	Operacional
PTM.AB.M1.161	M	Ventosas I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.170	M	Ventosas III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.179	M	Monte Novo VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.189	M	Monte Novo I	3200	Operacional
PTM.AB.M1.190	T	Guenos II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.193	M	Várzea da Cabaça II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.195	M	Vale Juncal III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.20	M	Pereira XIX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.205	M	Valongo III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.209	M	Vale de Corvos de Baixo II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.21	M	Rib de Arão	5400	Operacional
PTM.AB.M1.210	M	Vale de Corvos de Baixo I	13650	Operacional
PTM.AB.M1.219	M	Vale do Monte do Meio I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.225	M	Ataboal IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.232	M	Rasmalho III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.235	M	Canafechal XVIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.236	M	Várzea Grande V	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.238	M	Cavaca	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.243	M	Moita dos Ladrões VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.244	M	Monte do Carrascal II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.265	M	Vale do Monte do Meio III	n.d.	Operacional

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.271	M	Barranco do Carriçal VI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.278	M	Barranco do Carriçal II	16800	Operacional
PTM.AB.M1.282	M	Ferrujão	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.283	M	Gordeiro VI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.284	A	Montes de Cima XIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.293	M	Vale das Eiras IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.30	M	Canafechal XVI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.301	M	Montes de Cima XIV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.31	M	Vale de Corvos de Cima I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.317	T	Embarradoiro Baixo I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.323	M	Ataboa IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.324	M	Ataboa X	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.332	M	Almarjao VIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.334	M	Almarjao IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.338	M	Pereira XXIX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.343	M	Gordeiro VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.344	M	Gordeiro VIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.345	M	Gordeiro II	525	Operacional
PTM.AB.M1.347	M	Gordeiro IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.355	M	Terra Velha II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.358	M	Almarjão IV	8500	Operacional
PTM.AB.M1.36	M	Colos	46500	Operacional
PTM.AB.M1.365	M	Valverde VIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.366	M	Vale de Corvos de Cima IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.369	M	Barranco do Lobo V	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.375	M	Vale Bom II	10500	Operacional
PTM.AB.M1.378	M	Almarjoes I	1800	Operacional
PTM.AB.M1.387	M	Monte Rabacinha I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.388	M	Barranco do Vale Bom I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.389	M	Moinho da Rocha I	100	Operacional
PTM.AB.M1.39	M	Valenca de Cima V	28000	Operacional
PTM.AB.M1.390	M	Almarjoes II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.392	M	Vale de Corvos de Cima II	50000	Operacional
PTM.AB.M1.395	M	Barranco do Vale Bom IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.396	M	Barranco do Vale Bom VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.397	M	Pereira XXIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.398	M	Vale Bom V	750	Operacional
PTM.AB.M1.400	M	Barranco do Lobo IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.401	M	Canafechal II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.402	M	Vale de Corvos VI	600	Operacional
PTM.AB.M1.403	M	Vale de Corvos de Cima V	6000	Operacional
PTM.AB.M1.404	M	Roseiras VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.405	M	Vale de Botas III	18000	Operacional

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.414	M	Vale de Corvos de Cima III	6000	Operacional
PTM.AB.M1.415	M	Fragura II	3200	Operacional
PTM.AB.M1.416	M	Monte Rabacinha II	7200	Operacional
PTM.AB.M1.417	M	Vale Bom III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.419	M	Barranco do Milho IV	13200	Operacional
PTM.AB.M1.424	M	Montes de Cima XVII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.425	M	Quinta da Boina	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.435	M	Vale Bom IV	1000	Operacional
PTM.AB.M1.436	M	Canafechal VI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.44	M	Pereira IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.489	M	Montes de Cima XVIII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.49	M	Pereira XXV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.50	M	Pereira XXVI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.51	M	Gordeiro IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.56	M	Sra Verde VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.57	M	Vale de Corvos II	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.59	M	Vale de Corvos III	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.6	M	Vale de Corvos I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.60	M	Vale de Corvos IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.61	M	Vale de Corvos V	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.62	M	Canafechal XI	3600	Operacional
PTM.AB.M1.65	M	Canafechal IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.66	M	Canafechal XII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.67	M	Canafechal XV	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.68	M	Canafechal VIII	16800	Operacional
PTM.AB.M1.69	M	Canafechal III	5400	Operacional
PTM.AB.M1.71	M	Roseiras IX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.73	M	Pereira XI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.82	T	Vale Juncal II	2400	Operacional
PTM.AB.M1.83	M	Pereira VII	1500	Operacional
PTM.AB.M1.84	M	Fragura III	38400	Operacional
PTM.AB.M1.87	M	Canafechal XVII	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.89	M	Pereira XX	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.9	M	Roseiras XI	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.97	M	Vale Juncal I	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.99	M	Sra Verde II	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.112	T	Valenca de Cima VII	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.125	M	Vale de Botas II	9100	Operacional
PTM.AB.T2.141	T	Guenos I	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.142	T	Chão Frio III	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.16	T	Vale de Lama I	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.192	T	Várzea da Cabaça I	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.194	T	Várzea da Cabaça III	4000	Operacional

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.T2.204	T	Chã de Abrotea III	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.242	T	Pedras Ruivas IV	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.249	M	Casas Velhas de Trás	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.25	T	Casas Velhas II	900	Operacional
PTM.AB.T2.250	T	Qta Torrinha	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.3	T	Arge II	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.341	T	Gordeiro III	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.361	T	Pereira XXX	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.37	T	Valenca de Baixo	11250	Operacional
PTM.AB.T2.4	T	Arge I	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.418	T	Monte Rabacinha III	5500	Operacional
PTM.AB.T2.420	T	Barranco do Milho II	73600	Operacional
PTM.AB.T2.426	T	Arge III	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.438	T	Arge V	80000	Operacional
PTM.AB.T2.469	T	Baralha III	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.63	T	Canafechal VII	7000	Operacional
PTM.AB.T2.77	T	Corta Ventos I	n.d.	Operacional
PTM.AB.T2.85	T	Arge IV	25500	Operacional
PTM.AB.T2.95	T	Descampadinho I	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.12	M	Vale Bom I	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.160	M	Chão Frio XII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.183	M	Monte Novo XII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.197	M	Corta Ventos II	200	Operacional
PTM.CH.M1.216	T	Monte do Carrascal IV	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.233	M	Canafechal I	5250	Operacional
PTM.CH.M1.257	M	Gordeiro V	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.270	M	Barranco do Carriçal V	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.339	M	Pereira VIII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.340	M	Pereira X	687,5	Operacional
PTM.CH.M1.399	M	Canafechal IX	30375	Operacional
PTM.CH.M1.433	M	Monte Rabacinha IV	500	Operacional
PTM.CH.M1.449	M	Vale das Eiras IX	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.45	M	Canafechal X	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.454	M	Corta Ventos IV	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.456	M	Canafechal XIII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.460	A	Malhada Velha	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.464	M	Vale de Corvos VII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.467	M	Barranco do Milho V	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.47	M	Pereira XXIV	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.473	M	Pereira XXXIV	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.474	M	Relva dos Feijoes	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.475	M	Barranco do Lobo VIII	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.476	M	Barranco do Lobo VII	n.d.	Operacional

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.CH.M1.478	M	Vale de Parra	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.479	M	Gordeiro I	2000	Operacional
PTM.CH.M1.480	M	Gordeiro X	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.483	M	Mulher Morta IV	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.486	M	Barranco do Milho III	n.d.	Operacional
PTM.CH.M1.80	T	Moita dos Ladrões IV	n.d.	Operacional
PTM.CH.T2.107	T	Monte Novo X	n.d.	Operacional
PTM.CH.T2.175	T	Ventosas VII	n.d.	Operacional
PTM.CH.T2.373	T	Pereira XXXIII	n.d.	Operacional
PTM.CH.T2.421	T	Barranco do Milho I	9375	Operacional
PTM.CH.T2.450	T	Baralha II	n.d.	Operacional
PTM.LG.M1.184	M	Monte das Pedreiras IV	n.d.	Operacional
PTM.LG.M1.481	M	Monte das Pedreiras II	n.d.	Operacional
PTM.RI.M1.484	M	Rio Arade	n.d.	Operacional
PTM.AB.M1.131	M	Rib da Torre I	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.143	M	Rib das Águas	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.19	M	Valverde III	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.198	M	Valongo I	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.2	M	Roseiras IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.221	M	Montes de Cima III	2800	Falta de água
PTM.AB.M1.228	M	Chao Frio XI	900	Falta de água
PTM.AB.M1.23	M	Almarjão VI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.241	M	Monte do Rio Pires IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.255	M	Vale das Eiras III	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.259	M	Monte Novo XIII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.263	M	Ataboal V	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.266	M	Moita dos Ladrões III	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.267	M	Barranco do Carriçal I	5000	Falta de água
PTM.AB.M1.274	M	Montes de Cima IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.276	M	Ataboal VI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.281	M	Rib da Sra do Verde II	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.286	M	Montes de Cima XI	1500	Falta de água
PTM.AB.M1.292	M	Montes de Cima I	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.294	M	Ataboal XIV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.295	M	Barranco Entre Bum	3000	Falta de água
PTM.AB.M1.297	T	Barranco do Carriçal VII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.298	M	Barranco do Carriçal VIII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.300	M	Ataboal XI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.305	M	Montes de Cima XV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.306	M	Ataboal VI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.307	M	Ataboal VII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.309	M	Vale das Eiras V	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.312	M	Embarradoiro Baixo II	3300	Falta de água

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.316	M	Ataboa VIII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.319	M	Embarradoiro Baixo VII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.321	M	Montes de Cima XII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.335	M	Almarjao X	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.336	M	Almarjao XI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.337	M	Almarjao XII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.353	M	Vale do Monte do Meio VI	20000	Falta de água
PTM.AB.M1.354	M	Ribeira Brava III	200	Falta de água
PTM.AB.M1.362	M	Barranco do Vale Bom V	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.379	M	Almarjao XIII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.393	M	Barranco do Vale Bom VI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.410	M	Almarjao XVII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.411	M	Almarjao III	1400	Falta de água
PTM.AB.M1.412	M	Amieira XVII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.422	M	Canafechal V	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.423	M	Valverde VI	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.442	M	Vale do Monte do Meio II	484	Falta de água
PTM.AB.M1.466	M	Vale das Eiras X	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.48	M	Valverde IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.76	M	Rib do Pereiro II	7500	Falta de água
PTM.AB.M1.86	M	Almarjao I	10200	Falta de água
PTM.AB.T2.199	T	Várzea da Cabaça IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.T2.248	M	Casas Velhas VII	n.d.	Falta de água
PTM.AB.T2.264	T	Montes de Cima II	n.d.	Falta de água
PTM.AB.T2.288	T	Moinho da Rocha IV	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.130	M	Almarjao VII	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.132	M	Montes de Cima X	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.158	T	Barranco do Carriçal III	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.165	M	Chão Frio XIII	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.220	M	Derrenguias I	1000	Falta de água
PTM.CH.M1.227	M	Cabeça Alta X	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.245	M	Embarradoiro Baixo V	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.262	M	Barranco do Carriçal IV	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.272	M	Derrenguias II	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.303	M	Ataboa III	5250	Falta de água
PTM.CH.M1.320	M	Montes de Cima XVI	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.322	M	Pedregal II	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.328	M	Embarradoiro Baixo III	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.360	M	Sra Verde XI	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.413	M	Barranco do Vale Bom VIII	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.445	M	Almarjao XIV	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.446	M	Almarjao XV	n.d.	Falta de água
PTM.CH.M1.477	M	Várzea da Cabaça VII	n.d.	Falta de água



COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.CH.T2.203	T	Chã da Abrótea VIII	n.d.	Falta de água
PTM.CH.T2.304	T	Moita dos Ladrões XI	n.d.	Falta de água
PTM.CH.T2.310	T	Moita dos Ladrões X	n.d.	Falta de água
PTM.CH.T2.356	T	Sra Verde IV	n.d.	Falta de água
PTM.AB.M1.1	M	Amieira II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.10	M	Vale Juncal V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.101	M	Roseiras VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.104	M	Cerro do Selão	78200	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.105	M	Valenca de Cima IX	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.109	M	Amieira VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.11	M	Pereira XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.110	M	Pereira XXVII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.111	M	Valenca de Cima XI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.114	M	Roseiras II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.115	M	Fragura I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.116	M	Roseiras III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.117	M	Fragura IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.120	M	Pereira XXXV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.129	M	Vale das Eiras II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.13	M	Pereira XIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.133	M	Rib do Pereiro	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.140	M	Porto de Lagos II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.147	M	Chão Frio IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.150	M	Várzea Grande I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.151	M	Casas Velhas XI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.152	M	Casas Velhas IV	1200	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.153	M	Chã de Abrótea II	34500	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.155	M	Chã da Abrótea IV	13125	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.159	M	Ventosas VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.162	M	Várzea Grande II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.163	M	Chão Frio VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.166	A	Chão Frio VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.168	A	Monte Alto I	1687,5	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.17	M	Monte do Carrascal VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.171	M	Monte Novo VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.172	M	Ventosas IV	33800	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.173	M	Rasmalho IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.174	M	Chão Frio VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.176	M	Várzea Grande III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.177	M	Casas Velhas XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.178	M	Casas Velhas XIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.180	M	Monte Novo VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.181	T	Monte Novo XI	n.d.	Falta de acessibilidade

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.182	M	Várzea Grande IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.185	M	Moita dos Ladrões VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.186	M	Casas Velhas III	13500	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.191	M	Valongo II	2250	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.196	M	Vale Juncal IV	2000	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.201	M	Várzea da Cabaça VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.202	M	Chã da Abrótea VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.208	M	Sra Verde X	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.22	M	Rib de Boina I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.223	M	Rasmalho I	22400	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.226	T	Chão Frio XIX	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.231	M	Amieira XIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.234	M	Moinho da Rocha III	4500	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.239	M	Mulher Morta II	6400	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.240	T	Monte do Carrascal III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.253	M	Casas Velhas I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.268	M	Barranco do Lobo I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.277	A	Ataboa XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.299	M	Pedras Ruivas II	4250	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.302	M	Ataboa XIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.308	M	Embarradoiro Baixo VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.313	T	Barranco da Agua I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.314	M	Cabeça Alta XI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.325	M	Cabeça Alta II	5625	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.329	M	Moita dos Ladrões II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.333	M	Vale das Eiras VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.342	M	Vale do Monte do Meio V	47850	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.352	M	Rib do Pereiro IV	41400	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.363	M	Pereira XXXI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.364	M	Valverde VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.368	M	Amieira XIV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.372	M	Amieira XV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.376	M	Vale das Eiras VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.377	M	Rib do Pereiro III	6000	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.380	M	Amieira XVI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.381	M	Amieira III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.384	M	Barranco do Vale Bom III	5600	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.394	M	Barranco do Vale Bom II	16250	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.406	M	Pereira XVI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.407	M	Pereira XVII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.408	M	Pereira XVIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.427	M	Monte Novo IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.429	M	Ventosas IX	n.d.	Falta de acessibilidade

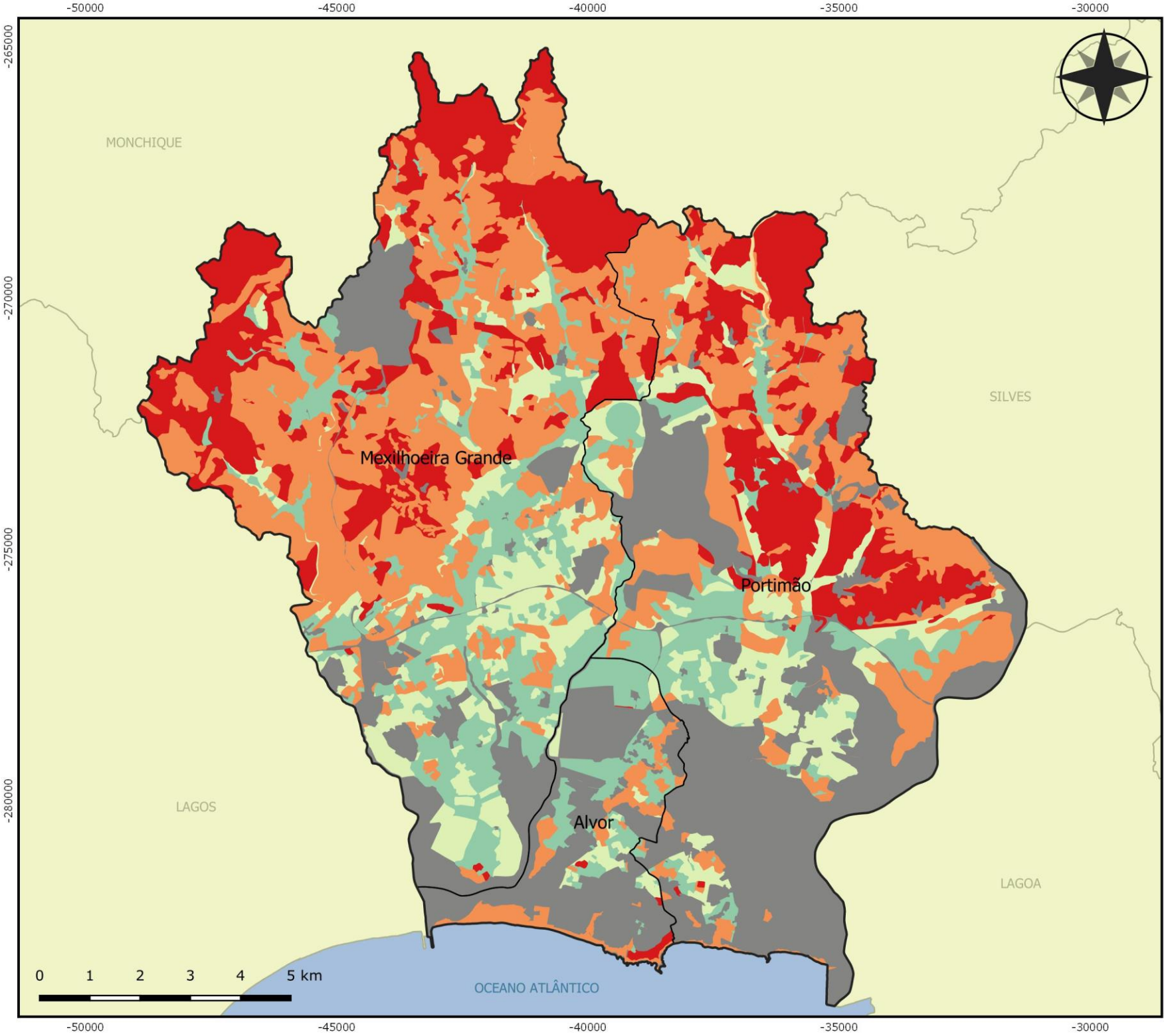
COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.447	M	Valverde II	3600	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.46	T	Monte do Carrascal VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.472	M	Chão Frio XIV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.5	M	Pereira III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.52	M	Vale das Eiras I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.53	T	Almarjao II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.54	M	Chã da Abrótea V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.55	T	Monte do Carrascal V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.70	M	Roseiras X	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.74	M	Pereira V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.79	M	Pereira XIV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.81	M	Pereira VI	4000	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.88	M	Amieira X	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.90	M	Amieira XI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.92	M	Amieira IV	30000	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.93	M	Vidigal do Velho II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.94	M	Vidigal do Velho III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.121	T	Amieira VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.157	T	Monte Alto II	3600	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.164	T	Chão Frio XV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.167	T	Monte Alto III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.206	T	Valongo IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.213	T	Pereira XXVIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.230	T	Rasmalho II	1200	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.289	T	Chã da Abrótea IX	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.33	T	Valenca de Cima IV	2500	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.367	T	Pereira XXXII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.440	T	Pedras Ruivas VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.T2.75	T	Vale de Botas IV	11375	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.102	M	Roseiras I	400	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.108	M	Amieira VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.118	M	Fragura V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.119	M	Valenca de Cima X	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.123	M	Valenca de Cima VI	2000	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.124	M	Amieira IX	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.135	M	Casas Velhas X	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.137	M	Monte das Pedreiras V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.187	M	Monte Novo V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.212	M	Chão Frio XVI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.229	M	Moita dos Ladrões V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.254	M	Casas Velhas VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.261	M	Monte do Carrascal I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.28	M	Amieira V	n.d.	Falta de acessibilidade

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.CH.M1.290	M	Moinho da Rocha VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.327	M	Cabeça Alta I	4000	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.359	M	Pereira XV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.371	M	Sra Verde XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.40	M	Pereira II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.431	M	Valenca de Cima VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.432	M	Pedras Ruivas V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.437	M	Roseiras VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.441	M	Pedras Ruivas I	400	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.443	M	Roseiras V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.451	M	Almarjao XVIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.452	M	Valenca de Cima XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.453	M	Fragura VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.457	M	Cabeça Alta XII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.468	M	Cabeça Alta IX	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.485	M	Chã de Abrótea I	3000	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.488	M	Sra Verde III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.72	M	Monte Canelas I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.M1.78	M	Pedras Ruivas III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.T2.357	T	Vale das Eiras VII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.T2.428	T	Ventosas VIII	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.T2.448	T	Moinho da Rocha II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.CH.T2.482	T	Aldeia S Jose Alcalar	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.M1.215	M	Monte das Pedreiras III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.458	T	Arneiros VI	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.459	T	Arneiros IV	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.461	T	Arneiros V	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.462	T	Arneiros I	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.463	T	Arneiros II	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.LG.T2.465	T	Arneiros III	n.d.	Falta de acessibilidade
PTM.AB.M1.134	M	Sé II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.156	M	Montes de Cima VIII	10500	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.169	M	Ventosas II	14000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.18	M	Valverde I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.188	M	Ventosas V	21000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.200	T	Várzea da Cabaça V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.207	M	Rasmalho V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.211	M	Chão Frio IX	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.214	M	Chão Frio X	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.217	M	Chão Frio XVII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.222	M	Chão Frio XVIII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.224	M	Cabeça Alta V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.237	M	Mulher Morta I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.M1.246	M	Monte do Rio Pires I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.247	T	Moita dos Ladrões VIII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.251	M	Monte do Rio Pires II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.252	M	Casas Velhas VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.256	M	Almarjão V	7500	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.258	M	Monte do Rio Pires III	14560	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.26	M	Amieira I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.260	M	Moita dos Ladrões IX	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.269	M	Cabeça Alta IV	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.27	M	Ribeira Brava I	6300	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.275	M	Montes de Cima V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.280	M	Rib da Sra do Verde II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.285	M	Montes de Cima VI	6250	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.287	M	Montes de Cima IX	26250	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.29	M	Vidigal do Velho I	13200	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.291	M	Montes de Cima VII	9000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.311	M	Embarradoiro Baixo IV	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.318	M	Pedregal I	7000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.326	M	Cabeça Alta VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.330	M	Cabeça Alta VII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.346	M	Ataóal I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.348	M	Vale Furtado II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.35	M	Ribeira Brava II	2800	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.350	M	Almarjão XVI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.351	M	Vale de Botas V	12000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.374	M	Valverde V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.38	M	Casas Velhas V	1050	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.383	M	Barranco do Lobo III	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.385	M	Barranco do Lobo X	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.386	M	Barranco do Lobo IX	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.391	M	Monte Canelas II	6600	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.409	M	Vales I	24000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.42	M	Valencia de Cima I	36300	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.43	M	Barranco da Agua II	17000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.430	M	Monte Novo III	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.434	M	Barranco do Lobo II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.439	M	Mulher Morta III	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.444	M	Cabeça Alta III	3080	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.64	M	Rib do Pereiro I	3200	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.8	M	Descampadinho II	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.91	M	Amieira XII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.96	M	Sé I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.M1.98	M	Sé III	7800	Ausência de controlo de vegetação

COD_SINAL	CLASSE_PA	NOME	VOL_MAX	OPERAC
PTM.AB.T2.279	T	Ribeira da Senhora do Verde	11375	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.T2.296	T	Barranco do Entre Brum	6000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.T2.349	T	Moita dos Ladrões I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.T2.382	T	Barranco do Lobo VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.AB.T2.58	T	Chã da Abrótea VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.136	T	Porto de Lagos I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.218	M	Corta Ventos III	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.273	M	Moinho da Rocha V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.32	M	Valenca de Cima II	4000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.331	M	Cabeça Alta VIII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.34	M	Vale Furtado I	1650	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.370	M	Pereira IV	1500	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.41	M	Sra Verde VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.470	M	Rasmalho VII	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.471	M	Porto de Lagos III	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.487	M	Baralha I	22500	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.M1.7	M	Pereira I	3000	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.T2.14	T	Sra Verde V	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.T2.24	T	Sra Verde I	n.d.	Ausência de controlo de vegetação
PTM.CH.T2.455	T	Rasmalho VI	n.d.	Ausência de controlo de vegetação

n.d. não determinado



# MAPA DOS MODELOS DE COMBUSTÍVEL DO CONCELHO DE PORTIMÃO

## LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

## MODELOS DE COMBUSTÍVEL

- 0
- 1
- 2
- 4
- 5
- 7

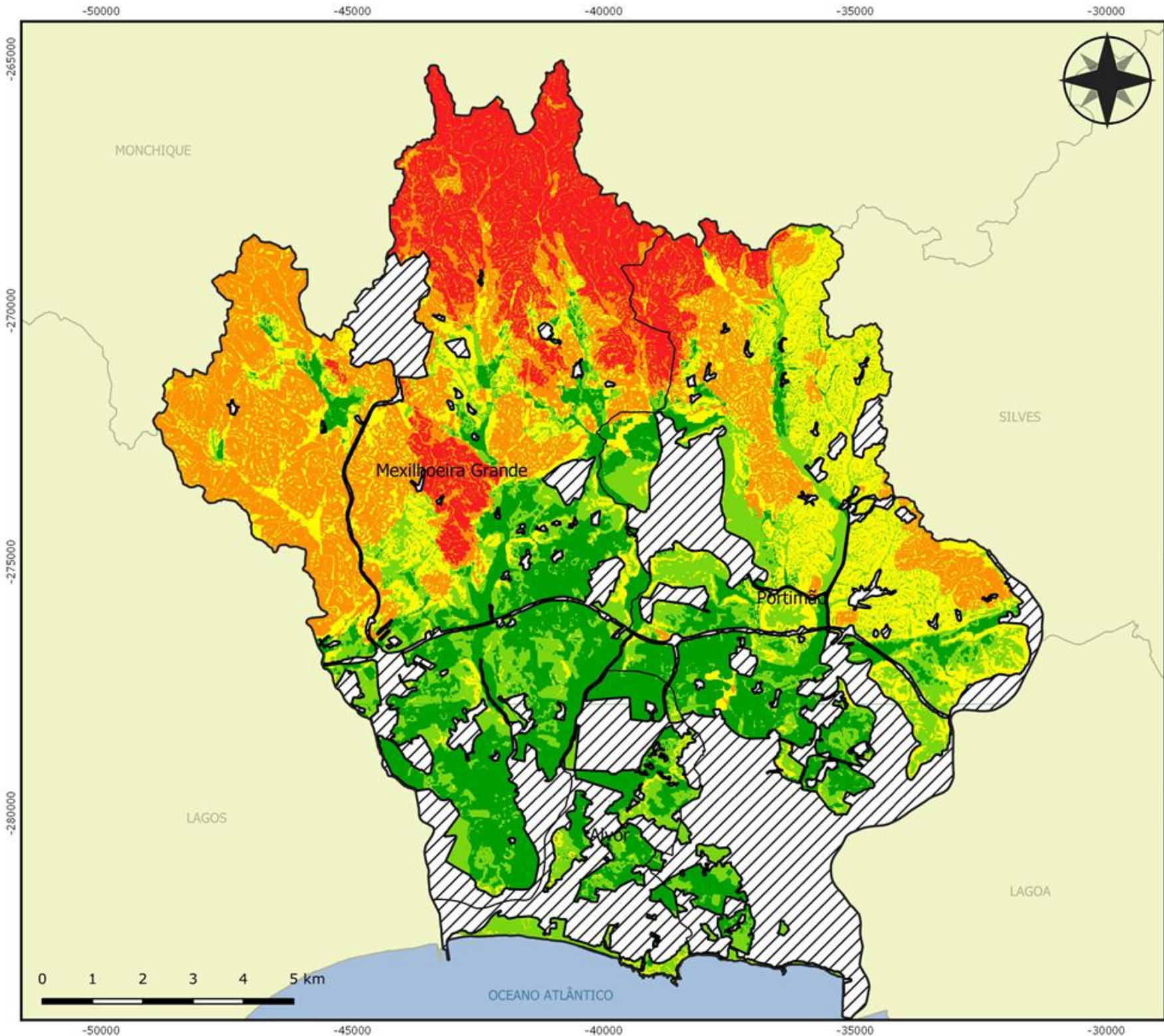
Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

janeiro/2020

FONTE(S): DGT (2018), ICNF, COS2015







## MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### PERIGOSIDADE

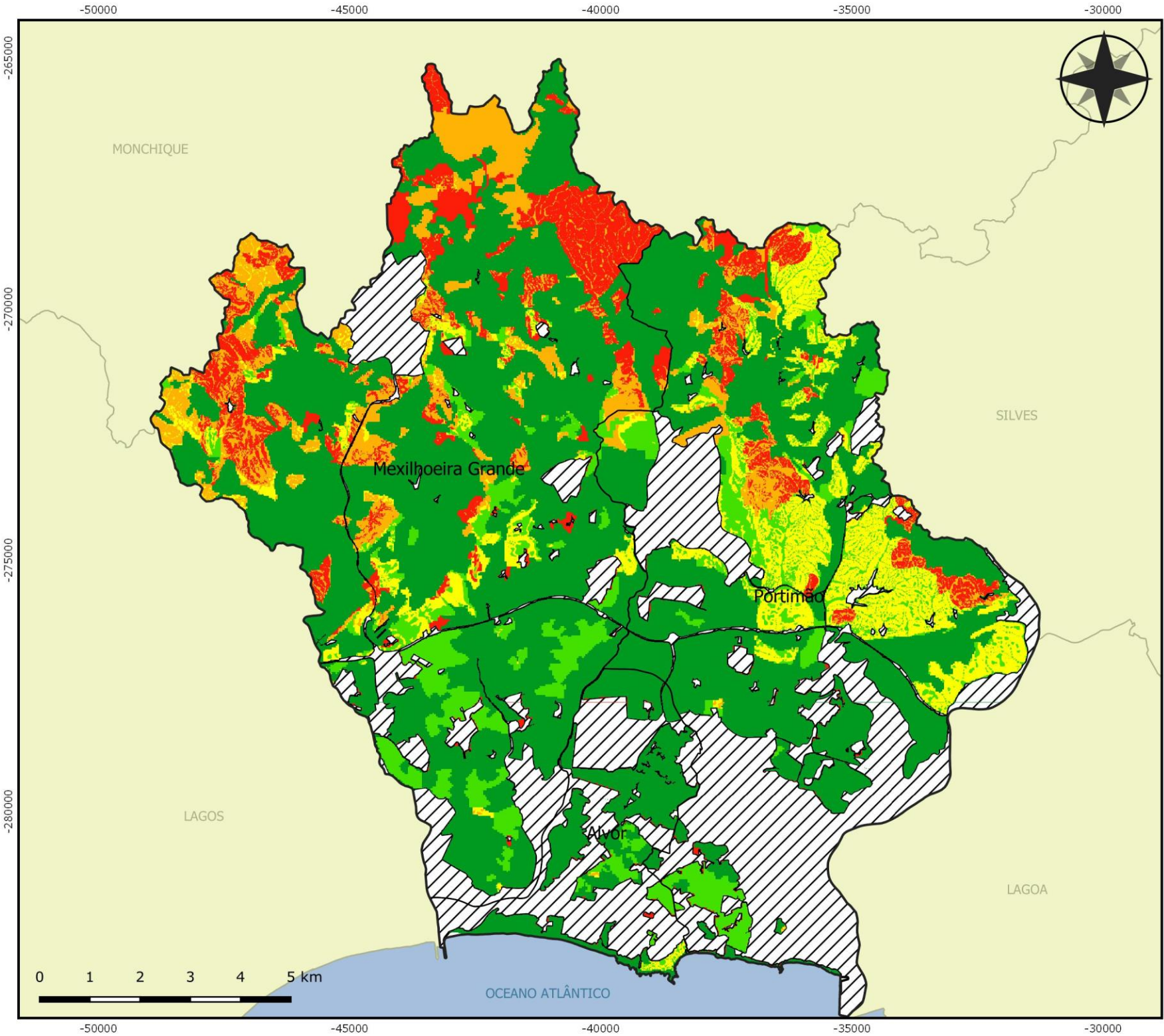
- Muito baixa
  - Baixa
  - Média
  - Alta
  - Muito alta
- Territórios artificializados e massas de água

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

abril/2020

FONTE(S): DGT (2018), ICNF





# MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO DO CONCELHO DE PORTIMÃO

## LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

## RISCO

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

- Territórios artificializados e massas de água

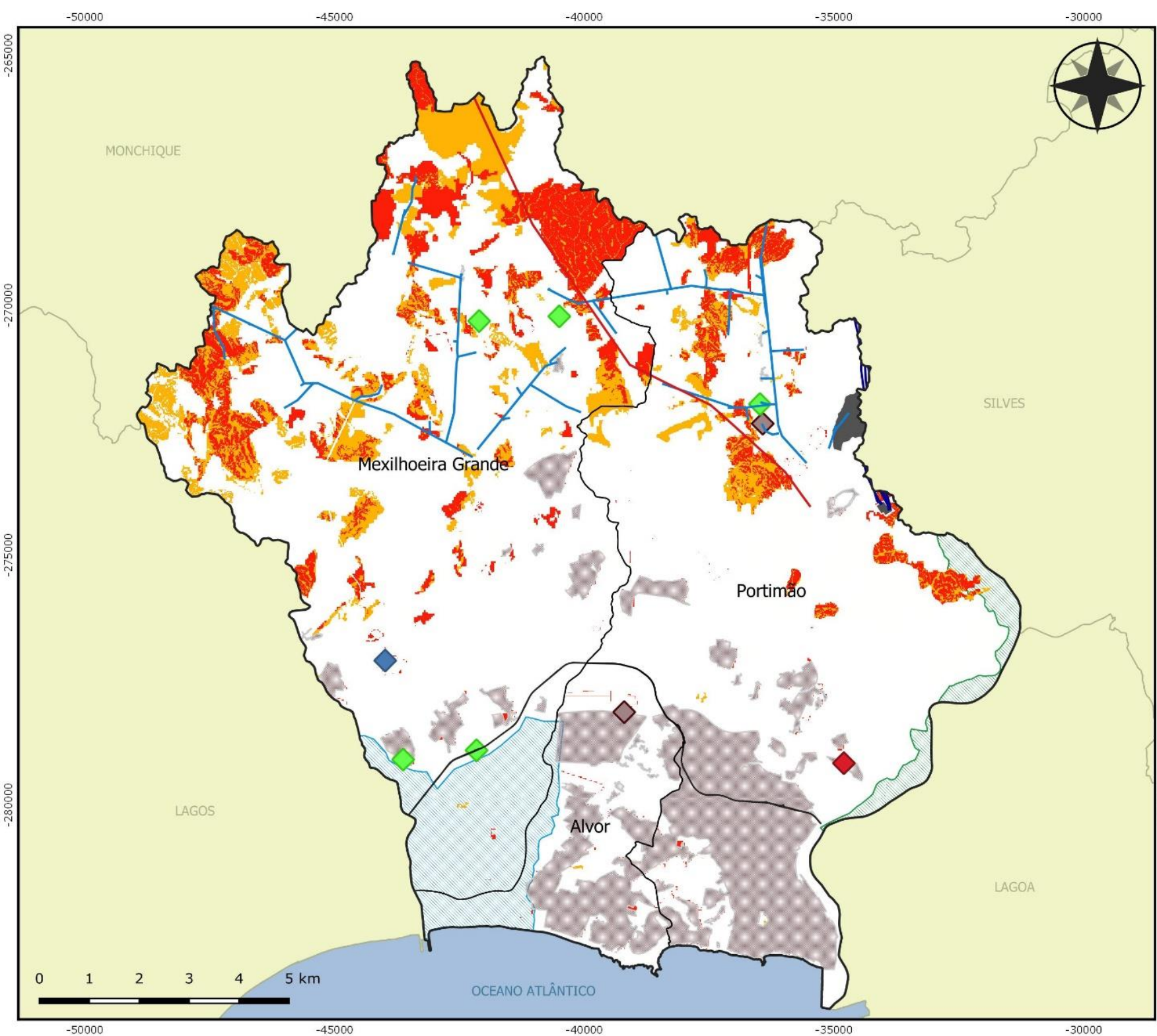
Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

fevereiro/2020

FONTE(S): DGT (2018), ICNF







## MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### PRIORIDADES DE DEFESA

- Bombas de combustível
- Depósitos de gás
- Pedreira
- Colunas de fumo falso
- Linha elétrica MT
- Linha elétrica AT
- Linha elétrica MAT
- Rede ferroviária
- Rede natura 2000
  - Arade / Odelouca
  - Ria de Alvor
- Zonas urbanas
- Zonas industriais

### RISCO DE INCÊNDIO

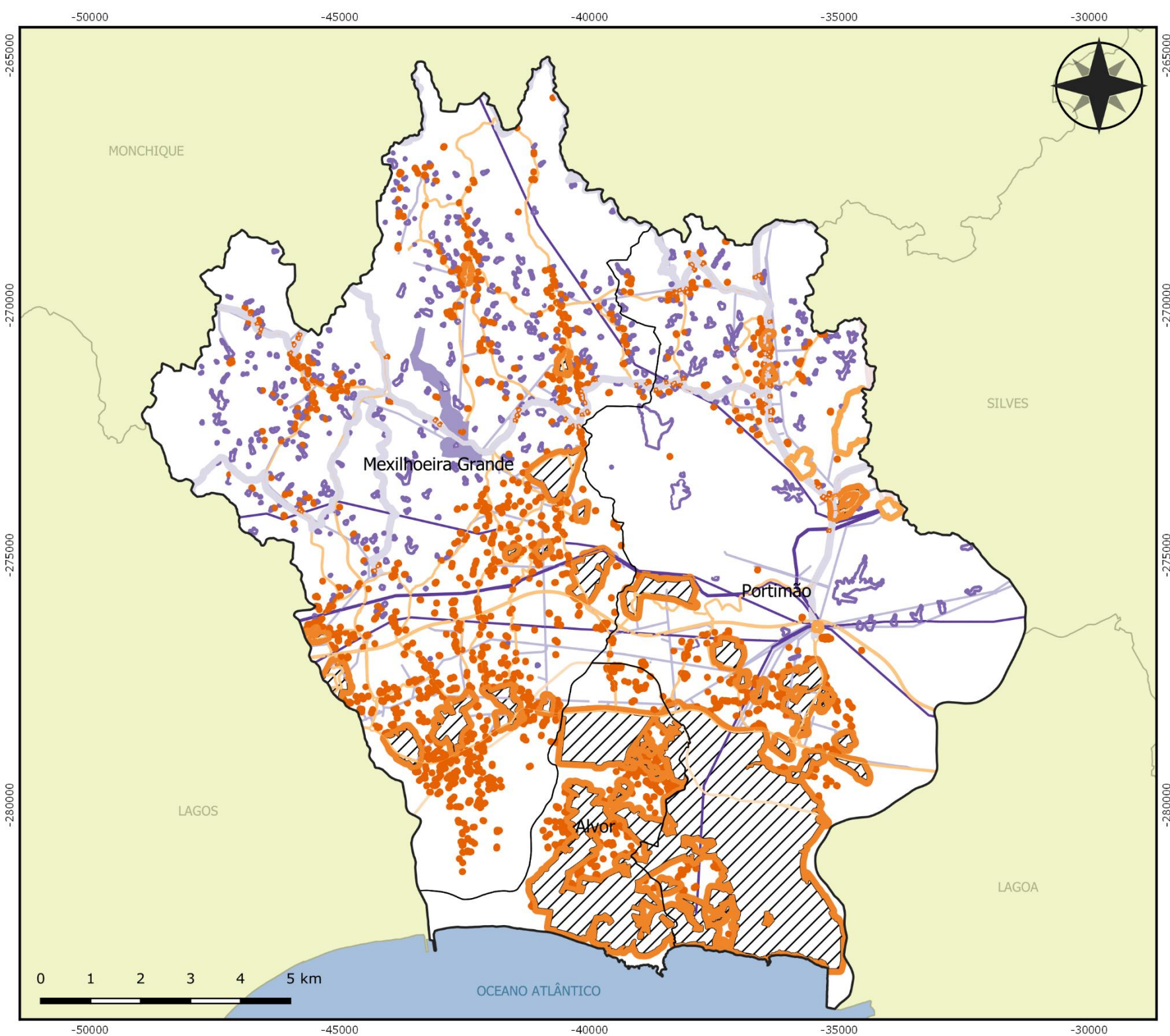
- Alto
- Muito alto

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

janeiro/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP





### MAPA DAS FAIXAS E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DO CONCELHO DE PORTIMÃO

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL**

- Edificações dispersas
- Aglomerados populacionais
- Espaços industriais
- Rede viária florestal
- Rede ferroviária
- Linhas elétricas MAT
- Rede primária
- Linhas elétricas MT
- Mosaicos de parcelas
- Pontos de água
- Linhas elétricas AT
- Aglomerados populacionais

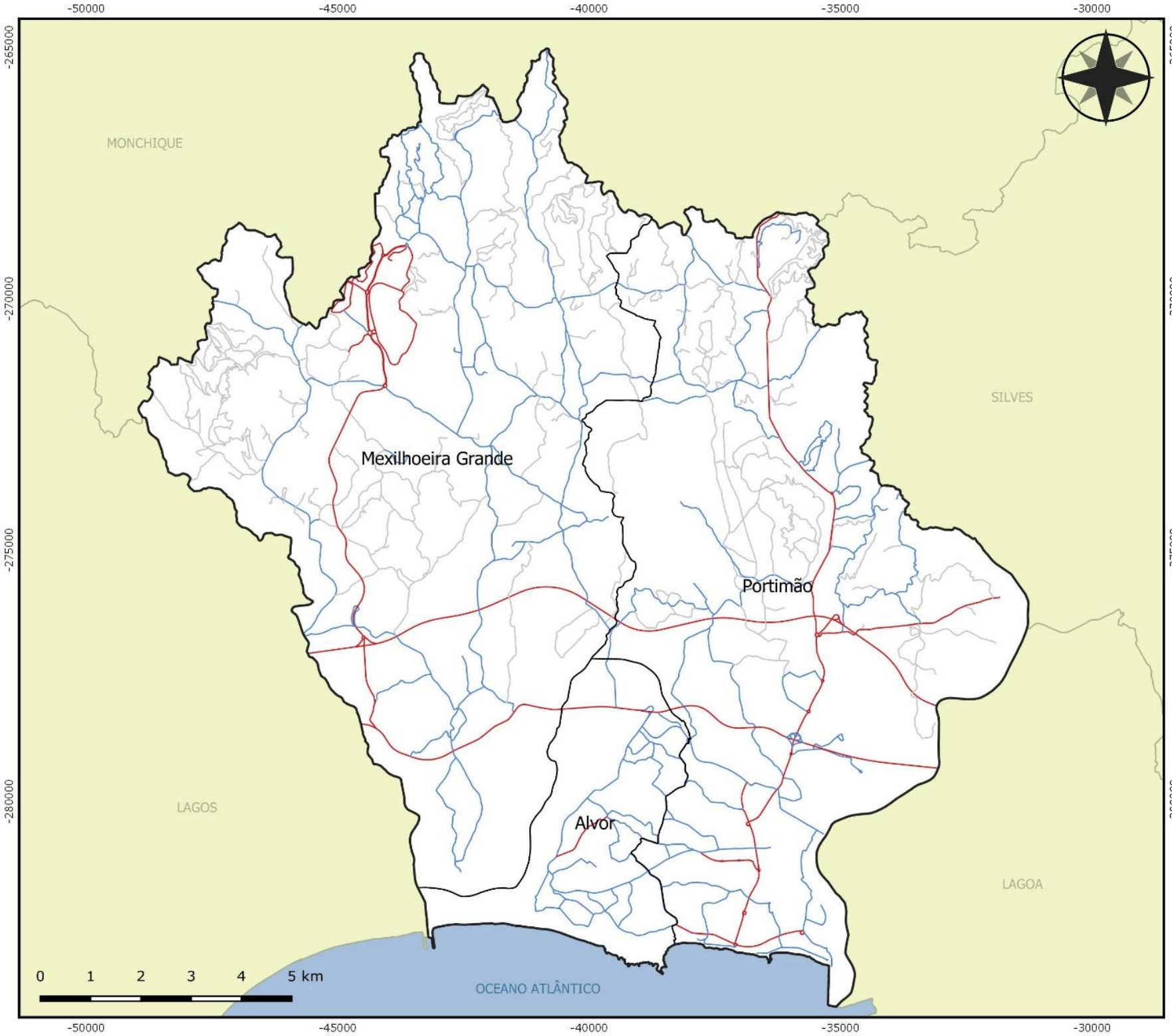
Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018)

 **Portimão**  
Câmara Municipal

**MAPA 23**



**MAPA DA REDE VIÁRIA FLORESTAL DO CONCELHO DE PORTIMÃO**

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**REDE VIÁRIA FLORESTAL**

- 1.<sup>a</sup> ordem
- 2.<sup>a</sup> ordem
- 3.<sup>a</sup> ordem

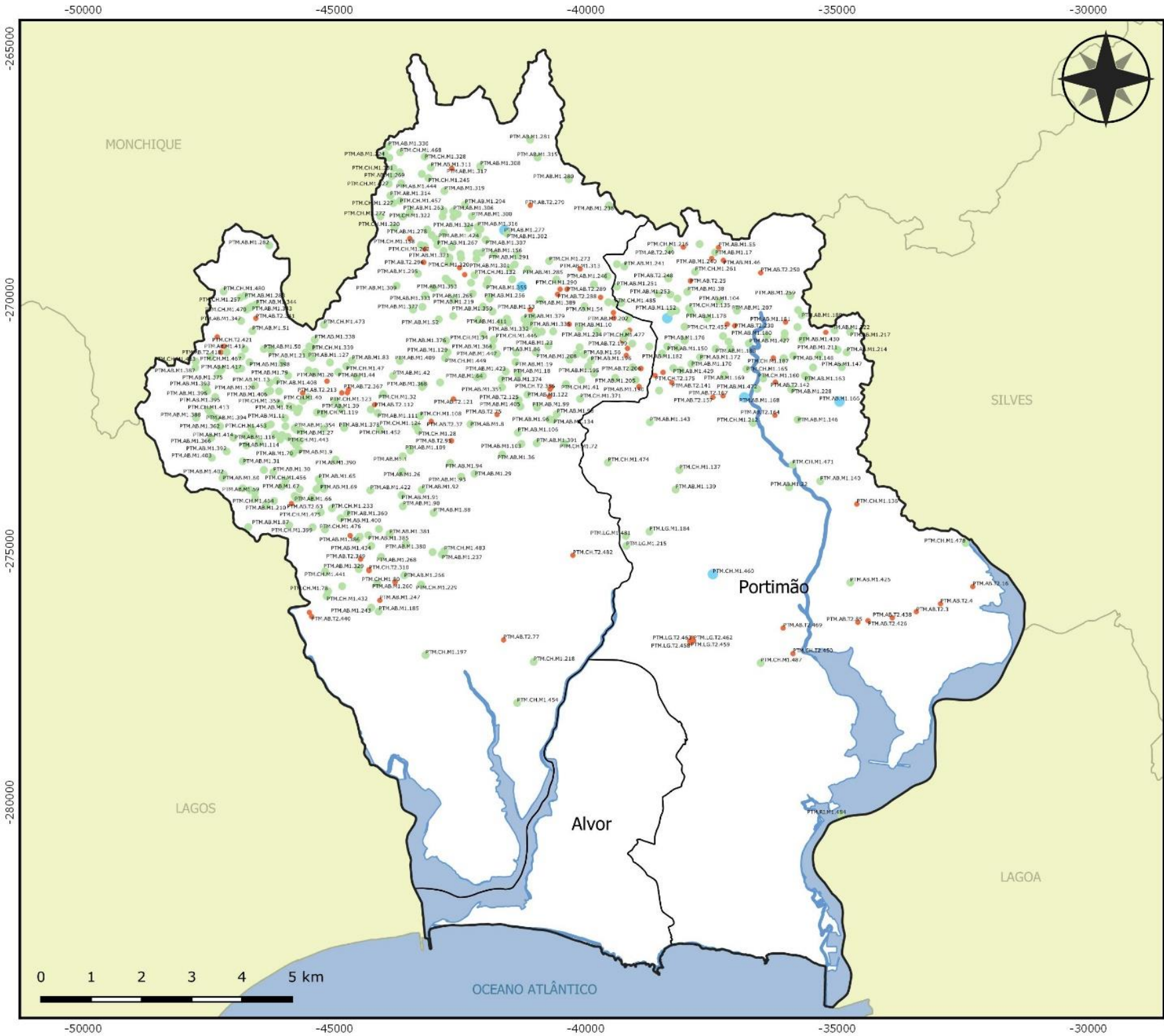
Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

outubro/2019

FONTE(S): DGT (2018)







# MAPA DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

- LIMITES ADMINISTRATIVOS**
- Concelho de Portimão
  - Limite de Concelho
  - Limite de Freguesia

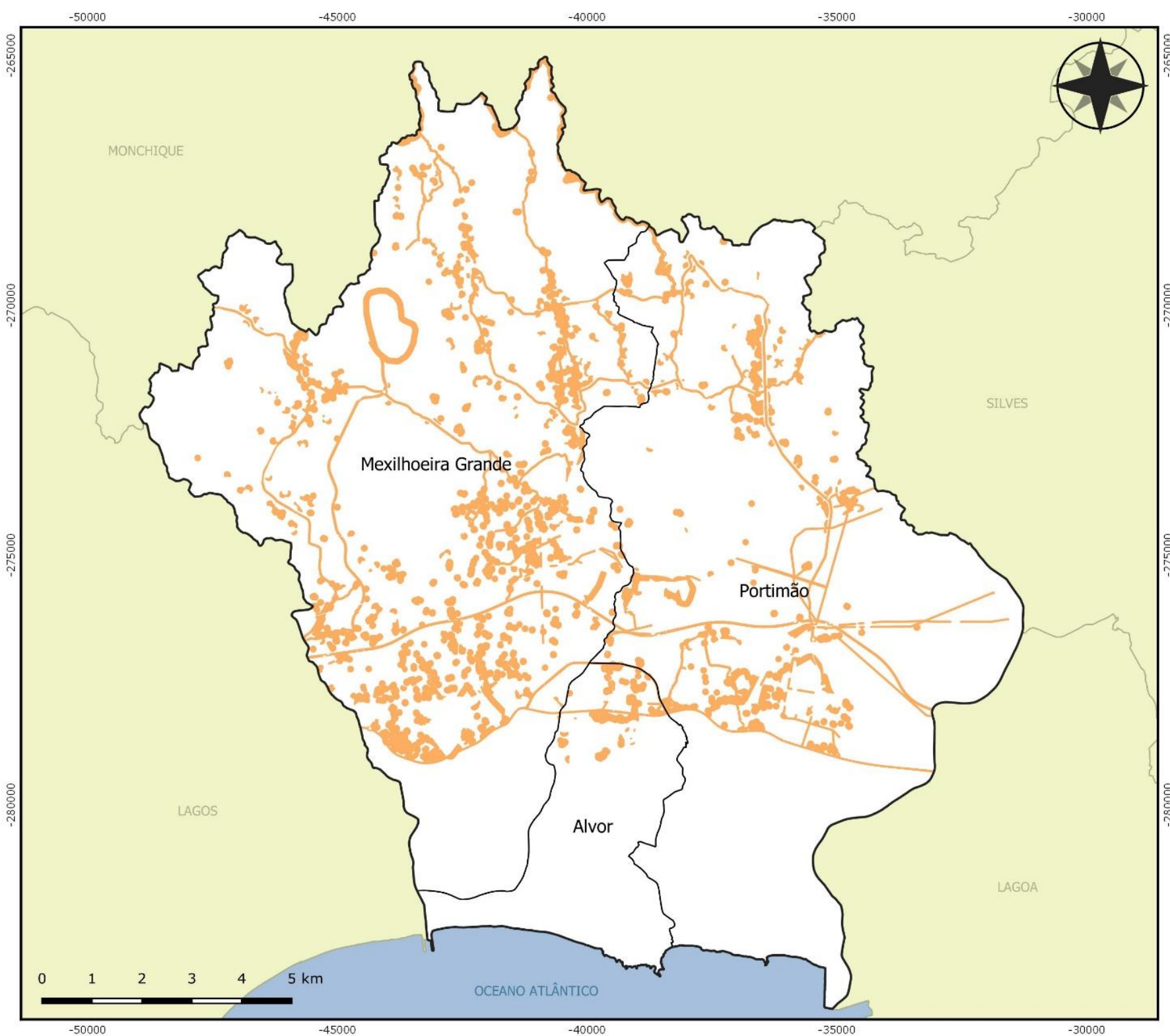
- REDE DE PONTOS DE ÁGUA**
- A
  - M
  - T

- REDE HIDROGRÁFICA**
- Linhas de água principais
  - Massas de água

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

março/2020

FONTE(S): DGT (2018)



## MAPA DE SILVICULTURA PREVENTIVA EM 2019 NO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### SILVICULTURA PREVENTIVA

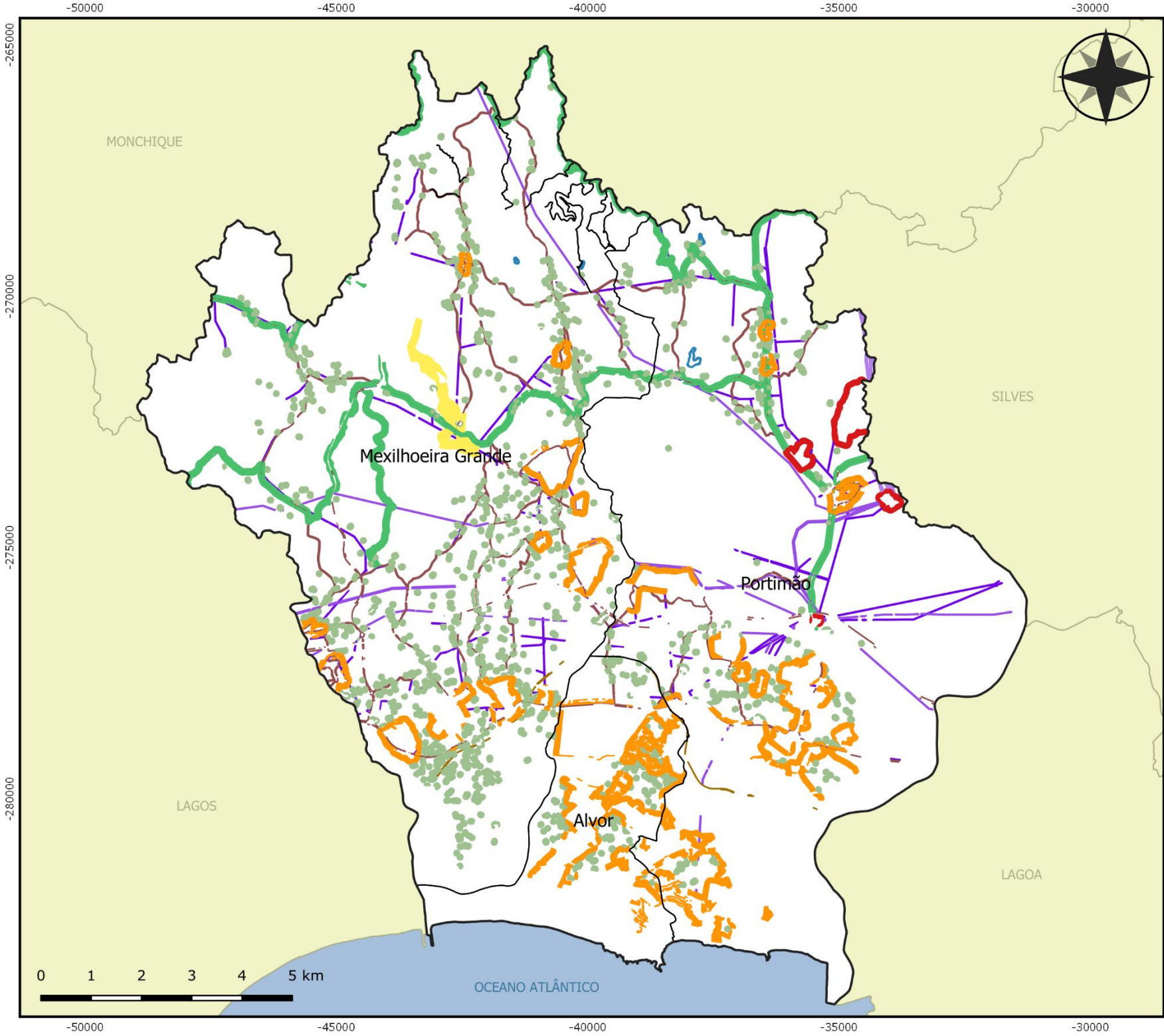
- FGC 2019 - 1191ha

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

janeiro/2020

FORNE(S): IGP (2018), CMP





**MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO**  
**Plano de ação 2020**

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**REDE DE FGC E MPGC**

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha
- Pontos de água/Privados/5ha

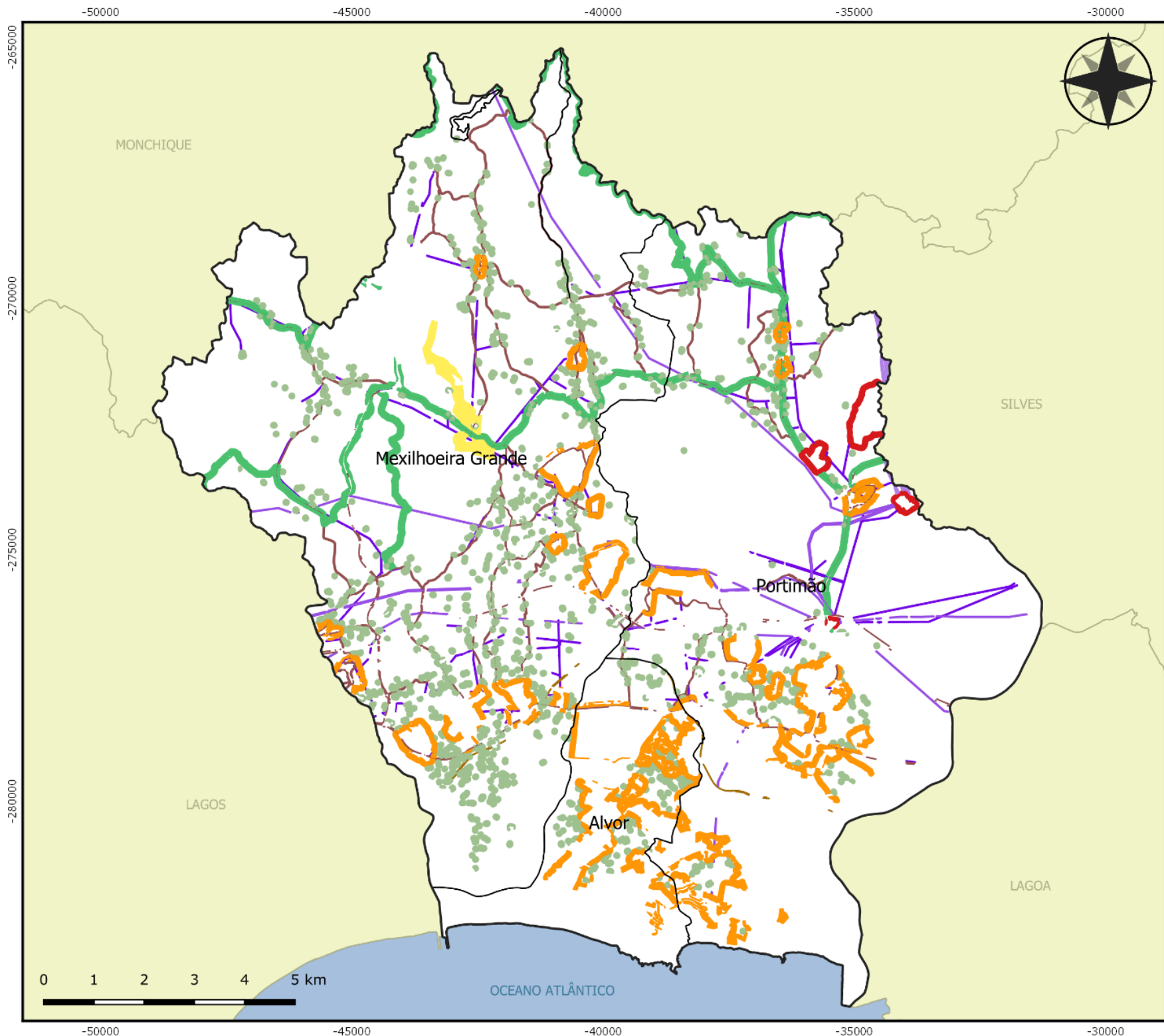
**REDE VIÁRIA FLORESTAL**

- Rede viária florestal/CMP/ 18km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP



# MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO Plano de ação 2021

## LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

## REDE DE FGC E MPGC

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

## REDE VIÁRIA FLORESTAL

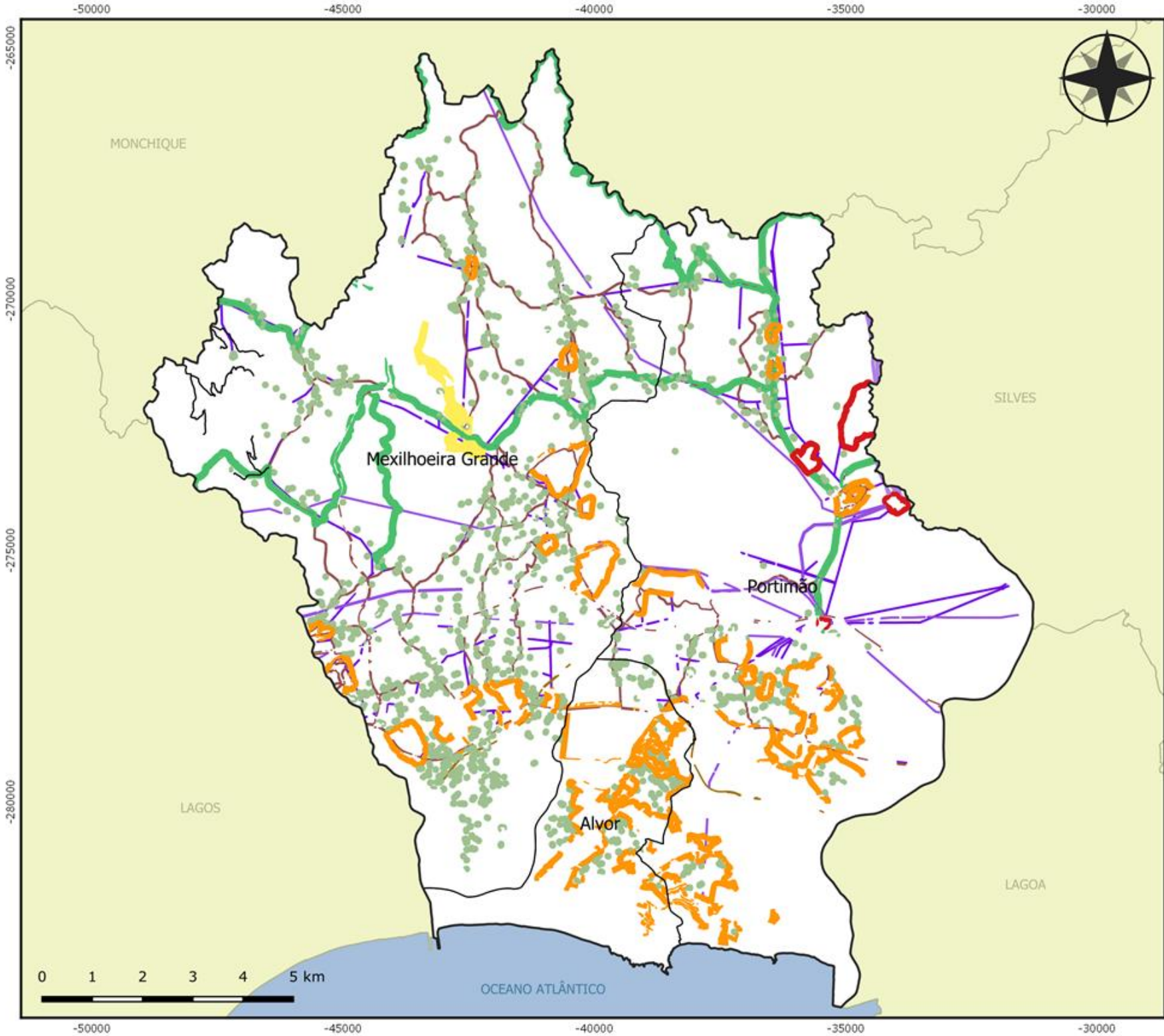
- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP





**MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO**  
**Plano de ação 2022**

- LIMITES ADMINISTRATIVOS**
- Concelho de Portimão
  - Limite de Concelho
  - Limite de Freguesia

- REDE DE FGC E MPGC**
- Espaços industriais/Privados/ 54ha
  - Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
  - Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
  - Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
  - Rede ferroviária/IP SA/7ha
  - Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
  - Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
  - Edificações dispersas/ Privados/940ha
  - Rede primária/373ha
  - Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

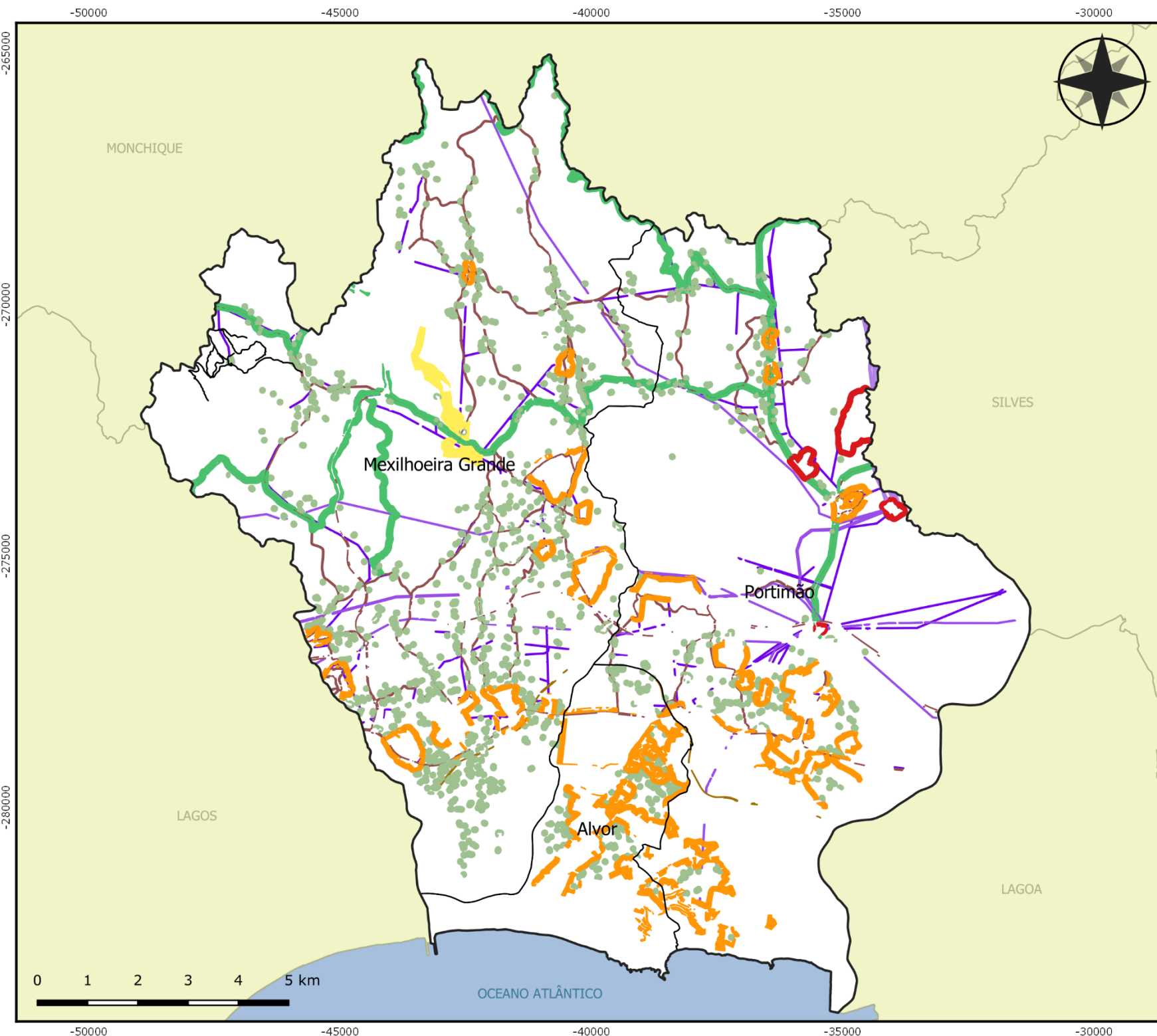
- REDE VIÁRIA FLORESTAL**
- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP





**MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO**  
**Plano de ação 2023**

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**REDE DE FGC E MPGC**

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

**REDE VIÁRIA FLORESTAL**

- Rede viária florestal/CMP/ 9km

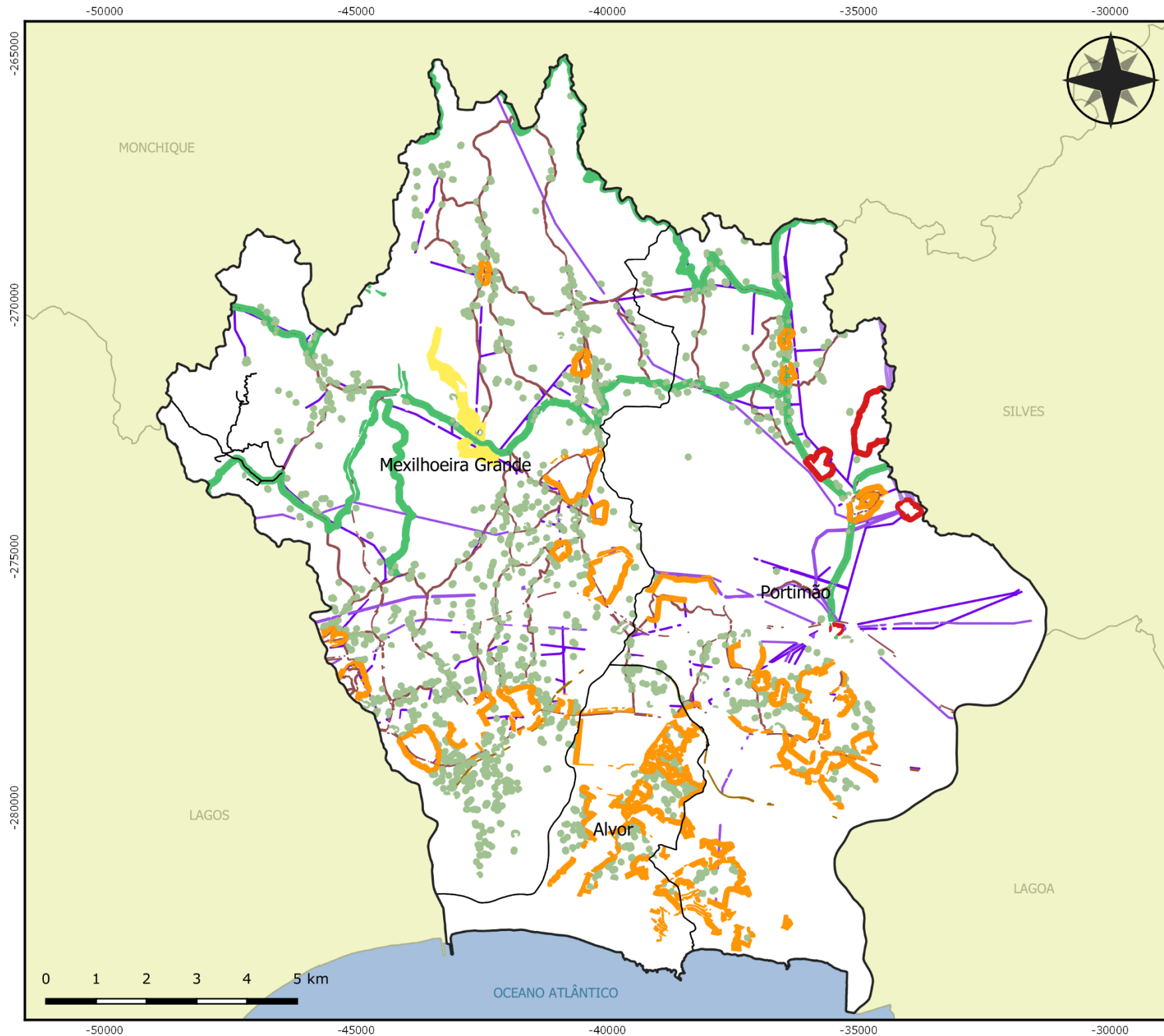
Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP







### MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

#### Plano de ação 2024

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**REDE DE FGC E MPGC**

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha


**REDE VIÁRIA FLORESTAL**

- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

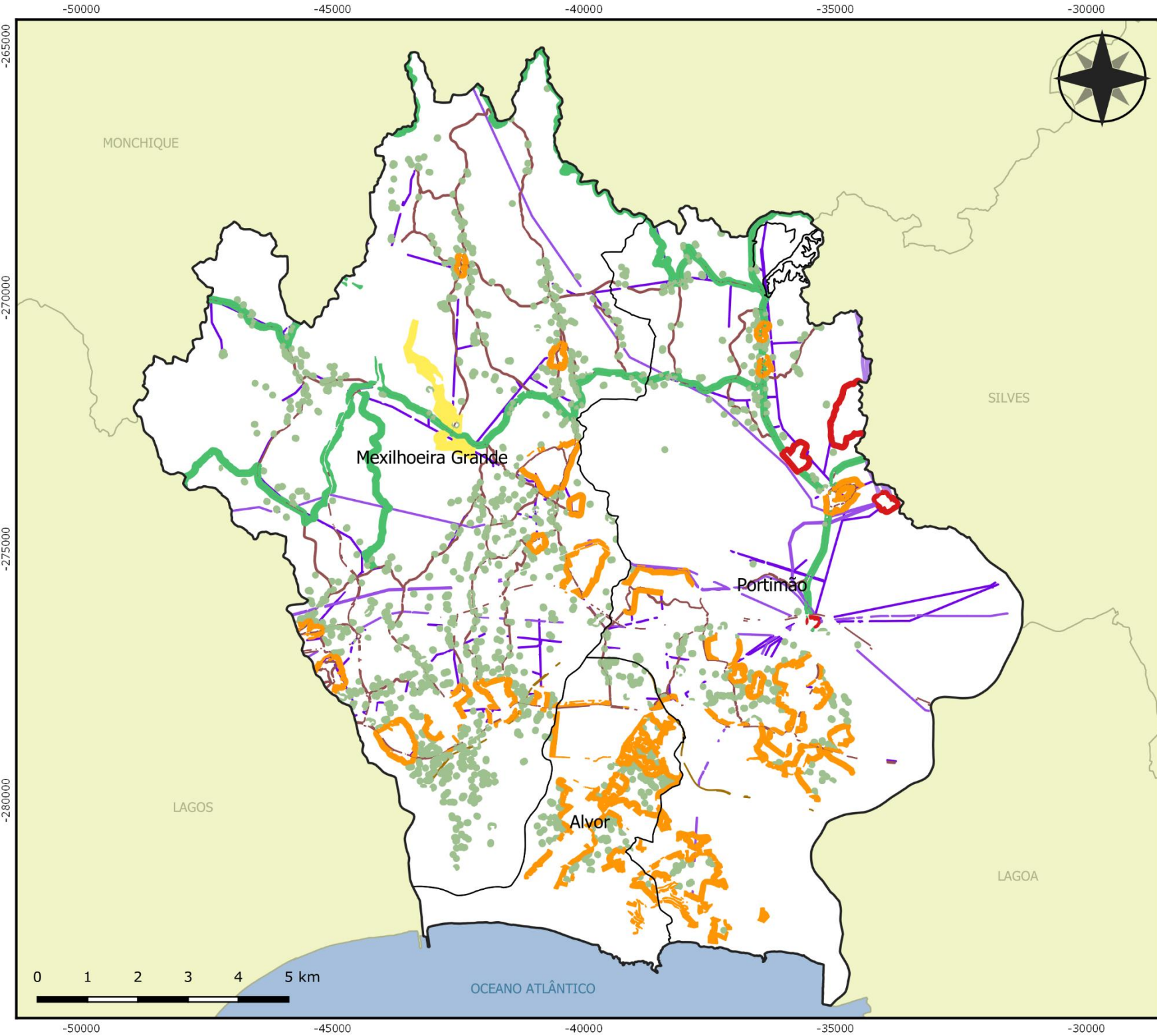
junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP



**Portimão**  
Câmara Municipal

**MAPA 31**



**MAPA DA REDE DE FGC,  
MPGC, RVF E RPA DO  
CONCELHO DE PORTIMÃO**  
Plano de ação 2025

**LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

**REDE DE FGC E MPGC**

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

**REDE VIÁRIA FLORESTAL**

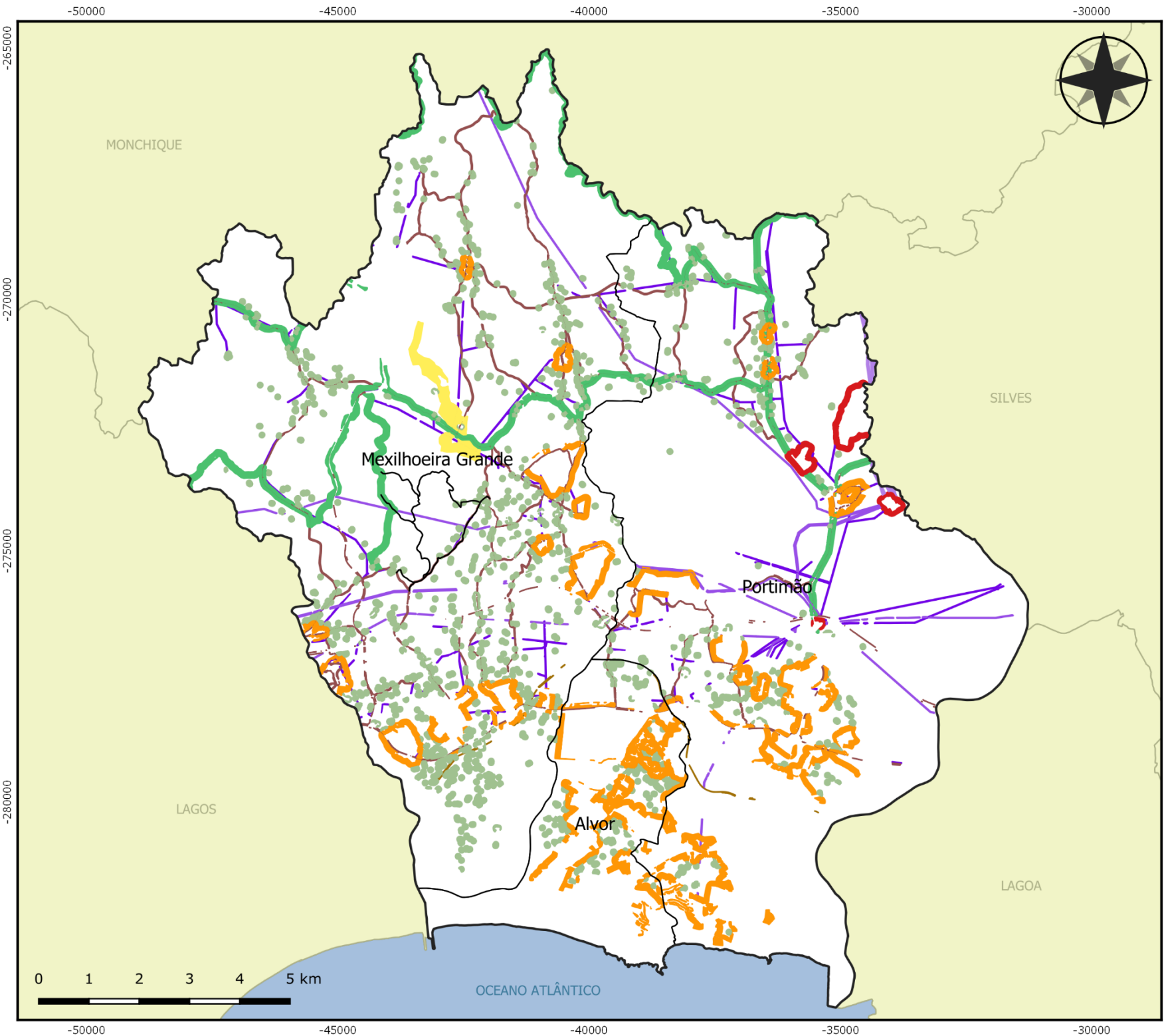
- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP





# MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

## Plano de ação 2026

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### REDE DE FGC E MPGC

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

### REDE VIÁRIA FLORESTAL

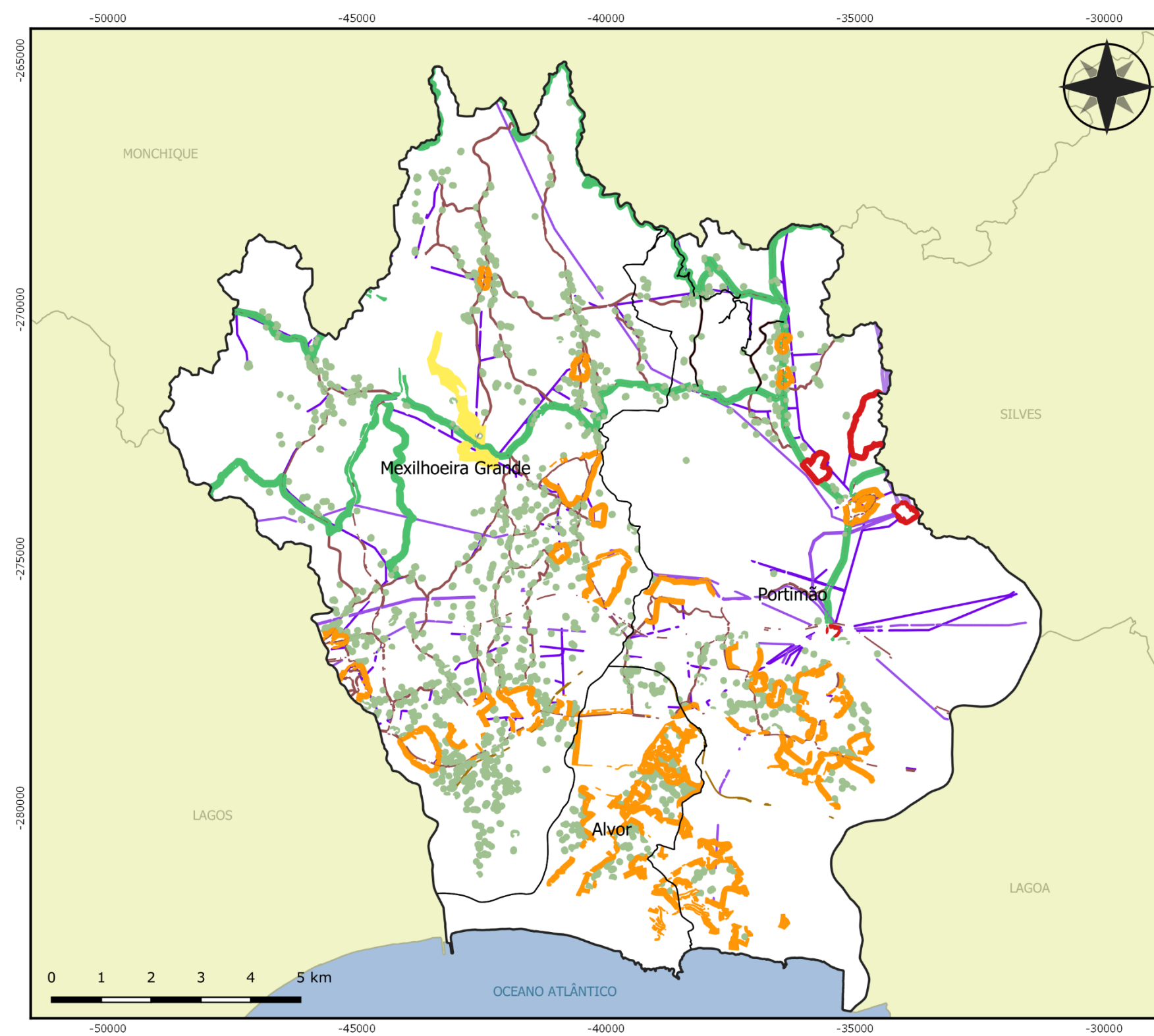
- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência ETRS89/Portugal TM06 junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP







# MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

## Plano de ação 2027

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### REDE DE FGC E MPGC

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

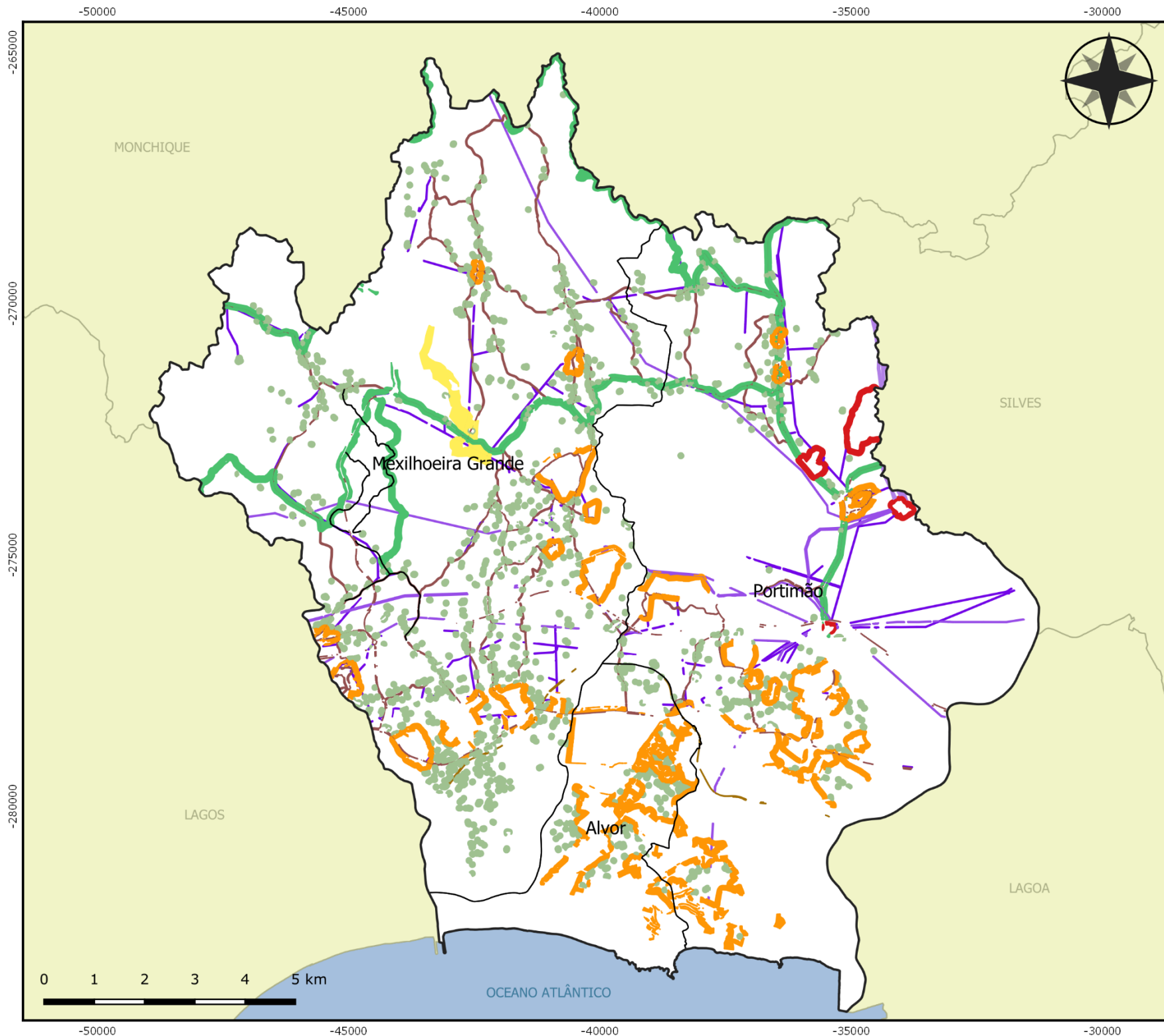
### REDE VIÁRIA FLORESTAL

- Rede viária florestal/CMP/ 11km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP



# MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

## Plano de ação 2028

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### REDE DE FGC E MPGC

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

### REDE VIÁRIA FLORESTAL

- Rede viária florestal/CMP/ 11km

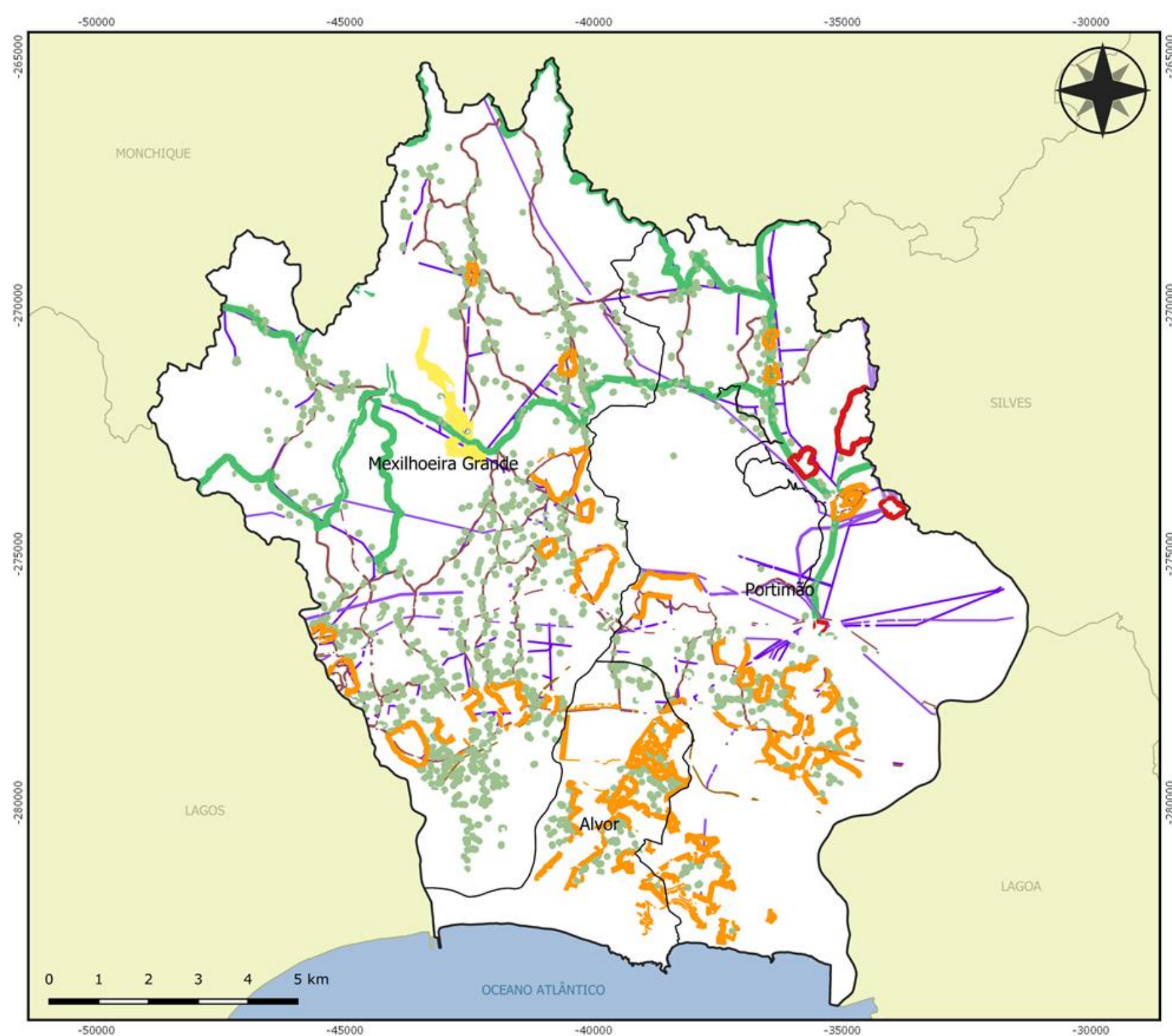
Sistema de coordenadas e de referência ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP







# **MAPA DA REDE DE FGC, MPGC, RVF E RPA DO CONCELHO DE PORTIMÃO** Plano de ação 2029

## **LIMITES ADMINISTRATIVOS**

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

## **REDE DE FGC E MPGC**

- Espaços industriais/Privados/ 54ha
- Linhas elétricas MT/EDP Distribuição SA/140ha
- Linhas elétricas AT/EDP Distribuição SA/93ha
- Linhas elétricas MAT/REN SA/ 12ha
- Rede ferroviária/IP SA/7ha
- Rede viária florestal /IP SA, AAVI SA, CMP/170ha
- Aglomerados populacionais/ Privados/629ha
- Edificações dispersas/ Privados/940ha
- Rede primária/373ha
- Mosaicos de parcelas/ Privados/71ha

## **REDE VIÁRIA FLORESTAL**

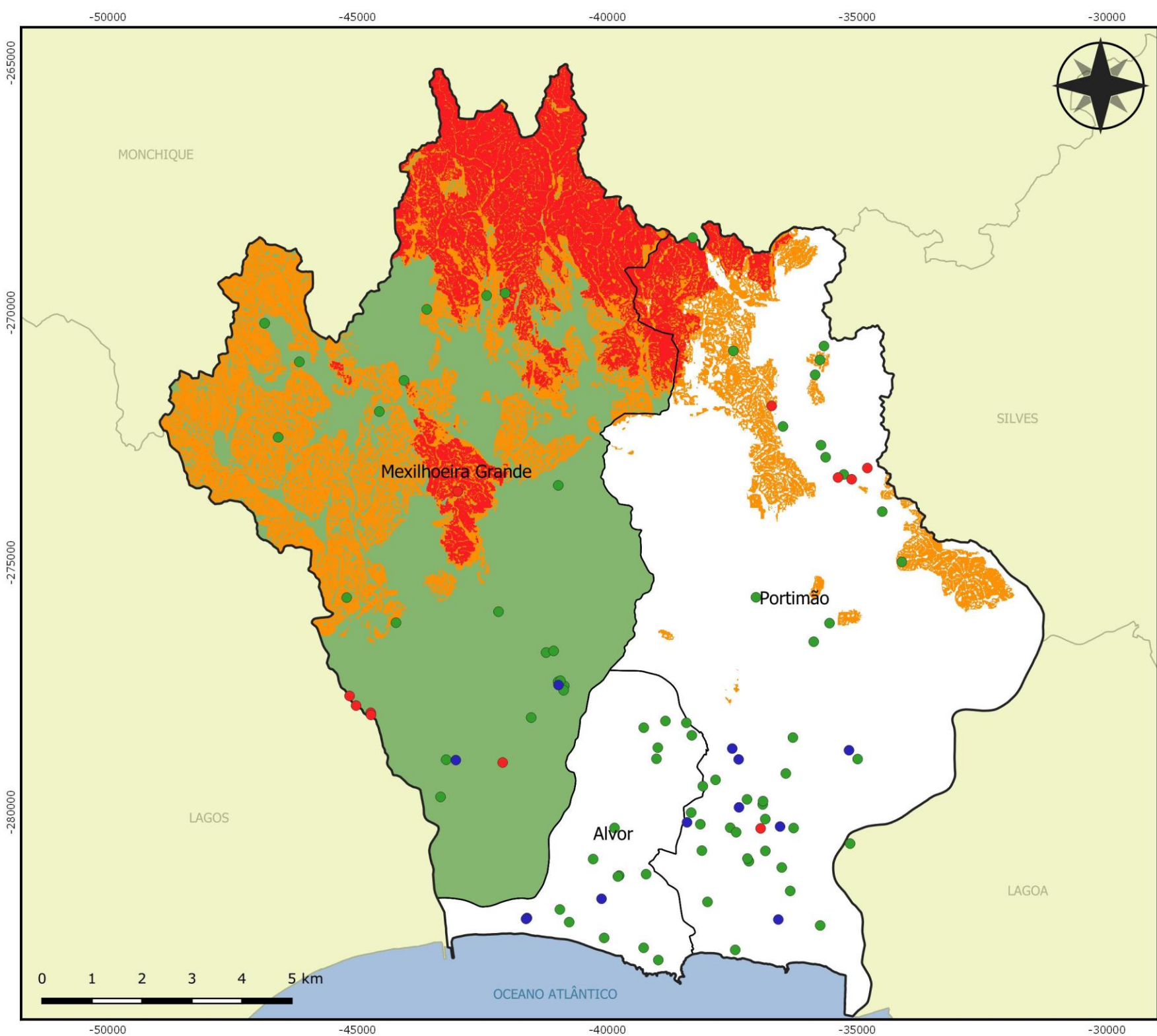
- Rede viária florestal/CMP/ 10km

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

junho/2020

FONTE(S): DGT (2018), CMP





## MAPA DAS ZONAS PRIORITÁRIAS DE DISSUAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### TIPO DE CAUSA

- Intencional
- Negligente
- Desconhecida

### PERIGOSIDADE

- Alta
- Muito alta

### DISSUAÇÃO/FISCALIZAÇÃO

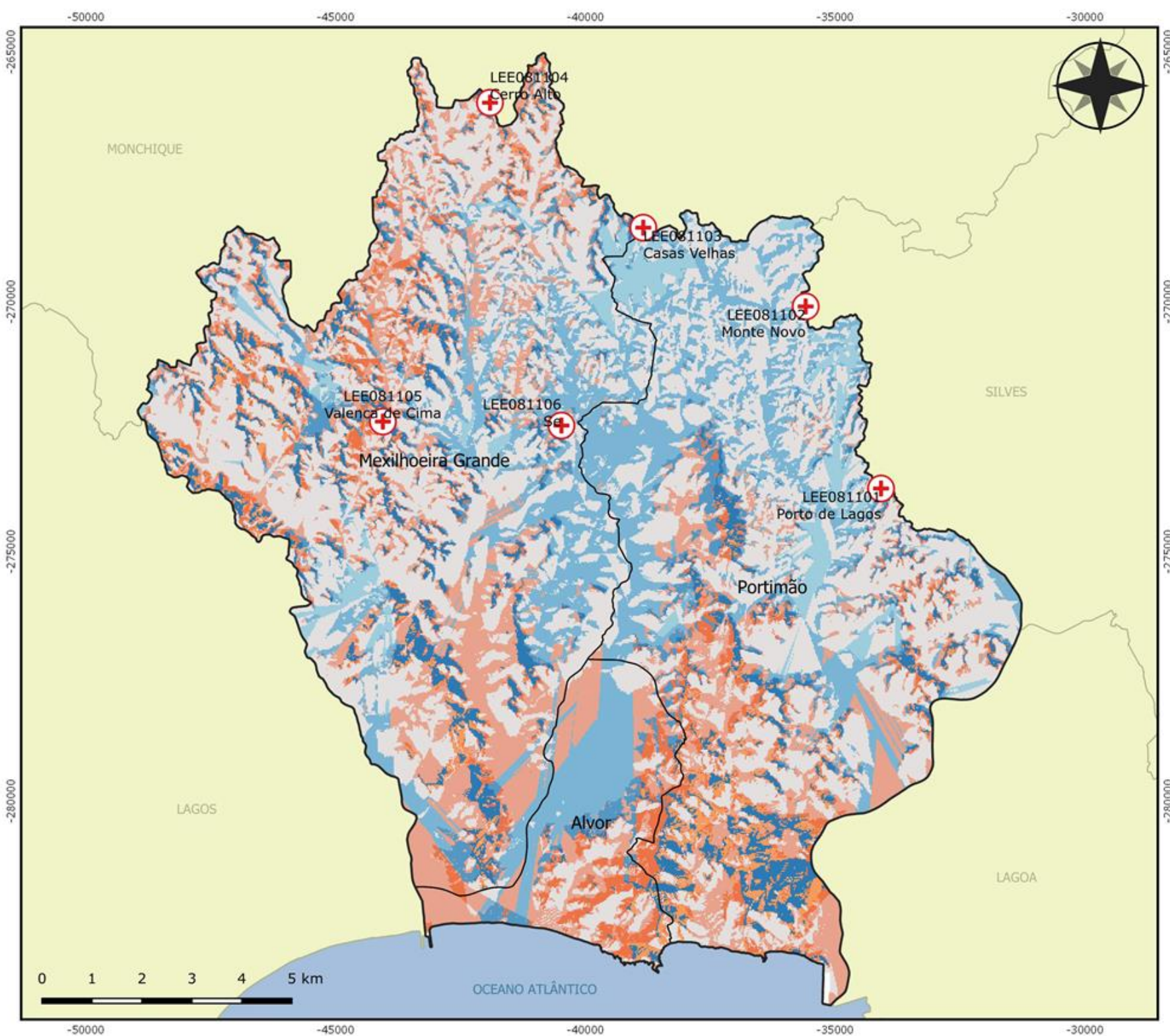
- Prioridade 0
- Prioridade 2

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

fevereiro/2020

FONTE(S): DGT (2018)





## MAPA DA REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO

- LEE

### INTERVISIBILIDADES

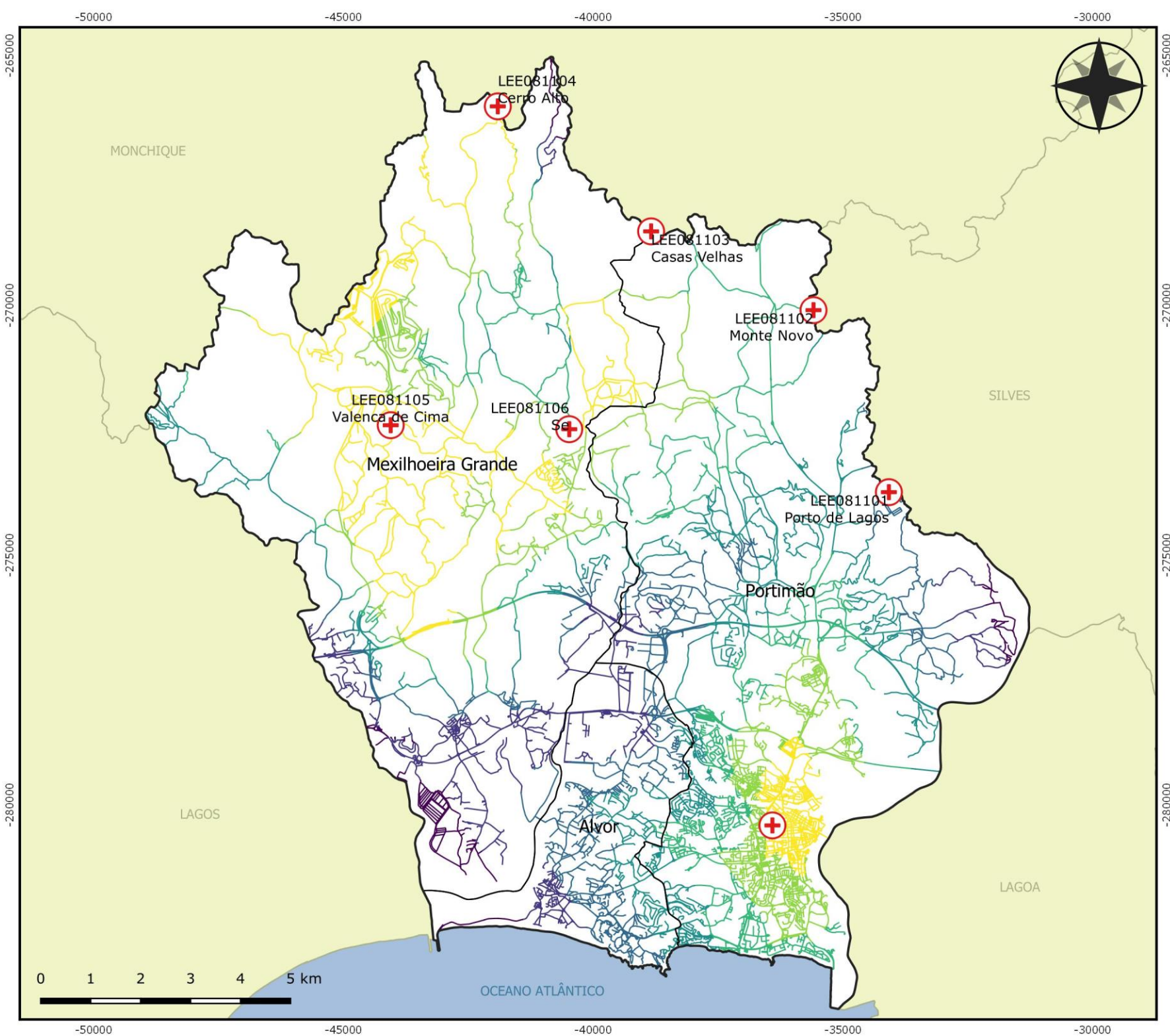
- Não visível por posto de vigia ou LEE
- Visível por 1 posto de vigia e não visível por LEE
- Visível por 2 postos de vigia e não visível por LEE
- Visível por 3 ou mais postos de vigia e não visível por LEE
- Não visível por 1 posto de vigia e visível por LEE
- Visível por 1 posto de vigia e visível por LEE
- Visível por 2 postos de vigia e visível por LEE
- Visível por 2 ou mais postos de vigia e visível por LEE

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

março/2020

FONTE(S): DGT (2018)





## MAPA DE TEMPOS DE CHEGADA PARA 1.<sup>a</sup> INTERVENÇÃO DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO

- LEE/CB

### TEMPOS DE CHEGADA

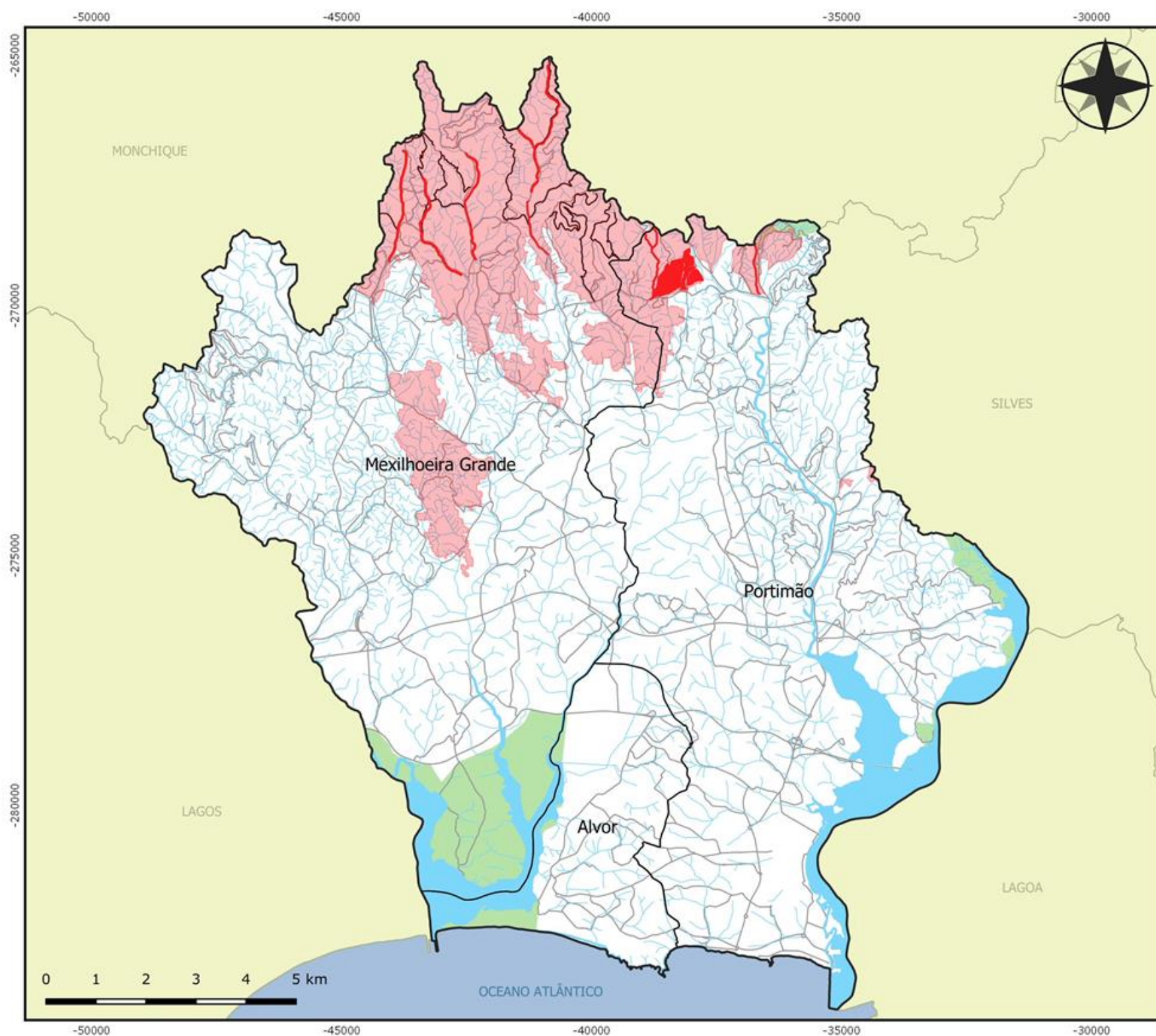
- ]0-5 minutos]
- ]5 - 10 minutos]
- ]10 - 15 minutos]
- ]15 - 20 minutos]
- ]20 - 25 minutos]
- ]25 - 30 minutos]
- ]30 - 60 minutos]

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

março/2020

FONTE(S): DGT (2018), ICNF (2019)





## MAPA DAS ZONAS ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DO CONCELHO DE PORTIMÃO

### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Portimão
- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia

### ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Áreas prioritárias
- Caminhos prioritários

### RECURSOS HÍDRICOS

- Linhas de água principais
- Linhas de água secundárias
- Massas de água

### REDE VIÁRIA

- Rede viária

### ÁREA ARDIDA

- Área ardida 2016 e 2018

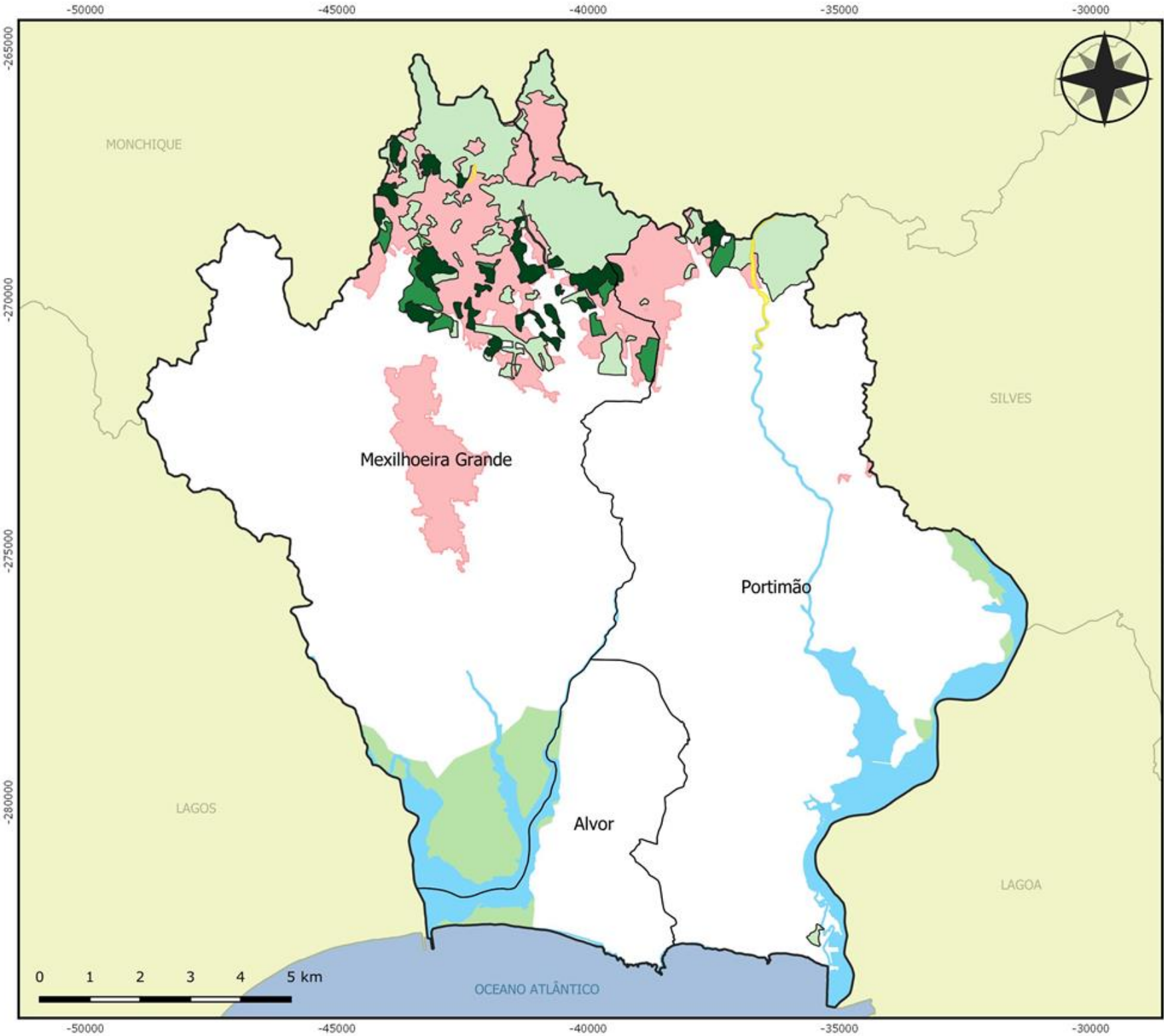
### REDE NATURA 2000

- SIC e ZPE

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06

março/2020

FONTE(S): DGT (2018), ICNF (2019)



**MAPA DAS ZONAS DE REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS DO CONCELHO DE PORTIMÃO**

- LIMITES ADMINISTRATIVOS**
- Concelho de Portimão
  - Limite de Concelho
  - Limite de Freguesia
- PRESERVAÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS**
- Florestas de eucalipto
  - Florestas de outras folhosas
  - Florestas de pinheiro manso
  - Florestas de sobreiro
- CONTROLO DE ESPÉCIES INVASORAS**
- Florestas de especies invasoras
- RECURSOS HÍDRICOS**
- Linhas de água principais
  - Massas de água
- ÁREA ARDIDA**
- Área ardida 2016 e 2018
- REDE NATURA 2000**
- SIC e ZPE

Sistema de coordenadas e de referência  
ETRS89/Portugal TM06  
março/2020  
FONTE(S): DGT (2018), ICNF (2019)